

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – *CAMPUS* DE TOLEDO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AGRONEGÓCIO

ELOISA WENDT

AÇÕES COLETIVAS E AMBIENTE EMPREENDEDOR: UMA ANÁLISE DO
MUNICÍPIO DE MARIPÁ NO OESTE DO PARANÁ

TOLEDO
2018

ELOISA WENDT

AÇÕES COLETIVAS E AMBIENTE EMPREENDEDOR: UMA ANÁLISE DO
MUNICÍPIO DE MARIPÁ NO OESTE DO PARANÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Carla Maria Schmidt

TOLEDO
2018

W473a

Wendt, Eloisa.

Ações coletivas e ambiente empreendedor: uma análise do município de Maripá no Oeste do Paraná./ Eloisa Wendt, 2018.
126 fls.

Orientadora: Profª. Drª. Carla Maria Schmidt

Dissertação(Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - UNIOESTE, Programa de pós-graduação em Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional e Agronegócio. Toledo-PR, 2018.

1.Ações coletivas. 2.Agronegócio. 3.Empreendedorismo. I.Título

CDU 338

Ficha catalográfica elaborada pelo Bibliotecário Douglas Rios (CRB1/1610)

ELOISA WENDT

**AÇÕES COLETIVAS E AMBIENTE EMPREENDEDOR: UMA ANÁLISE DO
MUNICÍPIO DE MARIPÁ NO OESTE DO PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Carla Maria Schmidt

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Régio Marcio Toesca Gimenes
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Prof. Dr^a Ivanete Daga Cielo
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Prof^a. Dr^a. Carla Maria Schmidt
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
Orientadora

Toledo, 12 de março de 2018.

DEDICATÓRIA

*Para meus exemplos de amor,
perseverança, honestidade e
comprometimento: pai e mãe.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus pelas oportunidades, pela saúde e pelas pessoas que colocou em minha vida. Os caminhos pelo qual Ele me guiou foram fundamentais na caminhada do mestrado.

A professora Carla, que cofiou neste trabalho e em mim. Sua postura profissional e busca por conhecimento serão exemplos que me acompanharão na minha vida profissional e pessoal. Prof. Carla, pelos seus ricos ensinamentos, pelo seu carinho, e pela sua humildade, muito obrigada!

A minha família – mãe, pai, Carla e Fernando – vocês são minha base. Tenho um orgulho imenso de ter vocês perto de mim.

Ao meu namorado, Carlos Eduardo, obrigada principalmente pela paciência, pelo companheirismo e pelos conselhos.

Ao pessoal da prefeitura de Maripá que se disponibilizou a auxiliar na pesquisa com tudo o que fosse possível. A eficiência e a disponibilidade de todos foram fundamentais.

Aos que aceitaram participar das entrevistas e por relatarem momentos e situações tão importantes para Maripá e para as pessoas que fazem parte do município, meu muito obrigada! É muito bom de ver o amor que vocês têm por seus trabalhos.

Aos meus colegas e amigos de mestrado, pelos estudos, momentos de descontração, histórias e trocas de conhecimentos.

Aos professores que contribuíram com este trabalho na banca de qualificação e de aprovação final, Ivanete Daga Cielo, Jefferson R. A. Staduto e Régio M. T. Gimenes.

A Clarisse e a Rose, secretárias do PGDRA, pelo atendimento em todos os momentos necessários.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro.

WENDT, Eloisa. **Ações coletivas e ambiente empreendedor: uma análise do município de Maripá no Oeste do Paraná.** 126 p. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* de Toledo, 2018.

RESUMO

Atualmente o mercado exige das empresas uma posição estratégica baseada no preparo da estrutura e dos gestores do negócio. No agronegócio é desafiador fazer com que propriedades pequenas mantenham os produtores rurais no campo com segurança financeira. A diversificação de renda vem sendo uma opção para contornar estes desafios, assim como o trabalho coletivo entre produtores que possuem objetivos comuns. Porém, surgem inúmeros desafios, como as exigências relacionadas às características empreendedoras de cada organização. Em Maripá, no Oeste do Paraná, onde a principal atividade produtiva é voltada ao agronegócio, propriedades rurais agregaram às culturas tradicionais de soja e milho, a produção de outros itens como frango de corte, suínos, peixes e orquídeas. Esta pesquisa se propôs a analisar o local, e apontou que, para estas atividades, há formas associativas que trabalham junto aos produtores rurais, sendo que este fato, motivou entender as implicações das ações coletivas para a formação e desenvolvimento do empreendedorismo local. O estudo inicialmente baseou-se nas teorias do empreendedorismo e da ação coletiva, e também houve realização de entrevistas e de pesquisa documental no local. Os resultados mostraram que existe uma cultura coletiva entre os munícipes, já que, nos ambientes estudados, as atuações de associações de produtores rurais têm representatividade importante, principalmente a Associação de Aquicultores de Maripá (Aquimap), Associação de Orquidicultores de Maripá (AOM) e a C.Vale Cooperativa Agroindustrial. Os resultados apontaram para o fato que estes grupos realmente são uma forma de estratégia, pois promovem principalmente a pesquisa e a inovação. Por outro lado, mostrou também que houve uma participação determinante de instituições, como a Emater, e também do poder público municipal. Para que o desenvolvimento se apresentasse dessa forma, foram necessárias aplicações de esforços na tecnificação, no aprimoramento dos produtores rurais para que soubessem administrar eficientemente as propriedades e em inovação, para garantir a competitividade. Os resultados mostraram ainda que o estado atual de desenvolvimento do local dificilmente seria o mesmo se não houvesse emprego do trabalho coletivo. Este estudo é significativo pois analisa os resultados do investimento em associações em um local, especificamente no setor agropecuário, que é o de maior representatividade na região Oeste paranaense.

Palavras-chave: Ações coletivas. Agronegócio. Empreendedorismo.

WENDT, Eloisa. **Collective actions and entrepreneurial environment: an analysis of the municipality of Maripá in the West of Paraná.** 126 p. Dissertation. (Master in Regional Development and Agribusiness) - Center for Applied Social Sciences, State University of Western Paraná - *Campus Toledo*, 2018.

ABSTRACT

Currently, the market demands from companies a strategic position based on the preparation of the structure and the managers of the business. In agribusiness it is challenging to have small farms keep farmers in the field with financial security. Income diversification has been an option to overcome these challenges, as well as collective work among producers who have common objectives. However, there are many challenges, such as the demands on the entrepreneurial characteristics of each organization. In Maripá, in western Paraná, where the main productive activity is focused on agribusiness, rural properties added traditional soybean and corn crops to the production of other items such as broilers, pigs, fish and orchids. This research proposed to analyze the place, and pointed out that, for these activities, there are associative forms that work with rural producers, and this fact, motivated to understand the implications of collective actions for the formation and development of local entrepreneurship. The study was initially based on theories of entrepreneurship and collective action, and interviews and documentary research were also carried out at the site. The results showed that there is a collective culture among the inhabitants, since, in the studied environments, the activities of associations of rural producers have important representativeness, mainly the Maripá Aquiculture Association (Aquimap), Maripá Association of Orchid Farmers (AOM) and the C.Vale Agroindustrial Cooperative. The results pointed to the fact that these groups really are a form of strategy, since they mainly promote research and innovation. On the other hand, it also showed that there was a decisive participation of institutions, like Emater, and also of the municipal public power. In order for development to be presented in this way, it was necessary to apply efforts in the technification, in the improvement of the rural producers so that they could manage efficiently the properties and in innovation, to guarantee the competitiveness. The results also showed that the current state of development of the place would hardly be the same if there was no use of collective work. This study is significant because it analyzes the results of investing in associations in one place, specifically in the agricultural sector, which is the most representative in the western region of Paraná.

Keywords: Collective actions. Agribusiness. Entrepreneurship.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Logotipo do município de Maripá - PR	16
Figura 2 - Organização de Ações Coletivas para o arranjo da Festa das Orquídeas e do Peixe	18
Figura 3 - Estrutura da dissertação	22
Figura 4 - Estrutura do referencial teórico da dissertação	23
Figura 5 - Representação social do conceito de empreendedor	26
Figura 6 - Relações sistêmicas que influenciam na estratégia das firmas e desempenho de mercado.....	35
Figura 7 - Limites do município de Maripá	54
Figura 8 - Dados populacionais do município de Maripá/PR.....	55
Figura 9 - Mapa geográfico do Paraná.....	63
Figura 10 - Resumo da metodologia de pesquisa.....	72
Figura 11 - Caracterização e desenvolvimento de Maripá e do ambiente empreendedor.....	91
Figura 12 - Caracterização e história das ações coletivas	96
Figura 13 – Percepção dos associados quanto as ações coletivas.	99
Figura 14 - Análise completa dos discursos das entrevistas.....	101
Figura 15 - "Tripé fundamental" do desenvolvimento do setor agropecuário de Maripá	103

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Fatores que contribuem para sobrevivência/mortalidade das empresas	28
Quadro 2 - Comparação entre grupos pequenos e grandes	40
Quadro 3 - Roteiro da pesquisa documental	66
Quadro 4 - Roteiro de entrevistas	67
Quadro 5 - Assuntos abordados na entrevista com líderes de Maripá e questões relacionadas.....	68
Quadro 6 - Formação das nuvens de palavras-chave.....	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados populacionais e PIB <i>per capita</i> da microrregião de Toledo.....	56
Tabela 2 - Valor adicionado bruto a preços básicos segundo os ramos de atividades - 2014.....	57
Tabela 3 - Valor adicionado fiscal segundo os ramos de atividades - 2015.....	57
Tabela 4 - Valor produzido anualmente nos principais meios de cultura de Maripá - em R\$.....	79
Tabela 5 - Produção de tilápias em Maripá.....	81
Tabela 6 - Quantidade de orquídeas vendidas na Festa das Orquídeas e do Peixe de Maripá.....	84
Tabela 7 - Valor vendido em orquídeas entre 2014 e 2016.....	84

LISTA DE SIGLAS

ACIMA – Associação Comercial e Empresarial de Maripá
AOM – Associação de Orquidicultores de Maripá
APAQUI – Associação de Piscicultores de Palotina
APL – Arranjos Produtivos Locais
AQUIMAP – Associação de Aquicultores de Maripá
DERAL – Departamento de Economia Rural
EMATER - Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural do Paraná
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH – Índice de Desenvolvimento Urbano
IEP – Instituição de Ensino e Pesquisa
IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
NEI – Nova Economia Institucional
PIB – Produto Interno Bruto
PIB – Produto Interno Bruto
PME – Pequenas e Microempresas
SEAB – Secretaria da Agricultura e Abastecimento
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEFA-PR – Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
UEL – Universidade Estadual de Londrina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO DO ESTUDO	14
1.1	PROBLEMÁTICA DO ESTUDO	19
1.2	OBJETIVOS DO ESTUDO	19
1.2.1	Objetivo geral	20
1.2.2	Objetivos específicos.....	20
1.3	JUSTIFICATIVA DO TEMA	20
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	23
2.1	O EMPREENDEDORISMO	24
2.1.1	Fundamentos do empreendedorismo e o indivíduo empreendedor	24
2.1.2	O empreendedorismo e o desenvolvimento local.....	29
2.2	AÇÕES COLETIVAS: ESTRATÉGIA COMPETITIVA PARA PEQUENOS EMPREENDEDORES.....	33
2.2.1	A Teoria da Ação Coletiva	37
2.2.1.1	Aspectos da Ação Coletiva.....	39
2.2.1.1.1	Racionalidade dos indivíduos.....	39
2.2.1.1.2	Tamanho dos grupos.....	40
2.2.1.1.3	Heterogeneidade de grupo	42
2.2.1.2	A Liderança na Ação Coletiva	43
2.2.1.3	Políticas Públicas	44
2.2.1.4	Externalidades.....	45
2.2.2	Empreendedorismo coletivo	46
2.2.3	Análise de alguns estudos empíricos de empreendedorismo coletivo realizados no Paraná	49
2.2.3.1	Estudo 1: Proposição de formação e gestão de rede de cooperação estratégica: estudo sobre as oficinas mecânicas de Foz do Iguaçu.....	50
2.2.3.2	Estudo 2: Cooperação e Governança nos Arranjos Produtivos Locais: o Caso das Empresas de Software no Estado do Paraná	51
2.2.3.3	Estudo 3: O empreendedorismo coletivo no contexto do turismo rural sustentável: uma experiência do Sul do Brasil.....	52

2.3	O MUNICÍPIO DE MARIPÁ, NO PARANÁ	54
2.3.1	História de Maripá e o surgimento de ações coletivas	58
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO	61
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA	61
3.2	UNIVERSO DA PESQUISA.....	63
3.3	PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	64
3.3.1	Entrevistas com lideranças.....	66
3.3.2	Análise dos dados	69
3.4	RESUMO DA PESQUISA.....	71
4	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	73
4.1	ANÁLISE DO AMBIENTE EMPREENDEDOR COLETIVO DE MARIPÁ....	73
4.2	OS EMPREENDIMENTOS COLETIVOS DE MARIPÁ E A ECONOMIA LOCAL	76
4.2.1	A agropecuária de Maripá	77
4.2.2	A Piscicultura.....	79
4.2.3	A Orquidicultura de Maripá	82
4.3	ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES E EXTERNALIDADES DAS AÇÕES COLETIVAS PARA O EMPREENDEDORISMO DE MARIPÁ	85
4.3.1	Caracterização e desenvolvimento de Maripá e do ambiente empreendedor	86
4.3.2	Caracterização e história das ações coletivas.....	92
4.3.3	Desafios e impactos das ações coletivas	97
4.3.4	Apontamentos finais do capítulo.....	100
5	CONCLUSÕES	104
	REFERÊNCIAS.....	109

1 INTRODUÇÃO DO ESTUDO

A dinâmica atual do mercado exige das empresas, independentemente do seu porte, um posicionamento estratégico para atender os requisitos dos consumidores. Muitos são os aspectos que requerem dos empreendedores agilidade e firmeza nas tomadas de decisões, bem como, constantes investimentos e inovação tecnológica. As microempresas e os empreendimentos de pequeno porte se deparam com um desafio ainda maior, pois dificilmente estão munidos das mesmas ferramentas que empreendimentos maiores, e normalmente têm maior trabalho para atingir todas as exigências mercadológicas. Nesse contexto, a figura do empreendedor é determinante para o processo, pois seus propósitos e sua forma de agir orientam as estratégias do ambiente em que ele atua.

Contudo, apenas a presença de indivíduos empreendedores pode não ser o suficiente para que os empreendimentos atendam às necessidades e exigências do mercado (SCHMIDT et al., 2016). Para serem competitivas, muitas empresas optam por parcerias que estejam em uma mesma região e/ou de segmentos de atuação próximos, as quais podem se unir, atuando em forma de associações, cooperativas, arranjos produtivos locais (APL's) e grupos, proporcionando aos atores a possibilidade de empreender coletivamente.

Como exemplo, aponta-se a atuação das cooperativas agropecuárias, que objetivam unir produtores rurais, de forma a permitir que suas produções sejam comercializadas, competindo com grandes propriedades ou empresas privadas. Neste sentido, Sachs (2003) destaca que o empreendedorismo coletivo é um importante instrumento de fortalecimento de pequenos empreendedores, porque auxilia no enfrentamento das dificuldades do mercado, sendo que a concorrência e a cooperação proporcionam diversas vantagens, entre elas: solução de problemas comuns, aprimoramento da infraestrutura e de rede de serviços locais, negociação com poderes públicos locais e nacionais e a atuação em compras e vendas compartilhadas. Esse conjunto de vantagens pode auxiliar no aumento da competitividade dos integrantes de uma ação coletiva.

Batalha et al. (2004) apontam que no meio rural, por exemplo, a participação, principalmente de pequenos produtores em organizações sociais do tipo cooperativas e associações, impacta diretamente sobre a capacidade de

produção e uso de recursos. Por um lado, associações de interesse permitem que atores dela participantes possam viabilizar a adoção de determinadas opções produtivas e realização de investimentos, e por outro lado, a organização resulta em mais e melhores informações e amparo dos mecanismos coletivos de planejamento e gestão das atividades. O autor ainda destaca que esta forma de organização pode influenciar positivamente na intervenção pública, requisitar assistência técnica e obter recursos para implantação de obras de infraestrutura básica.

Porém, como destaca Martinez (2004), o empreendedorismo coletivo não é simplesmente a soma de empreendedorismos individuais de cada ator do grupo. Mesmo que, em alguns casos, um indivíduo só se torna empreendedor quando trabalha em equipe, um conjunto de empresas não leva necessariamente a uma ação coletiva, sendo necessária a existência de uma estrutura de relacionamentos fundamentados em um *embeddedness*¹ no local, onde os atores compartilham histórias, normas e valores. Essa base funciona como uma proteção a comportamentos oportunistas (COSTA; COSTA, 2005).

Além disso, é importante destacar que a organização coletiva de atores e empresas oferece também riscos e custos, exigindo dos envolvidos contrapartidas e não apenas vantagens. Esse aspecto é abordado por Olson (1999) ao afirmar que: a) os indivíduos só agirão para atingir interesses grupais se existir algum incentivo à parte do benefício coletivo ou por meio de alguma coerção; b) em grupos grandes a coordenação da ação coletiva é mais difícil; c) quanto maior o grupo, maiores os custos de organização; d) há indivíduos que não auxiliam na cooperação e usufruem dos benefícios obtidos pela ação coletiva, os quais são denominados *free riders*².

A partir destas afirmações, entende-se que o empreendedorismo coletivo pode influenciar os atores ligados a ele e também o local onde está inserido. Pode também, haver transbordamentos que despertem necessidades e oportunidades de empreender. Emmendoerfer (2000) afirma que o ser humano não nasce empreendedor, mas desenvolve a aptidão empreendedora no ambiente em que vive, sendo influenciado pelo lugar e pela época. Para Schmidt e Dreher (2008, p.12),

a cultura empreendedora influencia e proporciona uma contribuição bastante destacada nas empresas, sociedades e grupos que a cultivam,

¹ Traduzindo para o português: enraizamento.

² *Free Riders*, ou caronas, são os indivíduos que não cooperam da mesma forma que os outros integrantes de uma ação coletiva, mas que usufruem dos benefícios coletivos.

uma vez que é fomentada a inovação, tornando seus atores mais aptos para competir num mercado com mudanças tão rápidas e contínuas.

Percebe-se, a partir do exposto, a importância de avaliar as implicações das ações coletivas para o ambiente empreendedor em que estão inseridas, ou seja, se de alguma forma o fenômeno exerce influência sobre o empreendedorismo local. Nesse sentido, observa-se o município de Maripá, no Oeste do Paraná, o qual é objeto de investigação do presente estudo. O município, que foi emancipado em 17 de abril de 1990, tem destacada atuação de ações coletivas, sendo este fato observado nas atividades e festividades municipais, bem como, na sua imagem pública. O município é intitulado “Cidade das Orquídeas” pelo fato de haver produção e comercialização de plantas suficientes para atrair turistas e compradores. Também é conhecido como maior produtor de tilápia por lâmina de água do Brasil. O setor agropecuário tem níveis de produtividade de destaque na região. O logotipo do município (Figura 1) expressa a importância dessas linhas de negócios e também remete a resultados de projetos fundamentados na lógica coletiva, apoiados principalmente por associações.

Figura 1 - Logotipo do município de Maripá - PR



O trator apresentado na imagem simboliza a agropecuária e sua mecanização, sendo este o setor de maior representatividade para a economia local. As principais atividades agropecuárias estão ligadas ao cultivo de frangos, aves de corte, suínos para abate, piscicultura e leite, bem como, cultivo de soja e milho. O setor tem a atuação da cooperativa C.Vale, que por meio de um trabalho associativista influenciou muitas propriedades rurais de Maripá e da região, fazendo com que pequenas propriedades competissem nos mercados de grandes produtores rurais.

Para representar a importância deste setor para a cultura local, foi criado o evento “Arrancadão de Tratores”. É realizado anualmente, projetando o município em âmbito nacional. Atualmente é promovido por um grupo privado, o Automóvel Clube de Maripá, mas tem marca registrada e é de propriedade do município. Foi criado como forma de festejo entre os moradores, sendo inicialmente realizado junto com a Festa das Orquídeas e do Peixe, evento anual realizado pelo município. Mas o evento tomou proporções maiores com o decorrer dos anos, sendo estabelecida uma outra data no calendário local para a realização deste evento. O Arrancadão de Tratores é uma importante ferramenta de divulgação local, angariando visitantes e investidores para a cidade.

O peixe ilustrado no logotipo demonstra a aquicultura, a qual ganhou impulsionamento a partir de 1997, com a criação da Associação dos Aquicultores de Maripá (Aquimap). O município já tinha uma produção considerável de peixes neste período, mas verificava-se potencial de melhoria. Segundo Pasini (2016), em 1993 haviam 81 propriedades rurais com tanques escavados e o número aumentava a cada ano. Este fato fez a prefeitura criar a Unidade de Estudos e Pesquisas, que objetivava aumentar a produtividade e a renda de produtores. E então, com o objetivo de organizar os produtores, auxiliar na produção, fortalecer o cooperativismo e a atividade na cidade, em 1997 foi criada a Aquimap (PASINI, 2013).

Outro símbolo do município é a orquídea. Essas flores ganharam espaço a partir de um projeto da Secretaria de Educação de Maripá e das escolas do município, o qual incentivou o cultivo da planta. Inicialmente por *hobbie*, a demanda dos visitantes e dos admiradores das plantas, fez com que a cultura adquirisse caráter comercial, como afirmam Yurkiv e Ribeiro (2001). Atualmente, os produtores são unidos pela Associação de Orquidicultores de Maripá (AOM).

Todos estes símbolos motivam a promoção anual da “Festa das Orquídeas e do Peixe”, que atrai milhares de visitantes. As atrações principais do evento são justamente os resultados de empreendimentos coletivos municipais: as flores da AOM e os peixes da Aquimap. Há ainda a exposição do comércio local pela ACIMA (Associação Comercial e Empresarial de Maripá), de empresas do ramo agropecuário e a participação das associações rurais, escolares e de moradores, conforme ilustrado pela Figura 2.

Figura 2 - Organização de Ações Coletivas para o arranjo da Festa das Orquídeas e do Peixe



Fonte: elaborado pela autora (2017).

Pelo exposto, entende-se que existe interação significativa dessas associações e dos atores ligados a elas com o ambiente em que estão localizadas. A festa, por exemplo, um elemento importante da cultura e da economia local, sendo realizada a partir da organização e trabalho conjunto de diversas entidades, associações e produtores. Atenta-se também ao fato que as culturas representadas pelos símbolos maripaenses são todas voltadas ao agronegócio, o que demonstra a importância do setor rural para o município. Essa contextualização embasa a presente pesquisa, a qual tem sua problemática evidenciada a seguir.

1.1 PROBLEMÁTICA DO ESTUDO

O município de Maripá, no estado do Paraná, com uma população de aproximadamente 5.684 habitantes (Ipardes, 2017), apresenta um processo de desenvolvimento fundamentado principalmente no setor agropecuário. Nesse contexto, as pequenas propriedades, com o intuito de se manterem economicamente viáveis, buscaram diversificar a produção com alternativas que demandaram pesquisa, investimentos e relacionamento entre diversos atores. Formou-se então um ambiente empreendedor voltado a atividades agropecuárias com participação relevante das ações coletivas.

Porém, ainda não se tem conhecimento sobre iniciativas que foram de fato impactantes para o cenário local, bem como, o que as relações e ações coletivas entre os atores representam para o município e para as atividades econômicas locais. Neste contexto, é fundamental compreender o cenário empreendedor de Maripá. Assim, esta pesquisa objetiva responder a seguinte questão: **“Quais as implicações das ações coletivas para a formação e o desenvolvimento do empreendedorismo de Maripá/PR?”**. Como objeto de estudo, investigou-se as ações coletivas voltadas ao setor de agronegócio do município, especificamente as atividades de aquicultura, orquidicultura e agropecuária.

Neste sentido, buscou-se nesta pesquisa compreender o papel das ações coletivas, observando as implicações destas sobre o ambiente empreendedor do município e também sobre a economia local, bem como se, historicamente, a coletividade interferiu na constituição do empreendedorismo local de Maripá. Caso houver implicações, é importante conhecê-las e compreender se são positivas ou negativas para a construção deste ambiente. Para atingir o resultado esperado, este trabalho apresenta os objetivos listados a seguir.

1.2 OBJETIVOS DO ESTUDO

Os objetivos deste estudo estão divididos em geral e específicos.

1.2.1 Objetivo geral

Analisar as implicações das ações coletivas sobre a formação e o desenvolvimento do ambiente empreendedor do município de Maripá, no Oeste do Paraná.

1.2.2 Objetivos específicos

a) analisar o ambiente empreendedor de Maripá, considerando as iniciativas e as características dos empreendimentos coletivos ligados aos setores de orquidicultura, aquicultura e agropecuária;

b) compreender a importância dos empreendimentos coletivos para a economia local;

c) investigar as implicações e as externalidades geradas pelas ações coletivas para o ambiente empreendedor local.

1.3 JUSTIFICATIVA DO TEMA

Ser competitivo no mercado atual demanda muito trabalho, conhecimento, parcerias e posicionamento estratégico. Silva (2008) colabora com a ideia quando afirma que em um mercado cada vez mais competitivo, as organizações precisam buscar alicerçar suas decisões em informações e conhecimento, sendo que seu desempenho será determinado por suas ações estratégicas.

Uma das alternativas estratégicas adotadas por organizações, principalmente pequenas e médias, é a participação em estruturas organizacionais diferenciadas, como a cooperação horizontal. Farina, Saes e Azevedo (1997) afirmam que a cooperação contribui para a coordenação e o aumento da competitividade de sistemas produtivos. Também Saes e Silveira (2014), cooperam afirmando que uma ação coletiva pode propiciar um ambiente que gera força competitiva para os atores participantes dela, porque as estratégias empresariais são influenciadas pelos ambientes institucional e competitivo e a estrutura de governança adotada será aquela que permitirá maior apropriação de valor.

Dessa forma, os empreendimentos que participam de algum arranjo coletivo são alvo de diversos estudos, pois podem ser uma importante ferramenta para

auxiliar empresas à estruturarem suas formas de governança. Elas assumem um papel importante na ação estratégica empresarial, especialmente para as pequenas e médias, as quais normalmente enfrentam desafios de posicionamento no mercado.

As estratégias tomadas para estimular o ambiente empreendedor são normalmente motivadas por ideias e investimentos privados e públicos, sendo ambas fundamentais para o sucesso ou fracasso dos empreendimentos. Para Julien (2005), as políticas públicas são uma forma de articular o ambiente para que haja promoção do empreendedorismo podendo atuar por meios de alocação de recursos, formação de mão-de-obra especializada, agrupamento de empresas com interesses em comum ou como incentivo à inovação em setores estratégicos.

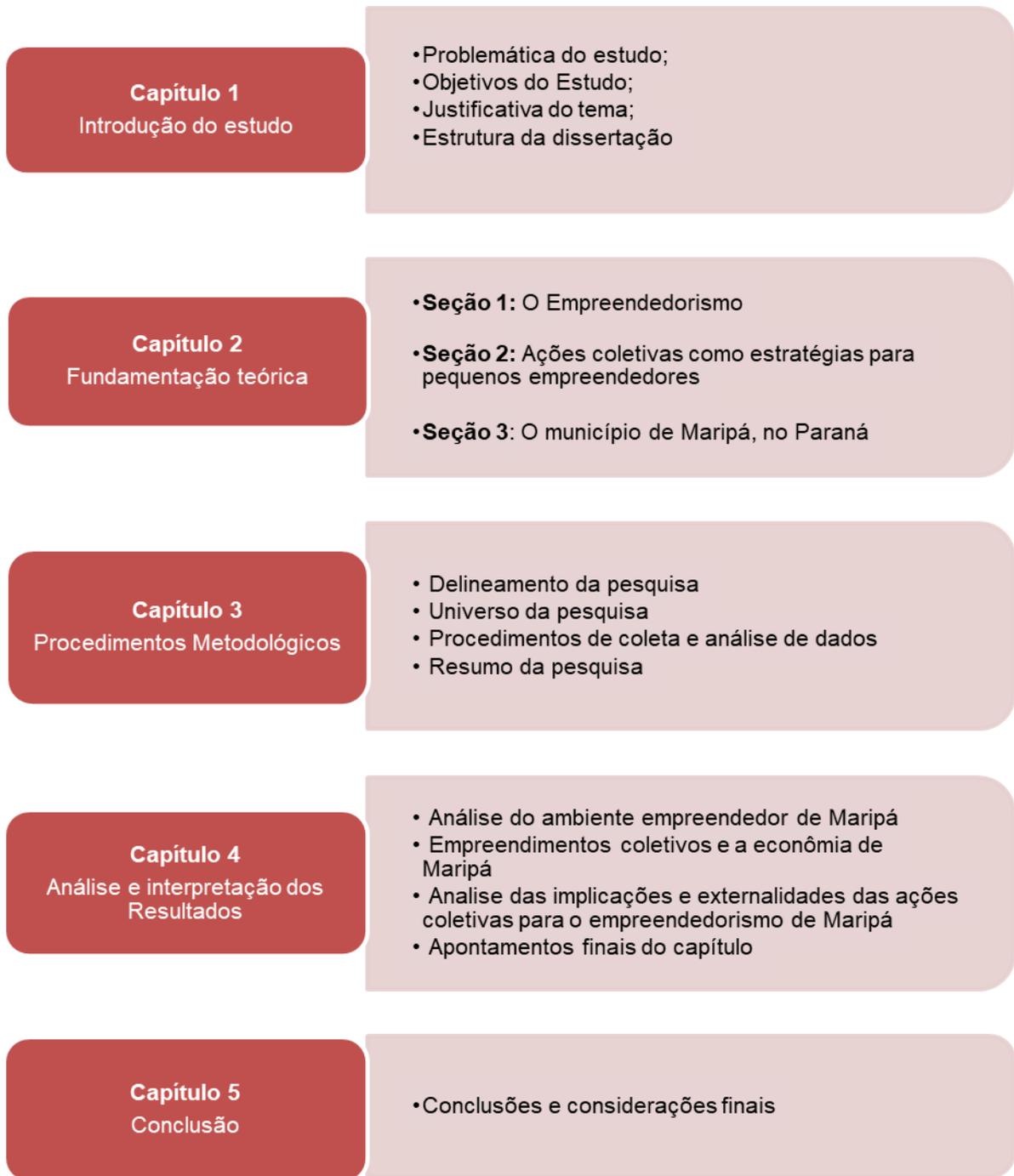
Observando isso, objetiva-se neste estudo compreender se, de alguma forma, as ações coletivas influenciam um ambiente, mais especificamente o ambiente empreendedor. A partir da análise de um município com diversas ações coletivas no meio agropecuário voltadas para alcançar objetivos de empreendimentos locais, cada qual em sua área de atuação, pretende-se descobrir se esta estratégia influencia na criação e desenvolvimento de empreendimentos locais.

Justifica-se a importância desta pesquisa, pelo fato de que os resultados poderão ser significativos para gestores públicos e também privados, que tem em vista propor uma ação estratégica para diversificação de renda e/ou o fortalecimento do empreendedorismo local.

A Região Oeste do Paraná tem como principal fonte de renda o agronegócio, onde observa-se a atividade de grandes cooperativas agroindustriais e cerealistas, as quais realizam trabalhos importantes para que as propriedades rurais diversifiquem suas rendas e viabilizem suas produções. Fazer com que as propriedades rurais se mantenham viáveis é um desafio e, Maripá, vem demonstrando uma alternativa para seus munícipes, com resultados satisfatórios em relação aos municípios que compõem a microrregião de Toledo. Apesar de ser um município com uma das menores populações (5.684 habitantes), apresenta a segunda maior renda *per capita*, o maior salário médio e ocupa o terceiro lugar na taxa de escolarização da microrregião de Toledo (IBGE, 2018).

Com base no apresentado até aqui, para atingir os objetivos propostos, este estudo está organizado de acordo com a Figura 3;

Figura 3 - Estrutura da dissertação



Fonte: elaborado pela autora (2018).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para melhor entendimento sobre os estudos teóricos realizados para apoiar esta pesquisa, o capítulo teórico está dividido em 3 seções: 1) empreendedorismo; b) ações coletivas como estratégia para pequenos empreendedores; e c) o município de Maripá. Para melhor compreensão, elaborou-se o esquema exposto na Figura 4.

Figura 4 - Estrutura do referencial teórico da dissertação

Seção 1	O EMPREENDEDORISMO	<p>SUBSEÇÃO 1--> Fundamentos do empreendedorismo e o indivíduo empreendedor</p> <p>SUBSEÇÃO 2 --> O empreendedorismo e o desenvolvimento local</p> <hr/> <p>A subseção 1 busca cotextualizar o cenário do empreendedorismo, caracterizando os empreendedores e seus negócios. A subseção 2 busca relacionar o comportamento do setor empreendedor com o desenvolvimento local, buscando compreender o que colabora para fortalecimento (ou não) de empreendimentos.</p>
Seção 2	AÇÕES COLETIVAS COMO ESTRATÉGIA PARA PEQUENOS EMPREENDEDORES	<p>SUBSEÇÃO 1 --> A Teoria da Ação Coletiva</p> <p>SUBSEÇÃO 2 --> Empreendedorismo coletivo</p> <p>SUBSEÇÃO 3 --> Análise de alguns estudos empíricos de empreendedorismo coletivo no Paraná</p> <hr/> <p>O assunto desta seção relaciona a adoção de estratégias coletivas na busca pela competitividade das organizações, olhando principalmente os pequenos empreendedores. A primeira subseção busca analisar a Teoria da Ação Coletiva com base na proposta de Mancur Olson (1965) e nas contribuições de outros autores da área. A subseção 2 relaciona a teoria ao empreendedorismo coletivo, buscando contribuições sobre os assuntos já tratados por autores da área. Para trazer a teoria para o cenário atual, a subseção 3 analisa alguns estudos empíricos de empreendedorismo coletivo realizados no Paraná entre 2014 e 2016.</p>
Seção 3	O MUNICÍPIO DE MARIPÁ	<p>SUBSEÇÃO 1 --> O município de Maripá, no Paraná</p> <p>SUBSEÇÃO 2 --> História de Maripá e o surgimento de ações coletivas</p> <hr/> <p>A primeira subseção resume dados econômicos relevantes para a mapeação do cenário da pesquisa. A segunda subseção busca um pouco da história do município de Maripá, trazendo aspectos da colonização, emancipação e desenvolvimento de atividades econômicas, buscando compreender o momento em que houve o surgimento de ações coletivas.</p>

Fonte: elaborado pela autora (2018).

2.1 O EMPREENDEDORISMO

Essa seção aborda, em um primeiro momento, algumas definições de empreendedorismo, visando compreender aspectos que constituem o processo de desenvolvimento de um novo empreendimento, bem como, o perfil de atores envolvidos com a formação e manutenção de negócios. Em seguida, a pesquisa busca compreender a influência de empreendedores para o desenvolvimento local e de que forma o ambiente estabelecido pelas organizações de um espaço interferem na dinâmica econômica e social.

2.1.1 Fundamentos do empreendedorismo e o indivíduo empreendedor

O termo empreendedorismo foi difundido no século XVIII por Jean Baptiste Say, a partir da análise do empreendedor como um agente de mudanças, conforme destaca Dolabela (2008). A palavra “empreendedor” é de origem francesa, originada do termo *entrepreneur*, que expressa o profissional que assume riscos e busca algo novo, ou seja, é uma pessoa diferenciada, que possui motivação singular, apaixonada pelo que faz e que busca ser reconhecida (DORNELAS, 2008).

O indivíduo que está à frente do negócio é um dos fatores mais importantes para o sucesso ou fracasso desse empreendimento. Schumpeter (1959) o conceitua como ator importante no desenvolvimento econômico, considerando que as atitudes voltadas a inovação interferem no mercado e geram mudanças na economia. Nesse aspecto, ele afirma:

O desenvolvimento, no sentido em que o tomamos, é um fenômeno a parte, inteiramente fora do que se possa observar no fluxo circulatório, ou na tendência para o equilíbrio. É transformação espontânea e descontínua das artérias do fluxo, distúrbio de equilíbrio, que altera e desloca, para sempre, o estado de equilíbrio preexistente (SCHUMPETER, 1959, p. 91).

Mais tarde, Fillion (1999), afirma que duas correntes de pensamento iniciaram a busca pelo entendimento do termo empreendedor: os economistas, que associaram o empreendedor à inovação e a capacidade de gerenciamento; e os psicólogos, que enfatizaram aspectos como criatividade e intuição. Porém, o autor assume o termo empreendedor como

Uma pessoa criativa, marcada pela capacidade de estabelecer e atingir objetivos e que mantém alto nível de consciência do ambiente em que vive, usando-o para detectar oportunidades de negócios. Um empreendedor que

continua a aprender a respeito de possíveis oportunidades de negócios e a tomar decisões moderadamente arriscadas que objetivam a inovação, continuará a desempenhar um papel empreendedor (FILION, p. 19, 1999).

No que se refere as características empreendedoras, alguns atributos são citados, conforme segue:

Empreendedores são visionários; sabem tomar decisões; são indivíduos que fazem a diferença; sabem explorar ao máximo as oportunidades; são determinados e dinâmicos; são otimistas e apaixonados pelo que fazem; são dedicados; são independentes e constroem o próprio destino; ficam ricos; são líderes e formadores de equipes; são bem relacionados (*networking*); são organizados; planejam, planejam e planejam; possuem conhecimento; assumem riscos calculados e criam valor para a sociedade (DORNELAS, 2008, p. 17);

Esther, Rodrigues e Freire (2012) observam que o empreendedor é alguém capaz de articular uma rede de relacionamentos empresariais, de onde emergem duas questões. A primeira é a que o indivíduo que empreende está associado a um negócio no qual realiza a “sua” visão. Em segundo lugar, as pessoas pertencentes à rede de relacionamentos empresariais são entendidas como produtos sociais necessários ao empreendedor. Os autores ainda apontam que estes atores projetam e desenham um futuro, e que para ser alcançado, devem ser tomadas determinadas posições e decisões ao longo do tempo.

Apesar destas características já destacadas em vários estudos, Filion (1999) destacou que é difícil estabelecer um perfil psicológico do empreendedor, de forma científica, por várias razões. Entre elas está o fato de que os empreendedores que entram no mercado atualmente, não tem o mesmo perfil que os que se lançaram no mercado há anos atrás. Os perfis são definidos de acordo com os treinamentos e os empregos anteriores do empreendedor, bem como, a religião, os valores da comunidade educacional e a cultura familiar, entre outros motivos. O autor destaca também que a percepção de cada um sobre o que é ser empreendedor varia (FILION, 1999). Logo, compreende-se que é de comum acordo entre os pesquisadores da área que há características predominantes, mas não existe uma regra que determine a forma que elas atuam.

É apontado também por Cielo (2001) que não há uma receita básica para ser empreendedor, mas há características comuns, e, ao mesmo tempo, os distinguem dos outros. Para o empreendedor que procura crescer e ser independente, a ousadia, a criatividade, os conhecimentos e a perseverança são essenciais. As características empreendedoras variam em função da atividade que o

empreendedor executa, da época e/ou de acordo com a fase de crescimento em que a empresa se encontra (CIELO, 2001)

Algumas características relevantes de empreendedores são destacadas por Nassif et al. (2007), conforme apresentado na Figura 5. Para os autores, o conceito de empreendedor está relacionado a uma pessoa de ação, que busca realizar, transformar, visualizar oportunidades, sonhar, acreditar, assumir riscos e desafios, agregando recursos e pessoas, e que a partir disso, busca mudanças e inovações. É uma pessoa capaz de realizações individuais e profissionais, que supera desafios e tem a capacidade de conquistar resultados por meio de um processo que visa à concretização das oportunidades.

Figura 5 - Representação social do conceito de empreendedor



Fonte: Nassif et al. (2007, p. 6).

Assim, entende-se que o perfil empreendedor é também influenciado pelo meio em que o indivíduo vive, refletindo assim, suas experiências. Como destaca Dolabela (1999), mesmo na era da globalização, o empreendedorismo é um fenômeno regional, pois a cultura, as necessidades e os hábitos de uma região determinam alguns comportamentos, o que é congruente com a visão schumpeteriana de que o desenvolvimento econômico ocorre, auxiliado pelas inovações tecnológicas, pelo critério bancário e pela capacidade de empreender um

novo negócio, sendo o empreendedor um agente capaz de mobilizar o capital (DOLABELA, 1999).

Viguerani e Nunes (2016) interpretam o empreendedor como profissional que desenvolve a capacidade de inovar e proporcionar mudanças, sendo que suas habilidades estão em constante desenvolvimento, buscando a oportunidade de gerar algo novo que transforme o ambiente em que está inserido.

A importância da figura de um ou mais fundadores que enfrentam o desafio de estabelecer no mercado uma nova empresa é destacado por Gomes (2011), que também reitera a relevância das características empreendedoras. Vale aqui destacar que um indivíduo empresário não é necessariamente empreendedor. O empreendedor é capaz de identificar uma oportunidade e transformá-la em riqueza, enquanto o empresário é o indivíduo com competência para gerenciar essa oportunidade identificada pelo empreendedor (GOMES, 2011).

Filion (1999) buscou entender a diferença entre gerentes-proprietários de pequenos negócios, classificando-os em dois grupos: empreendedores e gerentes-operadores. Em outras palavras, gerentes-proprietários são os que introduziram alguma inovação significativa e foram classificados como empreendedores, enquanto os que não adotaram nenhum produto ou inovação de mercado relevante e cujos negócios não cresceram rápido, foram classificados como gerentes-operadores. Após entrevista com 158 empresas em 18 países diferentes, o autor concluiu que a maior diferença entre os sistemas de operadores que gerenciam pequenos ou médios negócios recai basicamente sobre definições de “raiz”, ou seja, empreendedores tem “sonhos realistas” pelos quais estão comprometidos, enquanto gerentes-operadores buscam dar bom uso as suas habilidades de forma a ganhar a vida.

Para compreender melhor as características empreendedoras citadas até aqui e a importância delas em um empreendimento, observou-se uma pesquisa realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), publicada em 2016. Neste estudo foram analisadas a sobrevivência e a mortalidade de empresas, verificando quais fatores contribuem para um negócio conseguir se manter ou não ativo. Os itens analisados levam em consideração a situação do empreendedor antes de abrir a empresa, considerando suas condições e experiências, bem como, o tempo de planejamento do negócio, os recursos disponíveis e a gestão do empreendimento. Os resultados da pesquisa estão

representados no Quadro 1, no qual observa-se como as características de perfil de empreendedores influenciam na sobrevivência ou não das empresas.

Quadro 1 – Fatores que contribuem para sobrevivência/mortalidade das empresas

Situação do empreendedor antes de abrir o negócio	Condição anterior do empresário (empregado ou desempregado)
	Experiência anterior do empresário
Planejamento	Motivação para abrir o negócio
	Tempo médio de planejamento antes de abrir a empresa
Gestão do negócio	Recursos
	Frequência de aperfeiçoamento dos produtos e serviços
	Investimento em capacitação
	Atualização às tecnologias
	Acompanhamento das receitas e despesas
Capacitação em gestão empresarial	Diferenciação de produtos e serviços
	Aprimoramento em administração de negócios

Fonte: adaptado de SEBRAE (2016).

A partir deste estudo apresentado pelo SEBRAE (2016), ressalta-se alguns itens importantes. Por exemplo, quanto a situação antes da abertura do negócio: as empresas que não estavam mais ativas no momento da pesquisa tinham taxas menores de fundadores com experiência no ramo de atuação da empresa que as ativas. Muitas delas iniciaram as atividades por exigência do cliente e não por aptidão para o negócio. Conseqüentemente, observa-se que em empresas inativas houve menor negociação com fornecedores, menor acompanhamento do fluxo de caixa e menor investimento em capacitação e tecnologia. O planejamento também mostrou diferenças relevantes, como no tempo médio despendido para elaboração do empreendimento e na negociação de recursos junto a fornecedores e bancos. Na gestão do negócio e na capacitação empresarial, as empresas que mantiveram suas atividades demonstraram maiores investimentos em aperfeiçoamento e capacitação,

realizando acompanhamento das receitas e despesas ao longo do tempo e buscando diferenciar seus produtos e serviços, ou seja, buscando inovar.

Entende-se então, que empresas que possuem maior planejamento, e, conseqüentemente, preparo para abrir o negócio, apresentam maior possibilidade de manter atividade no mercado. Aperfeiçoando os processos produtivos, gerenciais e as pessoas que nela atuam, possibilita-se a alteração do local onde a empresa está localizada. Ou seja, com a empresa transformando uma matéria prima em riqueza e trabalhando no aperfeiçoamento do capital humano, ocorrem mudanças no ambiente físico e social. Para compreender melhor essa relação do empreendimento com o local em que está inserido, desenvolveu-se a subseção a seguir, a qual apresenta estudos que auxiliam no entendimento dessa questão.

2.1.2 O empreendedorismo e o desenvolvimento local

Devido a capacidade de empreendimentos ativos trabalharem o aperfeiçoamento de pessoas e processos, há uma tendência ao desenvolvimento do local em que ele está inserido. Silva e Machado (2008) afirmam que o papel do empreendedorismo no desenvolvimento econômico envolve, além do aumento da produção e da renda *per capita*, a constituição de mudanças na estrutura do negócio e da sociedade. Também Duarte e Santos (2003) colaboram ao mencionar que o empreendedorismo é capaz de superar desigualdades sociais, desde que haja implantações de programas de desenvolvimento local. Para tanto, esta subseção busca entender o papel do empreendedorismo no desenvolvimento do local em que está inserido por estudos já realizados na área.

Esclarece-se que não se tem aqui o objetivo de desdobrar e compreender exaustivamente os conceitos de desenvolvimento local, mas sim de abordar ideias e estudos que indiquem as contribuições dos empreendedores e suas culturas para o desenvolvimento econômico do ambiente em que estão inseridos.

Desenvolvimento é as vezes associado a progresso material e modernização tecnológica, mas para Martins (2002) não é apenas isso. Quando se desconsidera as diferenças culturais, pode-se levar em seu interior o domínio e a imposição cultural que desequilibram e abalam as sociedades. Para o autor, o princípio básico do desenvolvimento é voltado para as pessoas e não para os objetos, sendo a postura que atribui e assegura a comunidade. Além disso, esse

grupo não tem apenas o papel de beneficiário, mas também de agente de desenvolvimento local. A participação da comunidade é uma conquista a ser empreendida individualmente.

Para Leroy (1997) "local" se refere à escala das relações interpessoais da vida cotidiana, que sobre uma base territorial constroem sua identidade. A materialidade de um lugar – casas, ruas, campos, vizinhança, clima habitual, etc. – participa ativamente da vida das pessoas, envolvendo-as e dando significado aos fatos, as quais adquirem significação social.

A cultura norteia o comportamento humano e incorpora transformações advindas da interculturalidade, fenômeno que liga aspectos da natureza socioeconômica e aspectos espaciais ou temporais, o que faz com que o indivíduo se assuma como medida das coisas, ou seja, imprima seu ritmo para as atividades que precisa realizar durante seu dia-a-dia, como afirmado por Kashimoto, Marinho e Russeff (2002). Os autores ainda delimitam o conceito de cultura, caracterizando-a como um conjunto de atividades e crenças que uma comunidade adota para enfrentar os problemas impostos pelo meio ambiente, no qual o grupo de seres humanos cria soluções originais para adaptar seu meio ambiente, natural e social, abrangendo diversos aspectos da vida: *savoir-faire*³, conhecimentos técnicos, costumes relativos a roupas e alimentos, religião, valores, língua, símbolos, comportamento sócio-político e econômico, entre outros.

Schumpeter (1982) associa o termo desenvolvimento econômico à inovação. Para o autor, o desenvolvimento econômico é iniciado a partir de inovações que podem se manifestar através da introdução de um novo bem ou qualidade no mercado, por meio de um método inovador de produção, abertura de mercado, conquista de fontes de matéria prima ou a partir de uma reformulação de organização (criação de um monopólio, por exemplo).

Também Dornelas (2001) destaca o papel do empreendedorismo no desenvolvimento econômico, proveniente das suas contribuições às inovações de mercado. Quando se investe em um ambiente estimulador de novas ideias, está havendo promoção de uma economia sustentável, eficiente e inovadora, a qual afeta os índices de empregabilidade, renda e produto interno bruto.

³ *Savoir-faire* é a habilidade de obter êxito, graças a um comportamento maleável, energético e inteligente. É o saber fazer.

Por outro lado, o investimento em empresas é considerado arriscado, sendo esse aspecto enfatizado por Sarmiento e Costa (2016), quando dizem que principalmente em *startups*, há imprevisibilidade da aceitação do produto ou serviço no mercado, o que exige do empresário, além de uma ideia inovadora, a expertise, uma rede de contatos e conhecimento de gestão.

O crescimento de empreendimentos é resultado da melhor coordenação de recursos e de capacidades de empresas, como admitem Machado, Faia e Silva (2016), afirmando que o efetivo crescimento está relacionado com a identificação de origens de recursos, de capacidades e da competência de aprender sobre eles.

Uma empresa, comunidade ou região que possui cultura empreendedora é fortalecida, pois consegue visualizar e aproveitar novas oportunidades. Este é um ambiente inovador, onde tem-se a possibilidade de trabalhar baseando-se em estratégias e planejamento, que são alicerces da cultura empreendedora, diminuindo as incertezas das oportunidades de negócio e gerando vantagem competitiva (SCHMIDT; DREHER, 2008).

Martinelli e Joyal (2004) falam de “novo desenvolvimento”. O termo é classificado por eles como a evolução de determinada região, que vai além do crescimento econômico. Essa perspectiva abrange também elementos sociais, culturais e morais, o que significa que se deve considerar, além da abordagem econômica, os componentes do ambiente, que refletem o progresso da sociedade em suas múltiplas dimensões, e não apenas na dimensão econômica.

Quanto ao comportamento, o empreendedor é também motivado pelo fenômeno regional. Isto é afirmado por Filion (1999), ao citar que as culturas, as necessidades e os hábitos de uma região são determinantes para o comportamento dos seus habitantes, sendo que os empreendedores integram, assimilam e interpretam esses comportamentos e agem de acordo com o ambiente. Na era eletrônica, a influência vai além dos limites regionais, mas o relacionamento entre os empreendedores e a população, em geral, mantém-se em nível regional, fazendo com que os empreendedores reflitam a cultura da sua comunidade (FILION, 1999).

Os estudos de Martinelli e Joyal (2004) apontam que duas dinâmicas são consideradas como principais características no conceito de desenvolvimento local: a competitividade e a cooperação. Com a globalização, a competitividade é cada vez mais rigorosa e impõe dificuldades para a sobrevivência de pequenos produtores no mercado. O desenvolvimento das potencialidades de atores locais contribui para o

desenvolvimento das perspectivas de desenvolvimento local. Acordos desenvolvidos para estimular a sobrevivência de empresas no mercado compõem a chamada “cooperação”. Dessa forma, atores que contribuem com a sobrevivência local diante da competição gerada pela globalização, através de ações coletivas, ajudam a formar uma comunidade onde prevalece a solidariedade (MARTINELLI; JOYAL, 2004).

Mas a formação de uma ação coletiva precisa da iniciativa de algum agente que consiga visualizar os objetivos comuns de dois ou mais atores. Na visão de Julien (2005), o estado promove um ambiente empreendedor através de incentivos ou transmissão de conhecimentos, nos mais variáveis locais do seu território, para assim estimular o crescimento. Ainda segundo o autor, essa interferência do estado pode ser na alocação de recursos, especialização de mão-de-obra, no agrupamento de empresas com interesses em comum, ou por incentivo à inovação. Entretanto, Silva e Machado (2008) enfatizam que a promoção do empreendedorismo em grandes municípios exige uma reflexão diferente do mesmo exercício em pequenos municípios.

Muitos autores consideram a aplicabilidade de redes, por ser uma forma de empresas pequenas competirem em escala global, diluindo custos e incertezas vultuosas. A associação entre empresas pequenas gera um *output* (saída, se refere a competência de cada participante) com custo reduzido de operação, que é gerado pela otimização do uso comum de recursos, como tecnologia, suprimentos e habilidades organizacionais e pessoais, características geradas pela ação conjunta. Essas formas têm efetivas possibilidades de conduzir a organização a um desenvolvimento sustentável, sendo um caminho plausível para o desenvolvimento de empresas pequenas em uma economia globalizada, concorrencial e em busca de competitividade (OLAVE; AMATO NETO, 2001).

Posteriormente, na seção 2 desse capítulo, abordam-se estudos para compreender como as ações coletivas estão associadas as estratégias tomadas por pequenas empresas. Entende-se que negócios de pequeno porte enfrentam diversos desafios para se posicionar em mercados cada vez mais competitivos. Assim, em alguns casos, agir em conjunto pode ser uma estratégia para conseguir competitividade e/ou instrumentos para auferir as necessidades do mercado.

2.2 AÇÕES COLETIVAS: ESTRATÉGIA COMPETITIVA PARA PEQUENOS EMPREENDEDORES

Em um mundo globalizado, a competitividade é questão de sobrevivência para as empresas, independente do ramo de atuação, exigindo presença nos mercados chave, aumento da produtividade de produtos e investimentos em mão de obra e tecnologia, segundo afirma Klotzle (2002). Para o autor, é uma tarefa difícil conciliar a melhoria contínua de toda a cadeia de produto, o que faz com que as empresas optem por buscar alianças estratégicas, ou seja, atividades de parceria com outras empresas, com o intuito de sobreviverem no mercado e aumentarem a competitividade (KLOTZLE, 2002).

A capacidade de competir não tem uma definição precisa, mas do ponto de vista teórico, é a capacidade sustentável de sobreviver e, de preferência, crescer em mercados concorrentes ou em novos mercados, sendo que o desempenho empresarial depende de relações sistêmicas. Além disso, gargalos como o de coordenação vertical ou de logística podem prejudicar as estratégias (FARINA, 1999).

Para Azevedo (2000), a concorrência é a alma do funcionamento dos principais meios em que operam os negócios, e é estímulo para a redução do custo, aumento da qualidade e desenvolvimento tecnológico de uma empresa. A concorrência pode assumir um duplo caráter: de um lado pode ser uma ameaça aos lucros e a sobrevivência das empresas, as quais querem se ver livres dos competidores; por outro lado, é o meio pelo qual a empresa pode crescer, ampliar sua participação em seu mercado corrente ou conquistar novos mercados. Muitas vezes a palavra concorrência é associada ao termo competitividade, mas há diferença entre eles: competitividade é a capacidade de a empresa crescer e sobreviver de modo sustentável, enquanto concorrência é uma característica dos mercados, sendo uma referência à disputa entre as empresas pela renda limitada dos consumidores ou pelo acesso dos insumos (AZEVEDO, 2000).

As estratégias de um empreendimento são adotadas de acordo com o que a organização almeja, baseado no ambiente em que está inserida. A Nova Economia Institucional (NEI) é uma teoria que analisa o Ambiente Institucional e as Instituições de Governança. Trabalha com variáveis relacionadas à política, legislação e às instituições que formam e estruturam os aparatos regimentais de uma sociedade,

dedicando-se mais especificamente ao estudo das “regras do jogo” (FARINA; SAES; AZEVEDO, 1997).

Cada organização define a sua estratégia de atuação, buscando equilibrar as instituições e as necessidades do seu mercado. Neste sentido, Williamson (1986) observa que existe um esquema integrado das relações entre ambiente institucional, organizações e indivíduos. Para ele, as regras impostas pelas instituições determinam formas da organização, enquanto os indivíduos têm influência devido a ações comportamentais. As ações estratégicas das organizações serão tomadas sob aspectos institucionais e individuais.

É papel dos agentes econômicos definir a estrutura de governança mais eficiente, ou seja, que proporcione menor custo de transação. As estruturas de governança são desenvolvidas a partir do pressuposto comportamental dos indivíduos através dos limites impostos pelo ambiente institucional. O ambiente institucional e as estruturas de governança se inter-relacionam, pois, de um lado, as regras do ambiente institucional determinam as formas organizacionais, e por outro lado, as estratégias organizacionais podem modificar o ambiente institucional (RAMOS, 2014).

Para Farina (1999) não se pode ignorar problemas organizacionais na análise da competitividade e da concorrência, sendo que as estratégias empresariais exigem estruturas de governança adequadas. Custos e produtividade, por exemplo, são indicadores que explicam em parte a competitividade. Para ilustrar as relações entre ambiente competitivo, estratégias, estrutura de governança e competitividade Farina, Saes e Azevedo (1997) desenvolveram o pensamento exposto na Figura 6. Uma firma irá ajustar as suas estratégias aos padrões que a concorrência determina, e a forma como ela estrutura seus ambientes (organizacional, institucional e tecnológico) é determinante para o ambiente competitivo.

O modelo do estudo demonstra os ambientes institucional, organizacional e tecnológico que se relacionam entre si e influenciam o ambiente competitivo, o qual também no curto prazo irá influenciar as estratégias individuais. Cada empresa adota as estratégias de acordo com sua realidade, mas os atributos das transações é que irão definir o desempenho das estratégias individuais. Logo, se estas estratégias forem suficientemente eficientes dentro do contexto dos atributos da transação, as empresas serão bem-sucedidas e terão um desempenho eficiente,

Ainda observando a Figura 6 e relacionando-a com o foco deste estudo, entende-se que a participação em alguma forma de ação coletiva é uma estratégia de mercado, estando dentro da esfera “grupos estratégicos”. Essa estratégia tem influências sobre os atributos das transações, pois pode mudar a forma como uma organização atua, bem como, impacta nas estratégias de cada empresa individualmente e no desempenho dela junto ao mercado. O objetivo deste estudo é analisar como ações coletivas interferem no empreendedorismo local, e para isto é importante entender as estratégias destes grupos e como trabalham na construção de estratégias individuais e também do local ao qual pertencem.

A articulação de ações cooperativas entre concorrentes, fornecedores, distribuidores, institutos de pesquisa públicos e privados, são uma forma de estruturar ações estratégicas competitivas, sendo que a cooperação e a coordenação, tanto vertical quanto horizontal, são importantes na vitalidade da concorrência. A competitividade é, portanto, resultado de políticas públicas e privadas, individuais e coletivas (FARINA, 1999).

As organizações grupais surgem por indivíduos que tem interesses comuns e acreditam que ações individuais são menos eficientes que uma ação coletiva. Esses indivíduos planejam, então, uma atuação coordenada para alcançarem seus objetivos (OLSON, 1999). Ainda Nassar (2001, p. 27) diz que “o alinhamento de interesses em uma ação coletiva não está na equivalência do interesse próprio da pessoa, mas no fato de que os indivíduos têm necessidades em comum e que certamente podem ser obtidas por meio de ações em conjunto”.

As ações coletivas podem se apresentar por diferentes meios, tais como: associativismo, entidades de representação política e sindical, e por realizarem atividades conjuntas, como compras em comum, serviços pós-venda, prospecção e venda nos mercados externos, controle de qualidade, economias de escala e escopo, sinergias e aprendizado mútuo, conforme admite Sachs (2003). Ainda segundo ele, as empresas de pequeno porte são as que mais adotam este tipo de estrutura, já que possuem muitas dificuldades que podem ser resolvidas por meio de iniciativas coletivas.

A adoção de uma ação coletiva é parte da estratégia empresarial para aumentar a competitividade no mercado consumidor. As empresas adotarão essa estrutura de governança se entenderem que, em grupo, os resultados são mais satisfatórios do que buscar resultados individualmente. Para compreender o que é

uma ação coletiva, na sequência apresentam-se alguns fundamentos propostos por estudiosos da área.

2.2.1 A Teoria da Ação Coletiva

Nesta subseção, abordam-se definições sob a ótica da Teoria da Ação Coletiva por alguns pesquisadores da área. Porém, para uma análise aprofundada de cada aspecto, sugere-se a leitura de estudos⁴ realizados especificamente no rebuscamento de conceitos. Busca-se aqui, versar sobre estudos teóricos e empíricos que relacionem os aspectos de ações coletivas com estratégias de atores.

Para Schmidt e Saes (2008), as terminologias como ações coletivas ou conjuntas, cooperação e colaboração, se referem ao comportamento conjunto entre agentes, indivíduos e firmas, em um mesmo ramo de atividade ou não, que trabalham de forma cooperativa, geralmente entre uma rede de empresas, formal ou informalmente. Segundo Nassar (2001), a constatação de necessidades comuns que só podem ser atendidas por meio de ações conjuntas é o que alinha os interesses em uma ação coletiva. Isso exige cooperação entre os indivíduos, fora do sistema hierárquico.

A obra *The Logic of Colective Actions*⁵, desenvolvida por Mancur Olson em 1965, trouxe contribuições significativas para o entendimento das ações coletivas, isto porque o autor analisou a influência do tamanho do grupo para o comportamento coletivo (SCHMIDT, 2012). Em 1999, esta obra foi traduzida para a língua portuguesa, sendo, portanto, adotada como referência para este trabalho. Ele busca explicar a razão pelas quais os indivíduos participam de ações coletivas, buscando justificar que grupos pequenos e grupos grandes não podem ser explicados por uma mesma teoria. Afirma ainda que indivíduos não se unem apenas por interesses comuns, mas precisam de incentivos para isso (OLSON, 1999).

Mark Granovetter e Elinor Ostrom também contribuíram com a construção da Teoria da Ação Coletiva. Granovetter apresenta colaboração importante com algumas obras: em *The Strenght of Weak* (1973)⁶, aponta a existência de laços fortes e laços fracos na formação de grupos e a forma como a intensidade desses

⁴ Sugere-se para leitura OLSON (1999); SCHMIDT (2012); WENNINGKAMP e SCHMIDT (2016).

⁵ Traduzido para o português: A Lógica da Ação Coletiva

⁶ Traduzido para o português: A Força dos Laços Fracos

laços interfere nas relações; no estudo *Economic Action and Social Structure: the Problem of Embeddedness*⁷, o autor propõe a imersão e o enraizamento, afirmando que instituições e comportamentos não podem ser analisados como elementos independentes por serem compelidos por contínuas relações sociais.

Elinor Ostrom tem destaque através de suas obras *Governing the Commons*⁸ e *Collective Action and Local Development Processes*⁹. Na primeira obra, escrita em 1990, Ostrom busca entender o que leva os indivíduos a cooperarem enquanto poderiam se aproveitar das contribuições dos outros indivíduos, abordando questões relacionadas a falhas coletivas por meio dos modelos “A Tragédia dos Comuns” e “O Dilema dos Prisioneiros”. Em sua segunda obra, publicada em 2007, Ostrom aborda a reputação, a confiança e a reciprocidade, elementos que influenciam no surgimento e manutenção das ações coletivas.

Para que haja cooperação é preciso que os indivíduos envolvidos estejam em sintonia com os objetivos coletivos. Ostrom (2007) afirma que quando há um ambiente de confiança entre indivíduos participantes de uma ação coletiva, estes ficam dispostos a adotar a reciprocidade, e conseqüentemente, elevam os níveis de cooperação. Olson (1999) e Ostrom (2007) destacam ainda que os objetivos dos atores influenciam nos resultados. Quando os objetivos iniciais são atingidos, é necessário haver outros objetivos para que continue sendo interessante para a manutenção do grupo. Ou seja, para que a ação coletiva não perca a razão de ser, é importante que os objetivos da ação coletiva sejam sempre superados e renovados.

Dessa maneira, reputação, confiança e reciprocidade são positivamente reforçadas, e a diminuição dessas características pode gerar uma desconfiança coletiva, levando a pouca ou nenhuma cooperação. A pesquisadora destaca ainda que o termo “ação coletiva” é complexo, cujas variáveis centrais podem ser afetadas por variáveis denominadas por ela como estruturais. Algumas variáveis, são aqui citadas: a) número de participantes envolvidos; b) se os benefícios são divididos ou totalmente compartilhados; c) heterogeneidade dos participantes; d) possibilidade de comunicação face a face; e) informações sobre ações passadas; f) a ligação dos indivíduos; g) a possibilidade de entrar ou sair voluntariamente do grupo.

⁷ Traduzido para o português: Ação Econômica e Estrutura Social: o Problema da Imersão

⁸ Traduzido para o português: Governando os Comuns

⁹ Traduzido para o português: Ação Coletiva e Processos de Desenvolvimento Local

Nesse contexto, este capítulo objetiva analisar algumas variáveis estudadas por autores clássicos e outros estudiosos e fazer uma análise de estudos empíricos, a fim de relatar a realidade encontrada.

2.2.1.1 Aspectos da Ação Coletiva

Vários aspectos são abordados em estudos teóricos, os quais são determinantes no universo de um ambiente coletivo. A seguir serão abordados alguns desses fundamentos propostos por estudiosos da área.

2.2.1.1.1 Racionalidade dos indivíduos

As pessoas não interagem aleatoriamente umas com as outras, como se pensassem homogeneamente (POTEETE; OSTROM; JANSEN, 2011). Integrando essa ideia da lógica da ação coletiva, Olson (1999, p.14) diz que “mesmo que todos os indivíduos de um grupo sejam racionais e centrados em seus próprios interesses, e saiam ganhando se, como grupo, agirem para atingir seus objetivos comuns, ainda assim eles não agirão voluntariamente para promover esses interesses comuns e grupais”.

A análise de Olson (1999) contesta o ponto de vista de que o conjunto de indivíduos com interesses comuns age da mesma forma que agiriam isoladamente, por um interesse. Para o autor, os indivíduos de um grupo não agirão isoladamente para promover interesses comuns ou grupais, mesmo se, como grupo, todos os indivíduos sejam racionais e centrados nos próprios interesses e saiam ganhando. O grupo só agirá para atingir objetivos comuns sob coibição ou por algum incentivo à parte, que ajude a arcar com o ônus envolvido no alcance dos objetivos grupais.

Também Wenningkamp e Schmidt (2016) analisam a questão, e apontam que a racionalidade e o auto interesse nas ações coletivas nem sempre são suficientes para que um grupo de indivíduos se proponha a agir coletivamente. Para as autoras, os atores atuarão de forma coletiva por terem objetivos comuns e acreditarem que o esforço despendido individualmente será menor que o benefício que pode ser obtido por meio de uma ação conjunta.

2.2.1.1.2 Tamanho dos grupos

Olson (1999) diz que os indivíduos estão propensos a cooperar por influência de três fatores:

- a) em grupos menores o indivíduo tem uma percepção maior do objetivo a ser alcançado coletivamente. A teoria aponta também que, quanto maior o grupo, mais longe ele ficará de alcançar o nível ótimo de obtenção do bem coletivo, e menos será provido dos interesses comuns dos participantes do grupo;
- b) quanto menor o grupo, menor é a possibilidade de existência de *free riders*, pois ela é detectada com mais facilidade. Os outros membros buscarão formas de reagir as atitudes do carona. Em grupos grandes, é mais difícil a detecção destes indivíduos e é mais fácil o surgimento de mais indivíduos agindo dessa forma;
- c) quanto menor for o grupo, menores serão os custos organizacionais e de coordenação. Este aspecto está ligado ao fato de que a constatação de benefícios alcançados e a detecção de indivíduos que agem apenas em benefício próprio e não do grupo, denominados de *free riders*, são percebidas com maior facilidade, incorrendo em menores custos.

Com base na percepção de Olson (1999), Wenningkamp (2015) elaborou o exposto no Quadro 2, para ilustrar as diferenças existentes entre grupos grandes e grupos pequenos.

Quadro 2 - Comparação entre grupos pequenos e grandes

	Grupos pequenos	Grupos grandes
Percepção do benefício alcançado	Maior	Menor
Constatação de <i>free riders</i>	Facilmente	Difícilmente
Custos de organização e coordenação	Baixos	Altos
Ação voluntária	Facilmente ocorre	Difícilmente ocorre
Nível de benefício alcançado	Próximo ao nível ótimo	Distante do nível ótimo

Fonte: Wenningkamp (p. 43, 2015).

Percebe-se que, nos estudos de Olson (1999), a percepção de benefícios é observada mais facilmente em grupos pequenos, bem como é difícil a imersão de agentes que busquem apenas benefícios próprios e não grupais (*free riders*). As

atividades em conjunto também geram custos menores que em grupos grandes, levando os participantes a agirem voluntariamente e terem mais facilidade de visualizar benefícios alcançados. Olson (1999) observa ainda que em grupos grandes é difícil visualizar ações voluntárias e os custos de organização e coordenação são mais altos, deixando, assim, o nível de benefícios distante de ótimo.

Ainda analisando o tamanho e composição dos grupos, Olson (1999) discorre sobre a taxonomia dos grupos, classificando-os em três tipos: privilegiados, intermediários (grupos pequenos) e latentes (grupos grandes). Nos grupos privilegiados, a principal característica da coordenação é haver ao menos um indivíduo que se dispõe a buscar o benefício coletivo, não tendo necessidade de coordenação. Nos grupos intermediários, o benefício gerado não é suficientemente grande para incentivar um membro a assumir sozinho os custos, necessitando assim de coordenação. Nos grupos latentes, devido à grande quantidade de participantes, a contribuição de cada membro é dificilmente percebida pelos demais, o que dificulta a contribuição com os interesses do grupo.

Poteete, Ostrom e Jansen (2011) sugerem uma relação mais complicada entre grupos grandes e pequenos. Estudos realizados por eles mostraram que a influência do tamanho do grupo não é apenas contextual, como também depende de critérios para a avaliação do sucesso. Para estes autores, o tamanho do grupo afeta as perspectivas da ação coletiva, mas não de maneira clara, pois a natureza da relação parece depender da natureza dos objetivos de cada ação coletiva e das interações sociais complexas em determinados contextos que são, em si, resultado de interações entre múltiplas variáveis.

Agrawal (2000) também difere do pensamento de Olson e corrobora com o pensamento de Poteete, Ostrom e Jansen (2011), defendendo que uma ação coletiva não depende apenas da formação dos grupos, mas também da realização do objetivo pela qual a ação coletiva foi desenvolvida. Afirma que quando se admite que grupos menores têm maior eficiência, está esquecendo-se de analisar os impactos das relações entre grupos. Cita ainda que grupos pequenos tem maior facilidade de organização, enquanto grupos grandes tem mais facilidade de alcançar benefícios comuns.

2.2.1.1.3 Heterogeneidade de grupo

Em geral, o tamanho dos grupos influencia a forma como os atores agirão. Ou seja, a atuação dos envolvidos em grupos grandes será diferente do que em grupos pequenos. Os grupos poderão ser homogêneos ou heterogêneos.

Para Olson (1999), percebe-se o conceito homogeneidade entre membros de uma ação coletiva, principalmente com mais clareza em grupos menores. O autor observa que em grupos onde há diferentes graus de interesse, os que possuem maior dedicação atribuirão maiores esforços na busca de resultado grupal, provendo um maior benefício coletivo, ou seja, neste caso o grupo é mais homogêneo.

Já Granovetter (1973) relaciona heterogeneidade dos grupos com a intensidade dos laços entre indivíduos (laços fortes e laços fracos). Para ele, os laços fortes são os que criam grupos homogêneos, e vem do relacionamento entre família e amigos próximos, o que gera um ambiente de reciprocidade e confiança. Os grupos heterogêneos estão relacionados com laços fracos, onde há diferenças entre as ideias dos participantes, já que os indivíduos vêm de um conjunto de experiências e informações distintas, sendo que o ambiente gerado neste grupo tende a ser inovador.

Ao estudar as Associações de Interesse Privado (AIP's) no agronegócio brasileiro, Nassar e Zylberstajn (2004) observaram que a heterogeneidade é um aspecto dificultador para o alcance dos objetivos dos atores de uma ação coletiva. Para eles, os objetivos tenderão a ser difusos e generalistas. Afirmam ainda que em grupos pequenos e homogêneos há maior alinhamento de interesses, fazendo com que a associação seja provedora de bens coletivos apropriados por todos os associados.

Poteete, Ostrom e Jansen (2011, p. 84) observam que

As características de um grupo, inclusive o tamanho e a heterogeneidade, influenciam a capacidade de os usuários de recursos confiarem que os outros não quebrarão as regras e superexplorarão de maneira considerável. É muito difícil estabelecer a colaboração no manejo de um recurso natural compartilhado sem que haja uma total confiança na segurança e na reciprocidade dos membros de uma comunidade de usuários de recursos.

Os estudos de caso considerados por Poteete, Ostrom e Jansen (2011), mostram a tentativa de ligar o tamanho do grupo e a heterogeneidade ao êxito da ação coletiva. As dimensões múltiplas das características do grupo e as várias

formas de ação coletiva, resultam em um conjunto complexo de relações, o que mostra que os efeitos da heterogeneidade podem ser bastante variáveis.

2.2.1.2 A Liderança na Ação Coletiva

Diversos estudos apontam que o elemento central do empreendedorismo é o indivíduo que se motiva a ser empreendedor, isto porque são eles os líderes que promovem as mudanças organizacionais requeridas para consolidar e desenvolver seus empreendimentos (ARMOND; NASSIF, 2009). Inicialmente parece difícil conceituar liderança e empreendedorismo, afinal, imagina-se que para ser empreendedor é preciso ser líder. Porém, Perren (2000) comparou as duas situações, e sugere que, apesar de certa similaridade conceitual, há diferenças. Um indivíduo líder é capaz de motivar, se comunicar, socializar, orientar uma equipe e transmitir confiança, mas não necessariamente é preparado para enxergar oportunidades e inovar. Por sua vez, o indivíduo empreendedor identifica oportunidades de mercado e consegue ter controle sobre estas possibilidades.

Kotter e Cohen (2002) afirmam que, apesar de líderes e empreendedores terem características em comum, como assumir riscos, há características que os distinguem. Para os autores, os empreendedores são bem-sucedidos, independentes e competitivos, visualizam oportunidades de inovação, mas são diferentes na propriedade do seu negócio. Também Senge (2004) observa os líderes, apontando que estes são pessoas que definem o caminho, tomam decisões fundamentais e energizam uma equipe, estão sempre em mutação e crescimento, buscando formação e aprendizado, testando as teorias aprendidas e realizando os ajustes e correções necessárias.

O líder tem necessidade de atuação em diversas situações, seja no meio social em que o grupo está inserido, ou em questões internas da organização, como corrobora Barnard (1979):

[...] as limitações impostas pelo ambiente físico e a constituição biológica dos seres humanos, as incertezas do resultado da cooperação, as dificuldades da compreensão comum dos propósitos [...] as tendências dispersivas dos indivíduos [...] o grande papel da persuasão, adesão à organização e submissão às suas exigências [...] revelam a necessidade da liderança, o poder dos indivíduos para inspirar decisões pessoais e cooperativas [...] (BARNARD, 1979, p. 250).

Os líderes devem procurar transformar suas empresas em força para mudar os negócios e o mundo. A liderança, quando bem posicionada e preparada, faz surgir oportunidades de negócios, busca melhorar o posicionamento de mercado, inova e motiva os colaboradores. As estratégias, preferências de processo e envolvimento do público tem influência do contexto nacional e/ou do setor em que está inserido, e são os líderes que levarão práticas competitivas de um lugar ao outro (KANTER, 2010).

Armond e Nassif (2009) destacam que uma rede de empresas já traz embutida a inovação que visa uma solução para problemas de sustentabilidade de cada empresa isoladamente. Logo, aprendizagens regionais e estratégias coletivas compreendem uma ação empreendedora coletiva. A liderança é capaz de formar redes amplas de relacionamento e pode buscar a cooperação além da competição, sendo que esta forma de relacionamento pode ser um diferencial.

O perfil e a atuação do líder motivam externalidades para a área de atuação deste indivíduo e do círculo por ele conduzido. Estas externalidades podem auferir mudanças nas pessoas, no negócio e também na economia local.

2.2.1.3 Políticas Públicas

Uma das formas de promover o empreendedorismo e o desenvolvimento em um local é através de políticas públicas, ou seja, do incentivo e criação de mecanismos para desenvolver determinada atividade por parte do poder público. Para Souza (2006), as políticas públicas são definidas como uma forma de buscar soluções para problemas, com embates em torno de ideias e interesses, com foco concentrado no papel dos governos, havendo também aspectos conflituosos com limites que cercam as decisões dos governos. Existe ainda a possibilidade de cooperação que pode ocorrer entre os governos e outras instituições e grupos sociais (SOUZA, 2006).

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, p. 26, 2006).

O processo de decisão sobre a escolha de políticas públicas, quando bem formuladas, não resulta apenas em barganhas negociadas entre indivíduos que perseguem apenas o auto interesse dos mesmos. São também mobilizadas pelos processos institucionais de socialização, por novas ideias e por processos gerados pela história de cada país. Os decisores agem e se organizam de acordo com as regras e práticas socialmente construídas (Souza, 2006).

Os empreendedores desse ambiente, são indivíduos que defendem uma ideia, conectando-a com soluções de problemas e produzindo mudanças em políticas públicas. “Estes empreendedores podem estar posicionados em qualquer lugar de uma comunidade de políticas, tanto dentro quanto fora do governo, e investem seus recursos (tempo, energia, reputação, recursos financeiros) na defesa de determinadas propostas com base numa expectativa de ganhos futuros” (CAPELLA, 2015).

Gomes (2018) discorre sobre a Lei Complementar (LC) 123/06, afirmando ser um instrumento de desenvolvimento decisivo para a Região Oeste do Paraná. A Lei versa sobre a dimensão do desenvolvimento, considerando nove dimensões: acesso a compras; desburocratização e simplificação; acesso ao crédito; educação empreendedora; associativismo; inovação e tecnologia; acesso à justiça; agente de desenvolvimento; empreendedor individual.

Ainda para Gomes (2018), a execução dessa Lei na região Oeste paranaense apresenta resultados nas questões de qualidade de vida e de desenvolvimento. A ação está promovendo novas ações de associativismo e o desenvolvimento de blocos civis e públicos que buscam fortalecer o ambiente local e regional. Ações de desenvolvimento e de incentivo a pequenos empreendedores, dentre eles atividades voltadas ao agronegócio, foram promovidas por ações conjuntas entre governo e população.

2.2.1.4 Externalidades

As concentrações de pequenas empresas geram importantes economias externas, e o resultado é a eficiência de natureza coletiva, o que pode propiciar a formação de capital social e as externalidades dele decorrentes (ERBER, 2008). As atividades econômicas geradas em um ambiente coletivo têm impactos para quem as realiza, mas também tem impactos no local em que estão inseridas. Vasconcellos

(2009, p. 98) afirma que “em certas ocasiões, o consumo ou a produção de determinado bem ou serviço pode produzir efeitos colaterais, positivos ou negativos, que são chamados de externalidades ou economias externas”.

Para Cruz et al. (2013), quanto mais próximos geograficamente os indivíduos estiverem, mais intensa será a transmissão e o fluxo de ideias, e, inconscientemente, as pessoas aprendem o que está a sua volta. Na presença de externalidades locais, a distribuição espacial influencia o crescimento da economia, pois está correlacionada ao espaço, e quando as atividades se aglomeram em uma região, fazem com que toda a economia se beneficie das externalidades locais e a economia cresça a taxas mais elevadas (CRUZ ET AL., 2013).

Porém, as externalidades podem ser positivas e/ou negativas, sendo que para Moll (2016) parece haver um consenso sobre a existência de ambas. As externalidades positivas ocorrem em um ambiente em que a ação de uma das partes beneficia a outra. Como externalidade negativa, as ações de uma parte impõem custos a outra, o que caracteriza ineficiência econômica (MOLL, 2016).

Wenningkamp e Schmidt (2016) observam ainda que objetivos e benefícios econômicos e comerciais são primordiais na decisão por formar ou integrar ações coletivas. Outros ganhos, tais como no âmbito social, psicológico e/ou cultural, são muitas vezes consequência do objetivo central do grupo.

Uma das formas de ação conjunta é o empreendedorismo coletivo. Quando empresas de um mesmo setor buscam prospectar mercado em conjunto, podem adquirir vantagens junto aos concorrentes, mas também têm custos. A próxima seção busca compreender esse cenário.

2.2.2 Empreendedorismo coletivo

Diversos arranjos organizacionais surgiram no último século, desafiando o conceito tradicional de firma da Economia Neoclássica e da Economia Industrial, as quais viam como principal papel das firmas, se não o único, combinar fatores de produção disponíveis no mercado para produzir bens comercializáveis, não incorporando conceitos de inovação, estratégia e empreendedorismo (MASCENA; FIGUEIREDO; BOAVENTURA, 2012). No final do século XX surgiram novas teorias econômicas que passaram a ver as firmas como conjunto de competências tecnológicas, incorporando o caráter competitivo a elas. A partir de então, teorias

modernas apresentam formas alternativas de governança que extrapolam os, até então, limites da firma como unidade produtiva, iniciando-se estudos de diversos tipos de relações interfirmas, como formas de alianças, redes ou aglomerações geográficas, os quais formam um sistema composto por identidades e estratégias próprias características, fundamentais para a dinâmica competitiva destas empresas. Neste contexto, a compreensão de aglomeração em forma de *clusters* ou APL torna-se importante (MASCENA; FIGUEIREDO; BOAVENTURA, 2012).

Para Crocco et al. (2006), a interdependência entre processos produtivos requer que as organizações estejam “imersas” (*embedded*) em um ambiente local (*milieu*), que atue como facilitador e estimulador dessas estratégias de trabalho em conjunto, fazendo a ligação entre sistemas de produção e culturas tecnológicas particulares de cada envolvido com o processo. Ainda segundo o autor, essa interdependência gera uma relação interfirmas, a qual está relacionada às trocas entre elas, ao grau de especialização e de integração vertical da aglomeração, ao ambiente institucional voltado para dar suporte ao desenvolvimento da aglomeração, entre outros. O estudo destes elementos fez surgir vários termos que são definidos de acordo com o foco da investigação, como, por exemplo, distritos industriais, *milieu* inovativo, sistemas industriais localizados, sistemas produtivos e inovativo locais, arranjos produtivos locais, ações coletivas, entre outros (CROCCO ET AL., 2006).

A proximidade física de empresas colabora para o surgimento de externalidades, pecuniárias e tecnológicas, tendo destaque o mercado de trabalho especializado, *linkages* entre produtores, fornecedores e usuários e a existência de *spillovers*¹⁰ tecnológicos. Em um *cluster*¹¹, ocorrem ações interorganizacionais entre empresas, entre Instituições de Ensino e Pesquisa (IEP's), governo, instituições financeiras e instituições para colaboração (representantes setoriais, sindicatos patronais e atores como o SEBRAE, que exercem o papel de apoiar iniciativas empresariais). As interações interorganizacionais, realizadas entre empresas, entre empresas e IEP's ou entre IEP's, são chamadas de ação conjunta, enquanto as ações dos atores do *cluster*, as quais são revertidas em benefício do grupo, são as ações coletivas (FENSTERSEIFER, 2009).

¹⁰ Em português o termo é usado para: extravasamento.

¹¹ Schmitz e Nadvi (1999), definem *cluster* como uma concentração setorial e espacial de firmas.

Cassiolato e Lastres (2003) contribuem com a discussão, destacando que a aglomeração de agentes econômicos, políticos e sociais, tem foco em um conjunto específico de atividade econômica, os quais envolvem a participação e interação entre as empresas. Incluem também participação de instituições públicas e privadas. Ainda segundo os autores, esse tipo de arranjo envolve inovação, sendo que a competitividade dos envolvidos está relacionada à capacidade de inovação desses arranjos e as ferramentas usadas para isso, sendo que todo esse conjunto é capaz de promover o desenvolvimento local.

Vilela Jr (2015) destaca que essa forma de estratégia favorece a criação de conhecimento e repercute de diversas maneiras: a) a proximidade entre atores facilita a troca de informações na dimensão horizontal; b) a atuação dos membros possibilita a realização de atividades conjuntas; c) os aspectos sociais são fortalecidos devido à proximidade geográfica, o que é importante na distribuição de informações.

Schmitz (2000) afirma que as atividades de colaboração entre os membros é o que forma as ações coletivas entre os atores de um *cluster*. Essas atividades colaborativas levam os atores a aumentar o desempenho. Apesar de normalmente relações de dimensão horizontal serem relacionadas a concorrência, a cooperação pode existir em forma de solução para problemas técnicos, empréstimos de materiais e complementação da capacidade produtiva.

Engel e Del-Palacio (2011) contribuem para a discussão quando definem *cluster* de inovação como um ambiente que favorece a criação e o desenvolvimento de empreendimentos, o qual é caracterizado pela mobilidade de recursos, incluindo pessoas, capital e informação. A presença destes fatores explica a criação e crescimento de empresas de uma região, pois as empresas participantes que se beneficiam de economias de escala externas, estão próximas a fornecedores e clientes, e, nesses ambientes, há busca de oportunidades de investimentos semelhantes, o que recicla não só o capital local, mas também o *know how* e o conhecimento dentro da comunidade.

Porém, quando Gimenes et al. (2008) pesquisa cooperativas, uma forma de ação coletiva, destaca que as empresas organizadas nesta forma organizacional, correm riscos. Isso porque tomar decisões para um grupo de atores, exige modelos particulares de gestão, sendo que seus resultados operacionais, econômicos e

financeiros estão inseridos em um ambiente incerto. As decisões precisam proteger a corporação das exposições às diferentes classes de riscos.

Nesse contexto, as empresas geram o denominado empreendedorismo coletivo. Ele é expresso por formas como associativismo, sindicatos, entidades de representação política e sindical, serviços de compra e de venda em comum, prospecção e vendas em mercado externo. O empreendedorismo coletivo significa uma melhoria contínua, envolvendo todos para o trabalho conjunto, o que pode ser uma alternativa para a resolução de alguns problemas e dificuldades de pequenas empresas (SCHMIDT; DREHER, 2008).

Para Maurer e Silva (2011), os agentes identificados com o perfil de empreendedor coletivo distinguem-se pela busca de soluções que criam valor para a coletividade. Para as autoras, os agentes têm dificuldade de inserção no mercado, por, em geral, terem baixa qualificação técnica e poder de barganha. Quando estes empreendimentos se unem para buscar consolidação no mercado, buscam oportunidades de negociação e acesso a novos mercados, tentando escapar da lógica da exclusão imposta pela concorrência do mercado e das dificuldades de acesso ao crédito.

2.2.3 Análise de alguns estudos empíricos de empreendedorismo coletivo realizados no Paraná

Algumas iniciativas buscam resultados positivos para determinadas regiões, e tem relação com as estratégias voltadas para o empreendedorismo local. Tomio e Schmidt (2015) salientam que é exigida a articulação e empenho de muitos atores, dentre os quais, os empreendedores.

Para compreender melhor o contexto em que algumas ações coletivas estão inseridas, bem como compreender de que modo algumas delas se comportam, examinou-se três estudos empíricos. Para esta análise, buscou-se através de pesquisa nas bases de artigos e periódicos *on line*, trabalhos que satisfizessem os seguintes requisitos: a) pesquisas realizadas no Paraná, por ser este o local onde esta pesquisa também foi realizada, ou seja, o cenário tem proximidade com o estudo; e b) publicados no período entre 2014 e 2017. Os artigos selecionados foram publicados em revistas da área, e abrangem temas referentes a empreendedorismo coletivo.

Entende-se que esta seleção é interessante, pois abrangeu estudos recentes realizados na mesma região deste trabalho, os quais buscam entender diferentes formas de empreendedorismo coletivo e de cooperação, e como eles estão sendo trabalhados em situações diversas. O primeiro estudo apresentado é uma proposta para a formação de uma rede de cooperação estratégica para as oficinas mecânicas de Foz do Iguaçu, onde havia a ideia de impulsionar a cooperação, mas ainda era necessário entender a percepção dos possíveis associados quanto ao assunto. O segundo estudo aborda questões de governança e cooperação em um APL de software, analisando a melhoria de desempenho organizacional das empresas pertencentes ao grupo. Por fim, o estudo busca compreender o empreendedorismo coletivo no contexto do turismo rural da região Oeste do Paraná.

2.2.3.1 Estudo 1: Proposição de formação e gestão de rede de cooperação estratégica: estudo sobre as oficinas mecânicas de Foz do Iguaçu

Este estudo de Mario e Costa (2016) aborda a proposição de formação de uma rede de cooperação estratégica entre oficinas mecânicas de Foz do Iguaçu, no Paraná. Para os autores, a ideia de cooperação é de suma importância, pois é uma forma de pequenas empresas se interligarem para adquirir vantagens em relação a grandes empresas. Dentre as vantagens destacadas, os autores afirmam que a formação de redes de cooperação oferece possibilidade de dispor de tecnologias, reduzir custos de transação no processo de inovação, aumentar a eficiência econômica e a competitividade, adquirir produtos em grande quantidade e com isso ter maior poder de barganha, entre outros. Porém, o estudo destaca também que, se os integrantes da rede não trabalharem em conjunto, estas vantagens dificilmente serão adquiridas.

O estudo, cujo problema de pesquisa era analisar de que forma as oficinas mecânicas podem adotar estratégias de cooperação para alavancar as vantagens competitivas na cidade de Foz do Iguaçu, buscou analisar a percepção dos gestores das oficinas quanto as redes de cooperação. Para tanto, a pesquisa utilizou-se de um levantamento quantitativo, efetuando o questionamento a 31 empresários, buscando informações referentes ao perfil dos possíveis participantes da rede, os

aspectos propostos por esta ação coletiva, a tipologia e as características dessa rede e de que forma acontece o gerenciamento.

Verificou-se que a maioria das empresas tem processo de gerenciamento informal e é por meio da rede de cooperação que as empresas podem ser melhoradas. O estudo mostrou também que há um problema de falta de confiança dos clientes nas oficinas, e que este problema pode ser resolvido por meio da coletividade. Para que se estabeleça uma rede de cooperação é necessário estabelecer objetivos comuns, tais como a aprendizagem, a inovação, ganhos de escala e poder de mercado, aumento de capital social e a redução de custos e riscos. A mentalidade das empresas deve ser mudada, pois a partir da rede elas deixam de ser concorrentes e tornam-se parceiras.

2.2.3.2 Estudo 2: Cooperação e Governança nos Arranjos Produtivos Locais: o Caso das Empresas de Software no Estado do Paraná

Outro estudo empírico analisado foi o que abrangeu os APL's das empresas produtoras de software no Paraná, estando estes arranjos estabelecidos nas regiões: Sul (Curitiba e Ponta Grossa); Sudoeste (Pato Branco); Oeste (Cascavel); Norte (Londrina); Noroeste (Maringá).

O artigo escrito por Gussoni, Weise e Medeiros (2015), objetivou verificar como a cooperação e a governança contribuem para a melhoria do desempenho organizacional das empresas instaladas nos APL's. Aplicou-se um questionário para as empresas que compunham estes grupos, mais especificamente para os dirigentes estratégicos das mesmas. Desta forma, levantou-se questões relativas a identificação da empresa e de que forma a cooperação e a governança são compreendidas por elas. Os resultados mostraram que 92,1% dos empreendimentos eram micro ou pequenas empresas. E apresentavam dificuldades em manter a competitividade, já que em geral, micro e pequenas empresas apresentam dificuldades operacionais para pleitear mercado.

A pesquisa apontou que a cooperação e a governança podem ser consideradas uma força estratégica para a organização de um APL, por contribuírem com o desempenho organizacional das empresas. Segundo os autores, esta forma de arranjo produtivo possibilita ações como de planejamento, execução, monitoramento, trocas de experiências, difusão de conhecimento, visão da cadeia

produtiva como um todo, ganhos financeiros em compras de matérias primas e insumos, entre outros.

Para os autores deste estudo empírico, quando a cooperação interempresarial é bem estruturada, proporciona um relacionamento eficiente e eficaz entre os agentes envolvidos. Além disso, os parceiros mais importantes para as empresas pesquisadas foram as outras empresas do mesmo setor instaladas no mesmo APL. Portanto, este estudo conclui que as ações conjuntas contribuíram para a melhoria no desempenho organizacional das empresas participantes das ações coletivas.

2.2.3.3 Estudo 3: O empreendedorismo coletivo no contexto do turismo rural sustentável: uma experiência do Sul do Brasil

Este trabalho realizado por Schmidt et al. (2016), buscou compreender o cenário dos ambientes coletivos de turismo sustentável da região Oeste do Paraná. Nessa região, há uma iniciativa criada em 2008 que envolve sete municípios e doze pequenos empreendimentos, e até o momento da pesquisa, desconhecia-se o desencadeamento da investigação e o resultado dessa metodologia de trabalho coletivo. Portanto, a pesquisa buscou compreender de que forma se desencadeou o processo de empreendedorismo coletivo no contexto do turismo rural na região Oeste do Paraná.

Constatou-se que a região onde o projeto se instalou é rica em recursos naturais e paisagens rurais, mas pouco explorada nas atividades turísticas, o que motivou o Ministério do Turismo e outras entidades da região (como o Polo Iguassu e o Educare) à formação de um processo coletivo sustentável em torno do turismo.

Dentre as contribuições dessa iniciativa, o trabalho destacou que, após seis anos do início do projeto, apenas dois empreendimentos não estão mais em funcionamento, sendo um dado relevante quando comparado com o índice de mortalidade de Micro e Pequenas Empresas (PME) da região. Outro ganho foi no âmbito social, no que diz respeito ao sentimento de propriedade que o empreendedor tem do seu empreendimento, sentindo-se habilitado a gerenciar o seu negócio. Uma terceira contribuição foi percebida no relacionamento coletivo entre os empreendedores, pois visualizou-se uma relação de parceria e confiança

entre os participantes. Em função do empreendedorismo coletivo, os gestores públicos iniciaram políticas de apoio e parceria para os empreendimentos.

Por outro lado, o trabalho identificou dificuldades para o estabelecimento da ação coletiva. Dentre as destacadas pela pesquisa, estão a falta de liderança e de formalidade, o que gerou dificuldades. Os autores lembram que, de maneira geral, iniciativas coletivas são estimuladas por algum agente coordenador. Também se identificou que a distância geográfica entre os participantes do grupo dificulta as ações realizadas por eles.

Portanto, este estudo mostrou que a ação coletiva foi fundamental para o desenvolvimento do turismo sustentável na região. Se mostrou ferramenta interessante para a competitividade dos empreendedores envolvidos. O desencadeamento do empreendedorismo coletivo no caso estudado, contribuiu nas esferas econômica, social e cultural, sendo as relações de confiança e parceria fundamentais para a manutenção do roteiro coletivo.

A partir da análise destes três estudos, entende-se que este tema é abordado por diversos pesquisadores. Observa-se que o estudo 1 é uma proposta de criação de uma ação coletiva, enquanto nos estudos 2 e 3 alguma ação conjunta já foi adotada como ferramenta estratégica. Um ponto importante a ser destacado é que o objetivo destas alianças é conseguir tornar os participantes mais competitivos, já que são formadas por pequenos produtores ou pequenas empresas. Os três casos analisados mostraram desafios, mas também se compreende que os resultados alcançados individualmente pelos participantes não seriam igualmente satisfatórios se agissem individualmente.

Destaca-se aqui, que o objeto de investigação deste estudo, ou seja, o município de Maripá, está localizado na região dos trabalhos abordados nesta subseção. O local apresenta características agropecuárias semelhantes aos municípios vizinhos, mas está apresentando números de desenvolvimento interessantes, os quais tem relação com as atividades realizadas coletivamente. Sendo assim, esta pesquisa reúne dados que podem ser levados em consideração por outros pesquisadores que desejam olhar a região. A próxima subseção busca contextualizar Maripá e o ambiente empreendedor coletivo, afim de reunir dados relevantes para a discussão das ações coletivas na região.

2.3 O MUNICÍPIO DE MARIPÁ, NO PARANÁ

Maripá é um município situado na mesorregião oeste paranaense, na microrregião geográfica de Toledo. Tem uma área territorial de 287,047km², e está à 579,98km da capital Curitiba. Conta atualmente com três distritos administrativos: Maripá, Candeia e Pérola Independente. Faz limites com os municípios de Toledo,

Figura 7 - Limites do município de Maripá

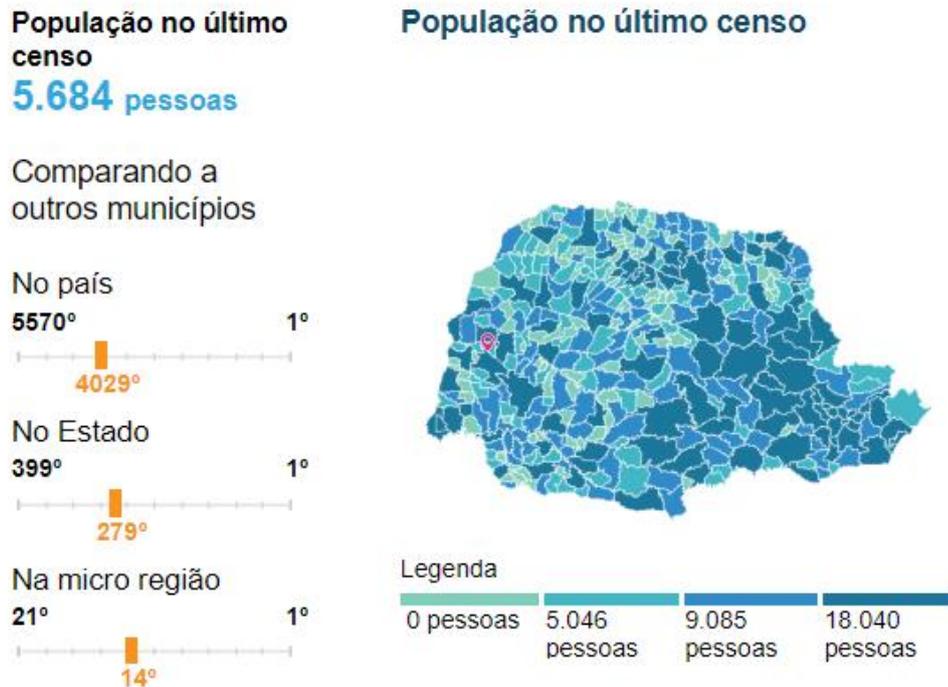


Assis Chateaubriand, Palotina e Nova Santa Rosa, conforme Figura 7.

Fonte: Ipardes (2017).

Segundo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2017) a população estimada é de aproximadamente 5.684 pessoas, conforme informações representadas na Figura 8. Ainda segundo os dados disponibilizados pelo instituto, o PIB *per capita* em 2014 era de R\$48.763,00, sendo que no mesmo período a média do estado do Paraná era de R\$31.411,00 e no Brasil de R\$28.500,00.

Figura 8 - Dados populacionais do município de Maripá/PR



Fonte: IPARDES (2017).

A Figura 8 possibilitou visualizar que dentre os 399 municípios do Paraná, Maripá está na posição 279ª no que se refere ao tamanho da população. Também não está entre os maiores municípios da microrregião de Toledo, ficando com a 14ª posição. Porém, apesar de não ter uma população grande, tem números econômicos interessantes. A Tabela 1 relaciona a população e o PIB *per capita* de cada município da microrregião da qual Maripá pertence, bem como a colocação local e estadual do PIB. Observa-se que Maripá tem o segundo melhor número quando comparado aos outros municípios da microrregião, apresentando o valor de R\$50.908,96. Também obteve a 15ª posição quando comparado a nível estadual.

Justifica-se aqui que não se encontrou nesta análise relação entre o tamanho da população e o PIB *per capita*. Por exemplo, Toledo, que é o maior município da microrregião com 119.313 habitantes tem o 4º melhor PIB da região, sendo seguido pela cidade de Marechal Cândido Rondon na 5ª posição. Já Guaíra, que também tem uma das maiores populações (30.704 habitantes) está na 19ª posição.

Tabela 1 - Dados populacionais e PIB *per capita* da microrregião de Toledo.

Município	População	PIB (em R\$)	Posição do PIB	
			Microrregião de Toledo	Paraná
Palotina	28683	53449,03	1º	12º
Maripá	5684	50908,96	2º	15º
Entre Rios	3926	46041,65	3º	23º
Toledo	119313	36889,99	4º	54º
Marechal Cândido Rondon	46819	36054,81	5º	58º
Quatro Pontes	3803	35429,24	6º	62º
Tupãsi	7997	34930,22	7º	64º
Nova Santa Rosa	7626	34505,59	8º	66º
Terra Roxa	16759	33854,21	9º	71º
Mercedes	5046	32313,48	10º	85º
Formosa do Oeste	7541	32045,79	11º	87º
Santa Helena	23413	30512,80	12º	97º
Jesuítas	9001	29636,70	13º	106º
Assis Chateaubriand	33025	29228,80	14º	112º
Iracema do Oeste	2578	26142,99	15º	144º
Ouro Verde	5692	24923,94	16º	166º
Pato Bragado	4822	24735,58	17º	169º
São Pedro do Iguaçu	6491	24467,45	18º	173º
Guaíra	30704	23770,74	19º	181º
Diamante d'Oeste	5027	18413,53	20º	299º
São José das Palmeiras	3830	18228,25	21º	308º

Fonte: elaborado pela autora com base em IBGE (2018)

Os municípios de Maripá e São Pedro do Iguaçu foram alvo de comparação de Barbosa (2012)¹². O trabalho do autor destacou que a região administrativa de Toledo vem apresentando resultados significativos, desde a sua colonização, no desenvolvimento agropecuário quando comparada com as demais regiões do estado do Paraná. Porém, o desenvolvimento não é equilibrado e uma das causas é o capital social. Os dois municípios foram avaliados por apresentarem características semelhantes (ambos têm distâncias parecidas de Toledo, o tamanho da população e do território são similares, bem como foram emancipados na mesma data). Contudo, observou-se entre eles que o município com maior nível de desenvolvimento, ou seja, Maripá, apresenta um maior nível de instituições associativas da sociedade civil, bem como, maior diversificação nos objetivos das mesmas. Além do mais, as instituições associativas que predominam, assumem papéis de interesse da população, bem como tem apoio do poder público para viabilizar interesses de todos

¹² Sugere-se para leitura a dissertação de mestrado - Barbosa (2012)

(BARBOSA, 2012). Ou seja, o autor assume que em Maripá o desempenho de formas coletivas tem influência positiva no desenvolvimento local.

Quanto a economia, a principal atividade do município é a agropecuária. Segundo dados do IBGE (2017) e do IPARDES (2017), a agropecuária representou 42% do valor adicionado bruto, seguido de indústria, serviços e administração pública sucessivamente. A Tabela 2 exemplifica os valores alcançados em cada ramo de atividade, e é possível visualizar que o valor adicionado bruto da produção agropecuária é mais que 3 vezes superior ao valor gerado pela indústria.

Tabela 2 - Valor adicionado bruto a preços básicos segundo os ramos de atividades - 2014

RAMOS DE ATIVIDADES	VALOR (R\$ 1.000,00)
Agropecuária	110.486
Indústria	34.658
Serviços	92.073
Administração pública	25.631
TOTAL	262.849

FONTE: IBGE; IPARDES (2017)

Quanto ao valor adicionado fiscal segundo os ramos de atividades, o SEFA-PR (2017) informou que a produção primária representou 62,8% do total para Maripá em 2015, seguido pela indústria, comércio e serviços e recursos/autos, respectivamente. Os valores estão representados na Tabela 3, ficando evidente que o valor adicionado fiscal é maior que o valor gerado pela indústria.

Tabela 3 - Valor adicionado fiscal segundo os ramos de atividades - 2015

RAMOS DE ATIVIDADES	VALOR (R\$ 1,00)
Produção primária	324.356.086
Indústria	78.878.534
Comércio e em Serviços	57.385.767
Recursos / Autos (1)	55.731.638
TOTAL	516.352.025

FONTE: SEFA-PR (2017).

A partir destas informações, percebe-se que o município é predominantemente agropecuário, com produção primária. Na próxima seção, abordam-se questões referentes a história e colonização do município, a qual desde o princípio teve investimentos em atividades ligadas a agricultura e pecuária.

2.3.1 História de Maripá e o surgimento de ações coletivas

O início do povoamento de Maripá, assim como de outros municípios da região Oeste do Paraná, está ligado a colonização empreendida pela Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A – Maripá, sendo que o mesmo nome da colonizadora e da cidade ocorre devido as metas iniciais para o local. Em 1946, a Companhia Maripá adquiriu a Fazenda Britânia, que com 43km de norte a sul e 78km de leste a oeste, estava completamente coberta por mata. Em 1950, a companhia elaborou um plano de ação que objetivava povoar a fazenda. A intenção era proporcionar a agricultores a aquisição de terras para trabalhar com policultura, bem como auxiliá-los na compra e na venda de suas produções. Este plano também incluía garantir certa infraestrutura para as terras vendidas, tal como localizá-las (na época, devido à ausência de tecnologia, descobrir a localização exata e delimitar os terrenos era uma tarefa que demandava atenção e conhecimento), fornecer estradas de acesso, pontes e organizar um armazém-loja com artigos de primeira necessidade. Essa atividade tinha como líder Willy Barth (YURKIV; RIBEIRO, 2001).

A principal atividade econômica era a comercialização de madeira. Devido a abertura das terras, a madeireira da companhia explorava e gerava vários empregos, bem como permitia o surgimento de outras madeireiras e serrarias menores. Quanto ao início da agricultura do município, as terras foram adquiridas principalmente por interessados em cultivar café, que em outras regiões estava sendo extremamente rentável. As plantações começaram a ser feitas entre 1953 e 1954, mas devido a fatores climáticos, os cafezais foram dizimados e muitos agricultores precisaram vender boa parte da propriedade para poder pagar o prejuízo. Outro cultivo importante na época, era a hortelã, pois o cultivo desta cultura possibilitava a limpeza da terra recém desmatada (YURKIV; RIBEIRO, 2001).

Em 1958 teve início o ciclo do porco, no qual muitos agricultores conseguiram estruturar seu negócio de forma rentável. Logo em seguida, a mecanização agrícola deu seus primeiros passos, os quais permitiram iniciar a monocultura. Esse fato fez com que vários agricultores que não conseguiram acompanhar a modernização se mudassem para outras regiões, ocasionando diminuição considerável na população (YURKIV; RIBEIRO, 2001).

Após três tentativas, em 1990 houve a emancipação da até então Vila Maripá. No início, muitos eram os desafios a serem superados, pois havia deficiência

de estrutura física para realizar os trabalhos administrativos, não haviam maquinários nem implementos para realizar trabalho e não havia pessoal treinado para a administração. O município de Palotina ainda continuou ajudando por um período no que era possível, mas haviam muitos processos a serem trabalhados (YURKIV; RIBEIRO, 2001).

Um dos primeiros investimentos foi voltado para a piscicultura, que estimulou o emprego de esforços e capital na atividade, sendo que desde o início houve preocupação com auxílio técnico e especialização, fornecendo suporte através da associação de produtores. Recebeu também cuidados do poder público e a atividade se fortificou, sendo que atualmente a produtividade é modelo para produtores de tilápia e também é representado como símbolo maripaense (YURKIV; RIBEIRO, 2001).

Também surgiu a cultura de orquídeas. Estas flores são destaque na cidade desde o desfile de 7 de setembro de 1993, quando a professora Zíria Dalchiavon, juntamente com a Secretaria de Educação e outras lideranças municipais promoveram uma gincana com alunos das escolas para arrecadar mudas de orquídeas. No primeiro ano foram arrecadadas aproximadamente 7.000 mudas, e no ano seguinte em torno de 28.000 mudas, as quais foram plantadas nas ruas da cidade. Ademais, com o interesse dos visitantes pela cultura, foram criados projetos para que os moradores cultivassem as plantas em casa, o que resultou em diversas estufas com cultivo destinado ao hobby e/ou comercialização das plantas (YURKIV; RIBEIRO, 2001).

A partir de 1998 foi obtido o título de “Cidade das Orquídeas”, devido a quantidade de plantas cultivadas e a profissionalização da atividade no município. Também a promoção anual da Festa das Orquídeas e do Peixe, que oferece exposição de orquídeas, concurso da “Princesa das Orquídeas” e apresentações folclóricas ajudou na divulgação e atração de turistas para o local.

Em diversos momentos da obra sobre Maripá, Yurkiv e Ribeiro (2001) chamam a atenção para a ideia de coletividade entre os moradores. As construções, festas locais, resolução de problemas cotidianos, as religiões, entre outros, sempre foram marcadas pela ação coletiva.

A tradição da ajuda mútua entre os moradores, sem dúvida, marcou a história de Maripá. Se as pessoas não tivessem a preocupação com o amigo, o vizinho e a cidade, certamente, hoje, as recordações dos maripaenses não traria tanta nostalgia. Além do crescimento econômico da

agricultura, da criação de gado e de suínos, entre outros aspectos, a formação de laços de amizade constituiu e continua constituindo a história do município (YURKIV; RIBEIRO, p. 60, 2001).

Percebe-se então que em diversos momentos da história de Maripá, a cultura coletiva esteve presente. Para que a produção de orquídeas e de peixes obtivesse a representatividade atual, ações conjuntas como, as trocas de informações, recebimento de subsídios de setores públicos e promoção de treinamentos, conferiram um papel importante ao desenvolvimento. Observa-se que para a organização da festa municipal, o que não deixa de ser um evento coletivo municipal, há a reunião de diversas entidades para alcance de um objetivo comum, demonstrando assim, que de fato o trabalho coletivo existe no local.

A partir deste capítulo teórico, foi possível compreender algumas definições de empreendedorismo, de ações coletivas e do ambiente empreendedor de Maripá, assuntos que serão necessários para agregar a pesquisa empírica realizada para atingir o objetivo proposto por este estudo. O próximo capítulo exemplifica como a pesquisa empírica foi realizada e de que forma os dados coletados por ela serão relacionados com a teoria, afim de obter resultados satisfatórios.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO

A metodologia é definida por Minayo (2007, p.44) como:

(...) a) a discussão epistemológica sobre o “caminho do pensamento” que o tema ou o objeto de investigação requer; b) como a apresentação adequada e justificada dos métodos, técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação; c) e como a “criatividade do pesquisador”, ou seja, a sua marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de resposta às indagações específicas.

Diante disso e do objetivo desta pesquisa, que é analisar e compreender as implicações das ações coletivas no município de Maripá (PR) sobre o ambiente empreendedor local, pretende-se neste capítulo discorrer sobre o procedimento metodológico proposto para obter resultados satisfatórios.

Para uma melhor compreensão, organizou-se o capítulo da seguinte maneira: delineamento da pesquisa, universo da pesquisa e procedimentos de coleta e análise de dados.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

O presente estudo caracteriza-se por sua abordagem qualitativa, que busca compreender o cenário de empreendedorismo de um ambiente coletivo. Genhardt e Silveira (2009) definem a pesquisa qualitativa como o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, no qual busca-se explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não se quantifica valores ou submete-se à prova de fatos, devido a estes serem não-métricos e derivados de diferentes abordagens.

As características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever; compreensão; explicação; precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados, os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que define um modelo único de pesquisa para todas as ciências (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009). Ainda Minayo (2007) corrobora com a caracterização

da pesquisa qualitativa ao dizer que ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A natureza da pesquisa é caracterizada como aplicada, pois segundo Silveira e Córdova (2009) este tipo de estudo objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, envolvendo verdades e interesses locais. Este estudo buscará detalhar a realidade de um local, ou seja, as ações coletivas do município de Maripá, para então analisar as implicações delas para o ambiente empreendedor local, sendo que os conhecimentos adquiridos aqui, poderão ser usados pelos gestores públicos e também empreendedores para tomadas de decisões. Por isso, é importante a veracidade e imparcialidade das informações obtidas pela pesquisa.

Esta investigação também tem objetivo descritivo, pois esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade, sendo que essa exatidão não pode ser obtida apenas por observação (GENHARDT; SILVEIRA, 2009).

Quanto aos procedimentos adotados para chegar ao objetivo da pesquisa, tem caráter bibliográfico, documental e de pesquisa de campo. Se caracteriza como bibliográfica, porque busca embasamento nos estudos teóricos já realizados sobre assuntos referentes a ação coletiva e empreendedorismo. Fonseca (2002) afirma que a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites, etc. É documental porque utiliza dados registrados e fornecidos pelas associações, prefeitura e entidades como a Emater. Para Fonseca (2002), esta modalidade de pesquisa se baseia em fontes sem tratamento analítico, tais como tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, entre outros. E também é classificada como pesquisa de campo, posto que observa um fenômeno, através de entrevistas, para contrastar com os estudos teóricos, buscando assim contribuições empíricas.

Já em relação a coleta e análise de dados, este trabalho é caracterizado seguindo as classificações de Silveira e Córdova (2009), como *survey* e estudo de caso. Segundo as autoras, na pesquisa *survey*, dados e informações sobre opiniões e características são obtidos através de pesquisas com entrevistas a uma população-alvo, sendo utilizado questionário como instrumento de pesquisa, no qual

os entrevistados não são identificados. Quanto a pesquisa ser um estudo de caso, Fonseca (2002) classifica-a como uma investigação empírica de um fato real, que busca compreender a complexidade social com que os processos se manifestam, aplicado em situações problemáticas, para análise de obstáculos ou em situações bem-sucedidas para avaliar modelos exemplares. Ainda segundo o autor, o estudo de caso é utilizado para testar uma teoria, e pode ser usado para comprovar situações raras ou extremas.

Neste sentido, o levantamento teórico desta pesquisa contempla pesquisas sobre dois enfoques principais: o empreendedorismo e a ação coletiva como instrumento que afere a competitividade. Para isto, utilizou-se artigos científicos publicados em revistas e eventos, bem como livros de autores da área.

3.2 UNIVERSO DA PESQUISA

Esta pesquisa investigou ações coletivas do setor agropecuário, do município de Maripá, no Paraná (Figura 9). Ressalta-se que atualmente as principais atividades econômicas da região estão voltadas para a agropecuária (IPARDES, 2017). Isto demonstra que Maripá segue a linha econômica local, e por isso, a pesquisa foi direcionada para este setor, especificamente a piscicultura, a orquidicultura e a pecuária.

Figura 9 - Mapa geográfico do Paraná



Fonte: Pasini (2013).

Este levantamento levou em consideração as ações coletivas Aquimap, AOM e C.Vale, sendo que: a Aquimap é uma forma de ação conjunta entre produtores de peixes, mais especificamente de tilápias; a AOM associa produtores rurais que cultivam orquídeas; e a C.Vale associa produtores rurais que possuem atividades voltadas a produção de soja, milho, frango, suínos, leite, peixes, entre outros. Em todas estas formas coletivas, os produtores comercializam seus produtos para obter renda e são representações da agropecuária de Maripá.

Para atingir o objetivo proposto, a pesquisa inicialmente buscou, através de dados secundários, a caracterização dos empreendimentos agropecuários. Ou seja, buscou-se através das associações e entidades públicas, dados como quantidade de associações ou outras formas de coletividade, quantidade de sócios e função.

Também por meio de registros, atas e arquivos, obtidos através de informações fornecidas pela prefeitura, por dados secundários de institutos de pesquisa (IBGE, IPARDES, DERAL) e por atas das associações, foram levantadas informações referentes ao surgimento e desenvolvimento de ações coletivas, bem como, atores importantes para este processo. A partir de então, foi possível selecionar os atores nomeados neste trabalho de líderes, a fim de realizar entrevistas e definir o cenário e a história do ambiente coletivo de Maripá.

Objetivou-se aplicar entrevista especificamente aos líderes do processo de criação e desenvolvimento de ações coletivas e do ambiente empreendedor municipal, identificados na primeira parte da pesquisa de campo, conforme detalhado. Destaca-se que Maripá é um município de 27 anos de emancipação, fato que favorece na identificação e contato com gestores municipais da época do processo emancipatório, pessoas que contribuíram para a formação de empreendimentos pioneiros, bem como, com as pessoas que trabalharam na ideia de associar indivíduos para atingir um bem comum. Muitos destes atores ainda residem no município, alguns até mesmo ainda atuando em atividades administrativas locais, o que torna possível o contato.

3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Para a coleta de dados, a pesquisa foi dividida em três etapas principais. A primeira etapa consistiu em apresentar o projeto de pesquisa para membros da prefeitura municipal, afim de entender se a proposta seria relevante, de acordo com

a interpretação deles. A segunda etapa foi a pesquisa documental, que buscou informações sobre os empreendimentos coletivos locais, quem são os atores importantes, onde as ações coletivas estão inseridas e o que o setor agropecuário representa para a economia local. Após entender o cenário local através da pesquisa documental, a terceira fase da coleta de dados foi realizada junto aos “atores líderes” identificados nas conversas e documentos. Esses atores representam os setores político, empreendimentos coletivos e corpo técnico, sendo suas participações importantes em pelo menos uma das três ações coletivas agropecuárias aqui analisadas.

Em relação ao período da coleta de dados, no início do ano de 2017, realizou-se uma reunião com o secretário de governo municipal, o secretário de administração, o assessor de planejamento e com a diretora do departamento de cultura do município, para fins de apresentação do projeto de pesquisa. Nesta reunião, os participantes contribuíram, afirmando que este trabalho se mostra inédito e relevante para o município. Também na ocasião já informaram que as ações coletivas atuantes até então são: Associação dos Orquidicultores de Maripá (AOM); Associação dos Aquicultores de Maripá (Aquimap); Associação Comercial e Empresarial (ACIMA); Associações de Produtores Rurais (cujo objetivo é explorar coletivamente poços artesianos de água para abastecer propriedades rurais com água potável); e a Cooperativa C.Vale, que apesar de ter sede em outro município, tem uma unidade na sede de Maripá e nos dois distritos. Relataram também haver um trabalho bem importante destas associações para a realização de eventos municipais, como a Festa das Orquídeas e do Peixe. Para que ocorra a realização dessa festa, há a união de todas estas associações, das escolas e das entidades religiosas. Para a organização do evento, desde o início há participação das lideranças públicas e também representantes da sociedade, como escolas, igrejas e associações de moradores, sendo que estes recebem parte do lucro do evento.

Porém, relataram que as formas coletivas de trabalho voltadas para o empreendedorismo do setor agropecuário podem ser mensuradas e analisadas pelas contribuições da Aquimap, da AOM e da C.Vale. Assim, estas se tornaram o objeto de análise desta pesquisa.

Em um segundo momento, buscou-se dados para uma pesquisa documental, através de arquivos disponibilizados por entidades do município, tais como secretarias municipais, Emater, Aquimap e a cooperativa. Da Secretaria de

Agricultura do município, coletou-se dados referentes a quantidade de produtores rurais e a representatividade da agropecuária para a economia do município. Da cooperativa agropecuária, buscou-se encontrar o número total de sócios, afim de entender se realmente a estrutura cooperativa faz parte da rotina dos munícipes (estes dados foram reunidos com a quantidade total de sócios das outras formas associativas e comparados com a população total). Quanto aos registros e dados das associações, teve-se o objetivo de encontrar atores que tiveram importância para o processo de estruturação das ações coletivas (para a realização das entrevistas e também dados históricos que contribuam para os objetivos específicos “a” e “b” da pesquisa). O Quadro 3 ilustra o roteiro da pesquisa considerada como documental.

Quadro 3 - Roteiro da pesquisa documental

1 – Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente de Maripá	- Quantidade de produtores rurais do município; - Dados da produção agropecuária.
2 – Cooperativa Agrícola	- Quantidade total de sócios.
3 – IBGE	- População total de Maripá.
4 – Aquimap e Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	- Histórico e quantidade atual de sócios; - Histórico da produção.
5 – AOM e EMATER	- Histórico e quantidade de sócios; - Histórico de produção.

Fonte: elaborado pela autora (2018)

A terceira etapa consistiu nas entrevistas. A pesquisa documental levantou nomes importantes no processo de criação e desenvolvimento das instituições coletivas do município. A partir desses dados, os atores com contribuições importantes foram contatados e entrevistados e a estrutura dessas entrevistas está demonstrada a seguir.

3.3.1 Entrevistas com lideranças

Nesta etapa da pesquisa foram realizadas entrevistas semiestruturadas com líderes que em algum momento contribuíram para a formação de empreendimentos e com a ideia da coletividade no município. Foi possível extrair informações com prefeito atual, ex-prefeitos, líderes das ações coletivas, secretário da agricultura e

meio-ambiente, entre outros nomes que aparecem na história do município. Esta coleta de informações objetivou entender o ambiente em que as ações coletivas estão inseridas, bem como, as implicações delas para o município, e as características do ambiente empreendedor.

Para se ter uma visão satisfatória, as entrevistas foram realizadas conforme apresentado no Quadro 4. A pesquisa foi dividida em entrevistas com líderes políticos, técnicos e coletivos. Os líderes políticos são pessoas que têm ou tiveram participação importante no desenvolvimento de Maripá, sendo eles: o atual prefeito e dois ex-prefeitos. Quanto a pesquisa realizada com os líderes técnicos, houve a participação dos dois técnicos da Emater e o engenheiro de pesca da prefeitura, pois estes realizaram trabalhos importantes junto aos produtores rurais. O terceiro grupo de entrevistados contempla líderes coletivos (participantes de ações coletivas como produtores rurais ou envolvidos com o setor agropecuário). Foram três entrevistados para cada uma das ações coletivas consideradas no trabalho: peixes, orquídeas e agropecuária.

Acredita-se que as entrevistas organizadas dessa maneira proporcionaram uma visão ampla dos setores importantes para o ambiente empreendedor do meio rural de Maripá, contemplando cada uma das áreas, as quais o estudo se propôs a observar. O Quadro 4 foi elaborado como forma de entender melhor o processo das entrevistas.

Quadro 4 - Roteiro de entrevistas

Líderes Políticos do Município	3 entrevistas • Prefeito atual; • 2 ex-prefeitos que ainda residem no município e ainda são envolvidos com atividades locais
Líderes Técnicos do Município	3 entrevistas • 2 Técnicos da Emater • Engenheiro de pesca
Líderes coletivos	3 entrevistas com participantes da Ação Coletiva: Orquídeas Dentre eles, 2 que já atuaram como presidentes e 1 que não liderou.
	3 entrevistas com participantes da Ação Coletiva: Piscicultura Dentre eles, 2 que já atuaram como presidentes e 1 que não liderou.
	2 entrevistas com participantes da Ação Coletiva Cooperativa Agropecuária, dentre eles um gerente de unidade da cooperativa (líder). Também 1 entrevista com o secretário da Agricultura e Meio Ambiente (líder).

Fonte: a autora.

Optou-se por estudar o caso de Maripá, devido a existência de ações coletivas consolidadas. Além disso, a possibilidade de acesso aos dados necessários para que a pesquisa possa oferecer resultados satisfatórios foi primordial.

Portanto, as questões de pesquisa buscaram dados referentes ao surgimento da coletividade local, aos objetivos almejados, a atuação dessa forma de governança, as vantagens e desafios, bem como, a percepção dos entrevistados quanto ao ambiente empreendedor e as implicações da ação conjunta para ele. As questões em sua íntegra estão no Apêndice A (roteiro para entrevista com líderes políticos), Apêndice B (roteiro para entrevista com líderes técnicos) e Apêndice C (roteiro para entrevista com líderes coletivos) e estão dispostas conforme o Quadro 5. Destaca-se que os questionários apresentam questões diferentes para líderes políticos, técnicos e coletivos, mas buscam explorar as mesmas questões e temas. Entende-se então, que para melhor compreensão do cenário, é importante analisar as entrevistas de forma unificada.

Quadro 5 - Assuntos abordados na entrevista com líderes de Maripá e questões relacionadas

Tema	Questões
Caracterização e desenvolvimento do ambiente empreendedor agropecuário de Maripá	1, 2, 3, 4
Caracterização e história das ações coletivas	5, 6, 7
Implicações e externalidades das ações coletivas para o empreendedorismo de Maripá	8, 9, 10

Fonte: elaborado pela autora (2018).

As quatro primeiras questões buscam características de Maripá e do seu ambiente empreendedor. Resgatam questões da história e elementos importantes e buscam retomar na memória dos entrevistados pontos relevantes para o seu processo de desenvolvimento individual, pois questionam o entendimento dele em relação ao processo histórico.

As questões 5, 6 e 7 buscam compreender as ações coletivas realmente estiveram presentes em algum momento no desenvolvimento local, qual a importância delas para o ambiente empreendedor e quais os objetivos pelas quais elas foram criadas.

As três últimas questões tentam analisar os impactos dos trabalhos da coletividade para o município, enxergando os impactos para a sociedade e também especificamente no ambiente empreendedor. Também tenta compreender se, no entendimento deles, existem desafios a serem superados.

Todas as perguntas foram transcritas e analisadas individualmente, com auxílio de tabelas e do Software Iramuteq para a formação da nuvem de *tag's*, ou nuvem de palavras chave.

3.3.2 Análise dos dados

As entrevistas foram transcritas, a fim de apresentar o resultado em duas etapas. A primeira visa interpretar o ambiente empreendedor, compreender a história e registrar informações importantes para entender o empreendedorismo de Maripá. Acredita-se que através desta análise, foi possível entender os caminhos que levaram o município a estruturar sua produção agropecuária da maneira como está atualmente, resgatando detalhes vivenciados por pessoas que participaram ativamente do processo.

Cada uma das dez perguntas do questionário foi analisada individualmente, afim de transpor para a pesquisa dados e fatos relatados pelos entrevistados. Para este processo, primeiramente transcreveu-se todas as respostas, armazenando-as em um arquivo. Em seguida, cada resposta passou por análise de conteúdo, contrapondo-as com as respostas dos outros entrevistados e com o contexto das demais perguntas. Logo, foram acuradas as dez respostas dos quinze respondentes, havendo o cuidado em manter a essência do conteúdo fornecido nas conversas e extraíndo detalhes importantes da agropecuária e da coletividade maripaense.

Também com as informações adquiridas nas entrevistas, algumas respostas foram processadas para formar as “Nuvens de Palavras-chave” ou “Nuvens de Tags”. A ferramenta busca identificar as palavras mais importantes nos discursos dos entrevistados, através da análise de repetição das mesmas. Para tanto, utilizou-se o Software Iramuteq. Para Camargo e Justo (2013), este programa informático viabiliza diferentes tipos de análise de dados textuais, desde cálculo de frequência de palavras até análises multivariadas, organizando a distribuição do vocabulário de forma facilmente compreensível e visualmente clara, formando a nuvem de palavras.

Foram criadas três nuvens de palavras, seguindo a ordem das repostas fornecidas nas questões: 2 e 4; 6 e 7; 8 e 9. Posteriormente, para fazer apontamentos finais, uma quarta nuvem foi criada com as respostas das questões 2, 4, 6, 7, 8 e 9. O Quadro 6 ilustra a organização das análises.

Quadro 6 - Formação das nuvens de palavras-chave

Nuvem de palavras	Questões
Nuvem 1 – Principais elementos para o desenvolvimento do ambiente empreendedor de Maripá	2 e 4
Nuvem 2 – Importância das ações coletivas para o ambiente empreendedor de Maripá	6 e 7
Nuvem 3 – Impactos das ações coletivas no ambiente empreendedor	8 e 9
Nuvem 4 – Apontamentos finais	2, 4, 6, 7, 8 e 9

Fonte: dados da pesquisa (2018).

Esta classificação apresentada no Quadro 6 leva em consideração a ordem das questões expostas no Quadro 5. Logo, a primeira nuvem analisou os principais elementos citados para caracterizar o desenvolvimento do ambiente empreendedor de Maripá; a segunda analisou as palavras citadas para explicar a importância das ações coletivas; a terceira investigou impactos gerados pelas ações coletivas no ambiente empreendedor do município; a quarta reuniu os termos mais citados nas análises anteriores, afim de elaborar apontamentos finais.

Para esse estudo é importante a verificação dos dados fornecidos pela ferramenta com o relatado nas conversas com os atores que colaboraram com a pesquisa. Segundo Camargo e Justo (2013) é importante que o pesquisador conheça as técnicas de processamento dos dados empregados, o que vai além do conhecimento do software. A forma de recuperação deste material analisado e o método de pesquisa usado no estudo que utiliza este recurso, deve operar conjuntamente para mostrar a realidade exigida pela pesquisa.

Após a análise individual das respostas e das nuvens, foi possível compreender o que foi importante para a geração e desenvolvimento das ações coletivas e do empreendedorismo de Maripá. Também foram identificados alguns

desafios enfrentados e que ainda interferem nas decisões a serem discutidas acerca do trabalho do município junto ao desenvolvimento estratégico das empresas locais.

Foi possível a partir de então, explorar as informações fornecidas pelos atores coletivos e contrapor com a teoria. Para isso, a forma de observação contemplou a análise teórica fornecida pela pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, os resultados exibidos pela ferramenta “Nuvem de Palavras Chave” e a vivência da pesquisadora proporcionada pelas conversas com os diversos entrevistados e pessoas envolvidas com o processo de desenvolvimento local.

Para melhor compreender a estrutura metodológica da presente pesquisa, a próxima seção resume a forma como ela está organizada.

3.4 RESUMO DA PESQUISA

Para esclarecer o processo de pesquisa proposto neste estudo, elaborou-se a Figura 10. Está organizada em cinco etapas, a saber: pesquisa bibliográfica, apresentação da pesquisa para membros da prefeitura de Maripá, pesquisa documental, entrevista com lideranças e análise dos dados.

Figura 10 - Resumo da metodologia de pesquisa



Fonte: elaborado pela autora (2018).

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Os resultados apresentados na sequência são provenientes das entrevistas e de análises em relatórios e documentos das organizações em estudo. O levantamento destas informações foi possível pelo fato da pesquisa ter sido realizada com pessoas e com instituições que participaram ativamente em momentos importantes da formação da história local do município de Maripá. As diferentes formas de coleta de dados foram utilizadas para responder os diferentes objetivos propostos por essa pesquisa. As formas de investigação foram estabelecidas com a preocupação de resgatar detalhes importantes sobre a caracterização do ambiente que envolve o empreendedorismo do local, mais especificamente, das organizações envolvidas com os símbolos maripaenses, ou seja, agropecuária, orquidicultura e piscicultura.

4.1 ANÁLISE DO AMBIENTE EMPREENDEDOR COLETIVO DE MARIPÁ

A cidade de Maripá emancipou-se em 1990 e o ano de instalação foi 1993. Segundo os líderes políticos que trabalhavam nessa época, haviam muitas dificuldades de estrutura básica, como falta de estradas, de estrutura física para os trabalhos administrativos e de recursos. Era necessário conseguir o mínimo de equipamentos e recursos para iniciar a administração municipal.

Desde o princípio, entendeu-se que no local, a cultura das pessoas era proveniente da região sul e de descendentes de alemães e italianos, sendo que o trabalho realizado pelo povo que foi atraído para Maripá era de natureza agrícola. Logo, entender a cultura das pessoas foi importante para dedicar esforços em uma atividade que estaria de acordo com o local. Alguns estudos destacam a importância de considerar o fator cultural (LEROY, 1997; MARTINS, 2002; KASHIMOTO, MARINHO, RUSSEFF, 2002), afirmando que o desenvolvimento está ligado com a cultura das pessoas e com o lugar onde elas vivem, transmitindo para as atividades do dia a dia o ritmo do ambiente em que está inserido.

Logo, uma das primeiras preocupações após a emancipação foi com as especializações do setor rural, buscando desenvolver parceria com a Emater já em 1993. Essa ligação trouxe um escritório da instituição, um técnico que atuou até

setembro de 2017 no local e mais uma técnica que, atualmente ainda trabalha no setor. A partir deste momento, formou-se uma parceria entre os produtores rurais, a Emater e a Prefeitura, tendo o objetivo de capacitar os empreendedores rurais para administrar melhor suas propriedades. Para isso, houve parcerias também com Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), a Universidade Estadual de Londrina (UEL), agentes financeiros (em especial Banco do Brasil e Sicredi) e com o SEBRAE.

Outro trabalho importante realizado pela administração pública desde os primeiros anos de atividade foi a contratação de um Engenheiro de Pesca e de um Engenheiro Florestal. Ambas funções fazem a união entre poder público e produtores, auxiliando na pesquisa de melhorias, implantação das mesmas e na burocracia existente. Esse trabalho foi salientado diversas vezes nas falas dos entrevistados, sendo destacada a importância de ter o apoio destes parceiros. Acentua-se a relevância observada do trabalho em conjunto entre todos os setores, sendo caracterizado por alguns participantes como “tripé fundamental”.

A competitividade de um empreendimento está relacionada com a capacidade sustentável de crescimento, o que é resultado das relações sistêmicas de uma empresa, segundo Farina (1999). Além do mais, quando são estabelecidas estratégias competitivas, há maior chance de alcançar o sucesso. Ramos (2014) também destaca que o sucesso está relacionado com a interação entre os ambientes organizacional, institucional e tecnológico, o que chama a atenção para a conjuntura apresentada em Maripá, na qual há relacionamentos entre produtores, poder público e entidades de pesquisa.

Em várias entrevistas, o papel realizado pelos técnicos da Emater e pelos engenheiros fornecidos pela gestão municipal, foram apontados como fundamentais para o desenvolvimento do ambiente empreendedor. Para eles, esses técnicos desde o início foram líderes e motivadores de buscas por melhorias e tecnologias, mantendo ligação entre produtores rurais e poder público, associando-os com pesquisas de novas tecnologias e melhorias para o setor. Esse apontamento reforça o que foi destacado por Armond e Nassif (2008), quando afirmam que a liderança é capaz de formar redes amplas de relacionamento, podendo buscar a cooperação além da competição, sendo que essa forma de relacionamento pode ser um diferencial para os envolvidos.

Pode-se perceber que efetivamente as redes de relacionamento formadas em Maripá tiveram participação do corpo técnico formado pela Prefeitura e Emater. Isto pois, surgiram associações de produtores rurais ligadas com as principais culturas fomentadas por eles: orquídeas e peixes. Em 1997 surgiu a Aquimap e em 2004 a AOM. Porém, os relatos mostraram que estes produtores que se associaram, já tinham experiência com outras formas associativas, pois muitos participavam da C.Vale Cooperativa Agroindustrial e/ou das conhecidas por eles “Associações de Água” ou Associações de Produtores Rurais. Ou seja, já tinham conhecimento sobre trabalhar em conjunto.

Em Maripá, a Emater também apresenta participação importante na organização da Festa das Orquídeas e do Peixe. No setor da exposição das flores, a entidade juntamente com a AOM, organiza todo o sistema de gerenciamento de vendas, o espaço da exposição, coordena a etiquetagem das plantas e fornece suporte aos produtores e visitantes durante todo o período da festa. Já na parte voltada para a piscicultura, a função exercida pela Emater, que também é em conjunto com a Aquimap, é para disponibilização de quantidade suficiente de peixes para os pratos servidos durante o evento e para a organização do Seminário de Piscicultura, o qual no ano de 2017 obteve abrangência estadual.

Em relação a agropecuária, a produção de grãos (soja e milho), de frango, de suínos de leite e de peixe são as com maior representação na economia local. Para o setor, a presença da cooperativa C.Vale significa investimentos em pesquisa e desenvolvimento, já que a cooperativa fomenta a diversificação de renda nas propriedades rurais. Também há a realização do evento “Arrancadão de Tratores”, uma competição de máquinas agrícolas que representa o setor agropecuário. O evento foi criado primeiramente como um atrativo para a festa das Orquídeas e do Peixe e como forma de interação entre os munícipes, já que o trator era (e ainda é até hoje) uma ferramenta que representa o setor. A partir, inicialmente, de brincadeiras, a corrida ganhou destaque, sendo que com o passar dos anos, a competição foi se transformando em esporte profissional. Atualmente ganhou caráter internacional, pois as corridas acontecem também em outros países. Investiu-se em um “tratoródromo” e o evento passou a ocorrer em outra data no calendário maripaense, não sendo mais na mesma data da festa municipal. Já não é mais administrado pela prefeitura, como no início, devido as proporções alcançadas, mas

o evento continua destacando o nome do município em sua divulgação e organização.

Outro fato importante identificado em conversa com os entrevistados, foi a formação de Associações de Moradores Rurais, cujo principal objetivo foi a perfuração de poços artesianos para captação de água potável. O que chama a atenção, é a frequência com que estas associações foram lembradas, principalmente pelos entrevistados mais voltados para as áreas de liderança e técnicas. Ao total, são 17 grupos com formação legal, com Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), que possuem presidente e setor de contabilidade. É fato que nem todos trabalham da mesma forma e tem a mesma harmonização, mas esses grupos promovem a união de agricultores. Todos eles têm como objetivo comum conseguir água para suas propriedades e plantações, e conseqüentemente aprenderam a trabalhar em conjunto. Os encontros acontecem regularmente, sendo que neles há trocas de informações consideradas importantes, extrapolando o objetivo inicial de captar água.

Destaca-se aqui, que a interação entre as pessoas em Maripá é intensa. Diversas atividades são realizadas a partir de ajuda mútua entre pessoas. Para a realização da Festa das Orquídeas e do Peixe e para o Arrancadão de Tratores conseguem alcançar o porte atual, foi visível nas colocações dos entrevistados, que se trata de resultado coletivo de trabalhos do poder público, da população e da Emater. Os níveis de produtividade são alcançados porque a população, em geral, trabalha em conjunto e com troca de informações e aprendizados, extrapolando os limites da sua própria atividade produtiva.

4.2 OS EMPREENDIMENTOS COLETIVOS DE MARIPÁ E A ECONOMIA LOCAL

Na sequência, buscou-se através das informações obtidas nas entrevistas e documentos, reunir informações a respeito das atividades ligadas ao trabalho em conjunto, relativos a agropecuária, a piscicultura e as orquídeas. Observou-se dados referentes as questões ligadas a história das atividades coletivas e aos valores de produtividade.

4.2.1 A agropecuária de Maripá

Os meios de cultura agropecuária maripaense estão voltados principalmente para o frango de abate, soja (safra normal), milho (safrinha) e suínos para abate. Há também produção de leite com elevada representatividade (SEAB/DERAL, 2017). O fato importante apontado pela pesquisa é que há preocupação com diversificação de produção nas propriedades rurais, ou seja, os agricultores buscam outras formas de geração de renda além das culturas de grãos, ajudando na renda das famílias e às mantendo ativas na atividade. Esse fato faz com que permaneçam no campo por entenderem ser mais rentável do que atividades urbanas.

Nesse sentido, diversos autores como Niederle e Wesz Junior (2009), Segatti e Hespanhol (2008) e Kageyama (2003) apontam que a difusão de técnicas e metodologias para aumento de produtividade em propriedades pequenas são cruciais para a sustentabilidade da mesma, sendo a diversificação de renda um seguro contra riscos climáticos e econômicos, impedindo que famílias que dependem da atividade agrícola fiquem submetidas a uma única forma de produção. Estas estratégias podem não oferecer condições de enriquecimento, mas podem ser fundamentais para evitar o empobrecimento no campo.

Há vários fatores que motivaram a diversificação nas propriedades, conforme foi apontado nas entrevistas: há maior aproveitamento da terra, porque permite transformar em renda espaços onde não seria permitido o cultivo de grãos. Há também maior segurança devido as incertezas na plantação de soja ou milho, já que fatores climáticos ou doenças colocam em risco a produção e podem resultar em “quebra de safra”. Ou seja, quando há uma outra fonte de receita, o agricultor tem maior garantia de renda.

Esse cenário atual foi impulsionado por vários elementos. Dentre eles, existe a implantação e o trabalho realizado pelas cooperativas agroindustriais. Na cidade vizinha, Palotina, está sediada a C.Vale, uma das maiores cooperativas agroindustriais do país, com diversas atividades voltadas ao agronegócio, sendo que há externalidades dela para os municípios vizinhos, incluindo Maripá. Esta realiza trabalhos aplicados à produção de grãos, como assistência técnica, fornecimento de insumos, armazenagem e crédito rural. Investe também na diversificação de renda rural, com atividades voltadas à produção e abate de frango, suínos, leite e recentemente também peixes. A cooperativa fornece o crédito, os insumos, a

assistência técnica e o recolhimento para abate dos animais, com garantia de proventos para os produtores. Até a data da pesquisa, 932 produtores rurais eram cooperados da C.Vale no município de Maripá (dado fornecido pela cooperativa), sendo que se relacionado este número com a população total do município fornecida pelo Iparde, este número representa 16,5% da população.

O abate da produção de animais é realizado em cidades vizinhas, como Palotina e Marechal Cândido Rondon, mas provê rendimentos econômicas para Maripá. Pela legislação, a agricultura em si não favorece o retorno de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da produção de animais, mas há resultados sobre a industrialização da produção. Quando o abatedouro da cooperativa foi implantado na região, foi realizado um tratado junto ao governo estadual, para que o ICMS retornasse para os municípios que produzissem os animais de acordo com a sua produção, havendo assim retorno para as cinco cidades fornecedoras: Palotina, Maripá, Nova Santa Rosa, Assis Chateaubriandt e Terra Roxa.

Quanto a produção agropecuária, segundo os dados da SEAB/DERAL (2017) (Anexo A, Anexo B e Anexo C) indicados na Tabela 4, o frango de corte representou 24% da produção agropecuária municipal em 2016, seguido de suínos para abate, soja e milho safrinha. Há também destaque para peixes e leite, observando que a produção de tilápias foi maior do que a produção de leite em 2016, mesmo com a produção leiteira tendo aumentado no período.

A arrecadação destas culturas representa 91% do faturamento agropecuário total de Maripá. Parte da produção de frango, de suíno, de soja, de milho e de leite tem integração com cooperativas agroindustriais da região, sendo a C.Vale a de maior atuação. Quanto ao abate de peixe, este é vendido para diversos abatedouros da região e, inclusive, de outros estados (Rio de Janeiro e Santa Catarina, por exemplo). Ademais, em outro de 2017, a cooperativa C.Vale também iniciou a industrialização de peixes na cidade de Palotina, trabalhando com integração de produtores rurais para a produção da matéria prima.

Tabela 4 - Valor produzido anualmente nos principais meios de cultura de Maripá - em R\$

Cultura / % do total	ANO		
	2014	2015	2016
Frango de corte %	87.453.092,44 23%	89.678.950,61 23%	107.086.463,23 24%
Suínos para abate %	80.006.008,50 21%	85.476.463,80 22%	88.708.939,20 20%
Soja (Safrá normal) %	83.534.046,75 22%	72.892.276,38 19%	86.309.064,58 19%
Milho (Safrinha) %	34.054.650,00 9%	50.571.675,00 13%	65.518.410,00 15%
Tilápia (Peixe) %	19.904.400,00 5%	26.003.500,00 7%	32.490.000,00 7%
Leite %	17.273.480,00 5%	16.687.920,00 4%	22.675.000,00 5%
Orquídea %	1.970.584,62 1%	2.382.300,00 1%	2.580.300,00 1%
TOTAL MUNICIPAL	375.043.398,57	385.406.689,02	445.218.690,12

Fonte: dados da pesquisa, baseado em SEAB/DERAL (2017).

A partir desses dados pode-se verificar que dois dos cultivos considerados como diversificação de renda (frango e suínos), em 2016 representaram 44% da produção agropecuária maripaense, tendo assim, maior participação na receita municipal anual que as culturas de grão convencionais (soja e milho). Este fato mostra que a diversificação gera renda significativa para os produtores rurais.

4.2.2 A Piscicultura

Após a emancipação de Maripá, um dos primeiros projetos foi voltado a produção de peixes. Como relata Pasini (2013), por volta de 1993 alguns produtores do local já eram associados à Associação de Piscicultores de Palotina (APAQUI). Observando que esta atividade era oportunidade para o setor agropecuário, bem como os rios existentes no município permitiam os investimentos, buscou-se atendimento da Emater. Em 1993, em um primeiro diagnóstico, constatou-se que já haviam 81 propriedades rurais com tanques escavados para criação de peixes, e no ano de 1994 o número passou para 94. Observando estes dados, em 1997 foi criada

a Unidade de Estudos e Pesquisa em Maripá, voltada especificamente para a pesquisa na produção de peixes, bem como, surgiu a Aquimap (PASINI, 2013).

Nas entrevistas com os líderes municipais que exerciam atividade no período, destacou-se o fato da preocupação com o estímulo ao setor. O poder público, já nos primeiros anos da emancipação, contratou engenheiro de pesca, investiu em estradas e ajudou nas escavações dos tanques. Também se preocupou com busca e subsídios para tecnologias, aquisição de alevinos e compra de ração. Com a visita de professores e pesquisadores italianos, na época constatou-se que a tilápia seria uma cultura viável para o território.

Também em 1997 aconteceu a primeira festa municipal. Depois de uma reunião com as pessoas envolvidas com as principais atividades maripaenses, ficou decidido que uma festividade aconteceria anualmente, cujas principais atrações seriam as orquídeas e os peixes. O papel dos aquicultores, os quais neste momento já formavam a Aquimap, era o fornecimento de peixes para servir as refeições e a organização do Seminário de Piscicultura. No decorrer dos anos, a festa foi aumentando as proporções e a quantidade de visitantes, sendo que no ano de 2017, conforme fornecido pela associação e pela Prefeitura de Maripá, foram servidas aproximadamente 6.000 refeições e recepcionados mais de 50.000 visitantes.

A festa e a organização dos piscicultores permitiram o impulsionamento da atividade em Maripá. Compradores, parceiros e fornecedores surgiram ao longo dos anos e hoje o local é o maior produtor de peixes por metro quadrado de lâmina de água do Brasil (AQUIMAP, 2017). As parcerias foram muito importantes para o aprimoramento do trabalho, sendo considerado por todos o “tripé” formado entre Emater, Aquimap e Prefeitura Municipal. A produtividade diferenciada, segundo o que as entrevistas indicaram é devido a pesquisa realizada pela associação e pelos institutos de pesquisa em torno da atividade e à capacidade de os agricultores aderirem as inovações tecnológicas, estando abertos e motivados a novos investimentos.

Outra obtenção do setor de piscicultura é a instalação de um *Câmpus* de pesquisa da Universidade Federal do Paraná (UFPR) no município, o qual no momento da realização deste trabalho estava em construção. Acredita-se que haverá novos investimentos em tecnologia, aumento de produtividade e pesquisas na área de sustentabilidade, o que aflora expectativas dos produtores e do setor público local.

Destaca-se aqui as contribuições dos autores que salientam a ligação entre desenvolvimento e inovação (SCHUMPETER, 1982; DORNELAS, 2001; SILVA, MACHADO 2003; DUARTE, SANTOS 2002). O empreendedorismo é capaz de impulsionar o desenvolvimento de um local, mas é preciso estar associado com a preocupação do poder público com o fomento da melhoria e com a inovação. Em Maripá houve a preocupação com a tecnificação dos produtores e há o estabelecimento de pesquisa no local, que visa proporcionar melhores condições de produtividade.

Em outubro de 2017 iniciaram-se também os abates de peixe da empresa C.Vale em Palotina, para a qual boa parte da produção será direcionada. Os produtores estão receosos quanto ao valor pago pela venda de peixes, porém, acreditam na garantia de recebimento. Isto pois, nos últimos anos, muitas empresas compraram os peixes dos produtores maripaenses e não efetuaram o pagamento, deixando alguns produtores em dificuldades financeiras (informações fornecidas nas entrevistas).

Quanto a produção de peixes, observa-se que houve um aumento de mais de 63% no faturamento, e 40,7% de aumento na produção entre 2014 e 2016, conforme demonstra a Tabela 5. Segundo a Prefeitura de Maripá (2017) há atualmente 100 produtores de peixes que mantém suas propriedades de forma comercial, sendo que destes, 48 são sócios da Aquimap.

Tabela 5 - Produção de tilápias em Maripá

Produção de Tilápias	ANO		
	2014	2015	2016
Valor de produção (R\$)	19.904.400,00	26.003.500,00	32.490.000,00
Quantidade de animais abatidos (Kg)	5.130.000	6.550.000	7.220.000

Fonte: dados da pesquisa, baseado em SEAB/DERAL (2017).

Em 2016, a produção de peixes representou 7% do faturamento agropecuário total, sendo declarado um valor de produção de R\$32.490.000,00. A partir do aumento no faturamento e da quantidade de animais abatidos, entende-se que há investimentos em produtividade e ainda possivelmente novos entrantes no negócio. Logo, quando os produtores estão dispostos a trabalhar e fazem investimentos em melhorias, isto resulta possivelmente em maior produtividade.

Obtendo resultado financeiro positivo e crescente, há um incentivo para manter os produtores na propriedade.

Nesse processo, a Aquimap apresentou participação em diversos momentos. Logo que o poder público resolveu fomentar a aquicultura em Maripá, foram necessárias visitas técnicas, investimentos em estrutura física, pesquisas e aquisição de materiais básicos para a atividade, sendo a associação o vínculo entre os produtores na busca de suprir estas necessidades, formando um elo entre os produtores, prefeitura e institutos de pesquisa como a Emater. Ao longo dos anos, essas necessidades passaram a ser superadas, mas outras surgiram. Os investimentos na organização da festa, a busca por linhas de crédito e o avanço no mercado exigiram do grupo diversas estratégias. Atualmente, a pesquisa é um trabalho relevante do grupo relevante, bem como, as visitas técnicas, as reuniões em busca de interação e conhecimento e a busca por crédito.

4.2.3 A Orquidicultura de Maripá

Logo que aconteceu a emancipação de Maripá, o que ornamentava as ruas do município era uma planta chamada Coroa de Cristo, a qual possui bastante espinhos e já não estava bem cuidada. Com os primeiros maquinários obtidos pela prefeitura, essas plantas foram retiradas. Após isso, com o intuito de embelezar a cidade, sugeriu-se que fossem plantadas orquídeas nas árvores. O engenheiro florestal da prefeitura acreditou que o cultivo da planta era possível na região, e que as árvores poderiam abrigá-las. As escolas encarregaram-se então de, em uma gincana com os alunos, conseguir as mudas para iniciar as plantações. Segundo Yurkiv e Ribeiro (2001), em uma primeira etapa da coleta foram adquiridas 7.000 mudas, enquanto na segunda etapa aproximadamente 28.000 mudas. As escolas também ajudaram no plantio e a prefeitura conferiu descontos no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para quem cuidasse do espaço do seu lote.

Com a cidade ornamentada com as flores, os visitantes se interessaram em comprar, mas ainda não havia comercialização. A partir de então, a prefeitura buscou fazer com que os munícipes verificassem a possibilidade de profissionalizar a produção de orquídeas e transformar o *hobby* em negócio. Assim foram cadastrados os interessados em cultivar orquídeas comercialmente e criou-se um plano para fornecimento de materiais para construção das estufas. Desenvolveu-se

parcerias com Emater, Sebrae, Senar, UEL e agentes financeiros para fomento, gerenciamento, pesquisa e cultivo das plantas.

A importância do incentivo do poder público é ressaltada por Julien (2005), ao admitir que o estado promove um ambiente empreendedor através de incentivos e transmissão de conhecimento, sendo que esse incentivo pode acontecer através de alocação de recursos, especialização da mão de obra, no agrupamento de empresas com interesse comum ou por incentivo à inovação.

Em 1999, observando que todos os municípios vizinhos promoviam alguma comemoração, Maripá decidiu realizar a Festa das Orquídeas e do Peixe. Através dela, compradores e turistas foram atraídos, e movimentaram a economia da atividade. Em 2004 foi criada a Associação de Orquidícultores de Maripá, que segundo Wendt, Schmidt e Fischer (2017), tem como principal objetivo a idealização da exposição e comercialização na festa, bem como, trocas de informações e negociações de venda e fornecedores.

Inicialmente, a associação foi responsável por dar suporte aos produtores na aprendizagem sobre o cultivo das orquídeas, na questão burocrática e na negociação de subsídios do poder público. A atuação na organização da exposição na festa também ganhou proporções interessantes, e atualmente é o principal motivo para o grupo permanecer unido. Além disso, a AOM promove reuniões para trocas de informações, busca melhorias junto ao poder público e realiza negociações entre os produtores, como por exemplo, o fornecimento de plantas.

Observa-se na Tabela 6 os registros das quantidades de plantas vendidas durante a festa. Na 17ª edição, ou seja, em 2017, mais de 33.000 plantas foram vendidas, sendo que em todos os anos os registros demonstraram crescimento, evidenciando a evolução da atividade no local no decorrer dos anos. Destaca-se também o fato que foi relatado nas entrevistas, de que a quantidade de produtores de orquídeas no período diminuiu. Atualmente existem dez produtores ativos, sendo que no início da atividade no município mais de vinte produtores estavam ativos. Esse dado chama a atenção para a produtividade de cada um dos empreendimentos e os investimentos para a venda no evento.

Tabela 6 - Quantidade de orquídeas vendidas na Festa das Orquídeas e do Peixe de Maripá

Ano	Quantidade de plantas vendidas
2002	7.123
2003	9.001
2004	9.161
2005	7.992
2006	9.981
2007	14.715
2010	16.825
2011	18.494
2012	21.549
2013	22.745
2014	27.078
2015	27.856
2016	27.905
2017	33.303

Fonte: Emater (2017).

O Departamento de Economia Rural (SEAB/DERAL, 2017) aponta os valores produzidos pelas principais atividades econômicas rurais de Maripá, e é possível visualizar a produção de orquídeas declarada nos últimos 3 anos, conforme mostra a Tabela 7. Nela é possível observar que entre 2014 e 2016 houve um aumento de 31% no valor vendido. Como não houve aumento de cultivadores, entende-se que o valor é referente ao aumento de produtividade das estufas e/ou a quantidade de notas fiscais emitidas. Além disso, nas entrevistas realizadas durante esta pesquisa, foi citado o fato de que, como em muitos casos as pessoas que gerenciam os orquidários são de idade avançada, a dificuldade em trabalhar com sistemas informatizados faz com que a prefeitura desconheça com certeza o valor real produzido em orquídeas, o que leva a entender que o valor pode ser ainda maior do que o evidenciado.

Tabela 7 - Valor vendido em orquídeas entre 2014 e 2016

Ano	Valor em R\$
2.014	1.970.548,62
2.015	2.382.300,00
2.016	2.580.300,00

Fonte: A autora, baseado em SEAB/DERAL (2017).

A partir destes dados, entende-se que os produtores aceitaram a ideia e buscaram conhecimento em vários lugares e com várias instituições, melhorando a produtividade e a comercialização das flores. Há cultivadores que até dedicaram toda sua extensão territorial para trabalhar no cultivo de orquídeas, há também casos de lojas virtuais e há parcerias de vários produtores com floriculturas e mercados da região. As entrevistas mostraram que o principal facilitador para o cenário atual, foi a capacitação dos produtores e a capacidade dos maripenses estarem atentos as novidades de mercado. Também no setor de orquidicultura, observa-se a preocupação com a inovação e comercialização da produção.

Porém, a quantidade de produtores não progrediu. Inicialmente eram 10 associados a AOM, e apesar de em alguns momentos haver mais sócios, atualmente está novamente com 10 participantes. Também se observa dificuldade de sucessão do negócio. Apesar de ter boa rentabilidade, parece não ser atrativo para os jovens. Wendt, Schmidt e Fischer (2017) constataram também que, a atividade coletiva atualmente funciona perfeitamente na organização da festa, mas em outros momentos ela não tem muita força. Cada empreendimento de flores se estruturou de uma forma diferente, sendo que o relacionamento coletivo não fica tão em evidência.

Porém, mesmo assim, todas as entrevistas mostraram que a representatividade das flores em Maripá e a abrangência atual da festa não seriam os mesmos se não houvesse a atuação da associação dos produtores de orquídeas, evidenciando a importância da AOM para o município e os empreendimentos que investiram nesta cultura.

4.3 ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES E EXTERNALIDADES DAS AÇÕES COLETIVAS PARA O EMPREENDEDORISMO DE MARIPÁ

Esta etapa da pesquisa identificou características consideradas relevantes para os munícipes, a fim de investigar as implicações e as externalidades geradas pelas ações coletivas para o ambiente empreendedor local, o que responde ao objetivo específico “c” desta pesquisa. Para tanto, analisou-se os discursos dos entrevistados e as palavras de maior relevância.

4.3.1 Caracterização e desenvolvimento de Maripá e do ambiente empreendedor

A primeira análise faz referência as quatro primeiras perguntas dos questionários (Anexo A, Anexo B e Anexo C), ou seja, questionou-se sobre: a) a história do ambiente empreendedor de Maripá; b) os principais elementos no processo; c) o desenvolvimento do ambiente empreendedor local; e d) três elementos que foram fundamentais para a formação do ambiente empreendedor do município.

Ao relatarem a história do ambiente empreendedor de Maripá, em diversos momentos os entrevistados destacaram o fato de haver aptidão para o agronegócio, o que acreditam ser resultado de fatores culturais. Essa cultura herdada pelos munícipes, existe desde a colonização, pois vários empreendimentos e investimentos foram realizados pelos pais e/ou avós dos atuais gestores de negócios. Os colonizadores vinham da região sul, e tinham descendência, principalmente, alemã. Trouxeram com eles o conhecimento dos trabalhos agropecuários, o que ajudou a definir o perfil do local. Martins (2002) e Fillion (1999) consideram que o desenvolvimento vai além do progresso material e da inovação, tendo como princípio básico as pessoas e fatores culturais. Para os autores, as culturas, as necessidades e os hábitos determinam o comportamento dos seus habitantes, os quais agirão de acordo com o ambiente em que estão inseridos.

Também as características locais, como o solo, o clima e a água, favoreciam a produção agropecuária, conforme citado por um líder técnico quando diz que “Maripá é um município que tem recursos naturais que favorecem o agronegócio, inclusive a aquicultura. Houve sempre a preocupação com o setor agropecuário, o que gerou investimentos, empregos e manteve as pessoas nas propriedades” (Entrevistado O).

No início, as atividades que receberam maiores investimentos, estavam voltadas para cultivo de grãos, cereais, madeira e suínos. Com o passar dos anos, a extração de madeira se esgotou, mas as outras culturas se fortaleceram. Incrementou-se ao longo dos anos a produção de frango para abate, gado leiteiro e piscicultura.

Com o fortalecimento da cooperativa C.Vale e a implantação do abatedouro de aves, surgiu a possibilidade de aproveitar melhor as propriedades locais com a produção de frango. Esta atividade também trouxe vantagens econômicas para o

local, conforme destacado na entrevista de dois líderes políticos, que apontaram o fato de a industrialização do frango ter retorno significativo de ICMS para Maripá. Atualmente, a C.Vale agrega associados para movimentar as produções de frango, suínos, grãos, leite e, mais recentemente, peixes.

Quanto a piscicultura, os líderes políticos destacaram que um dos primeiros projetos de incentivo da administração pública maripaense era voltado ao fomento da produção de tilápias. Desde que Maripá pertencia a Palotina, várias propriedades possuíam tanques de peixe escavados, normalmente em “brejos” que não permitiam realizar outros cultivos. Até então, eles eram construídos por *hobby* e eram suficientes para produzir peixes para consumo das famílias, havendo pouca ou nenhuma comercialização. Já nos primeiros anos, houve realização de pesquisas de viabilidade da piscicultura no local. Constataram que o clima, o solo e a água eram adequadas para a produção de peixes, podendo se tornar uma oportunidade de renda.

Já a produção de orquídeas surgiu pelo gosto em cultivar a planta. Nas três entrevistas com os cultivadores destas flores, com os líderes técnicos e com os líderes políticos, foi apontado que antes de a produção de orquídeas ter caráter comercial, ela já era cultivada em casa pela família, o que retrata a consideração com que a atividade foi lembrada no local. Logo após a emancipação, surgiu o problema de ornamentar a cidade com alguma planta que deixasse as ruas bonitas e fosse viável plantar. A partir de uma gincana na escola, foram plantadas mudas de orquídeas em todas as árvores das ruas, na sede do município e nos distritos. Diversos foram os incentivos ao cuidado com as plantas que ornamentavam o ambiente, o que motivou o cultivo particular das pessoas, surgindo os primeiros cultivadores das plantas, ainda por *hobby*.

Mas o incentivo para que o cultivo de orquídeas se tornasse uma oportunidade de negócios, se deu pela demanda dos visitantes que desejavam adquirir estas plantas. O Entrevistado K, um líder político, relatou que “as pessoas vinham até Maripá, achavam as plantas lindas, e queriam comprá-las. E muitas pessoas começaram a aparecer querendo comprar as orquídeas. Então nós resolvemos incentivar a produção e comercialização das orquídeas” (ENTREVISTADO K).

Quanto aos elementos considerados importantes para a história do ambiente empreendedor de Maripá, foram citados a profissionalização, as parcerias com

instituições financeiras, o auxílio fornecido pela prefeitura e pelo corpo técnico (principalmente a Emater), a criação da Festa das Orquídeas e do Peixe e a visualização de retorno financeiro.

Em diversas entrevistas foi lembrado o fato de que uma das primeiras atitudes do poder público foi a de buscar assistência técnica, através da contratação do técnico da Emater, que trabalhou a ideia da piscicultura. Pode-se observar nos relatos do Entrevistado F, participante da Aquimap, a relação criada entre os produtores, o poder público e os técnicos:

os negócios aconteceram porque havia incentivo da administração pública e de lideranças. A principal liderança foi o técnico da Emater, o [...]. Em Maripá, as pessoas se preocupam em deixar alguma coisa melhor para quem vem atrás, e talvez por isso da insistência em variar a produção do espaço - seja com peixe, frango, porco ou qualquer outra atividade (Entrevistado F).

A profissionalização foi fundamental para que as características agropecuárias do local se tornassem uma possibilidade de negócio. Como destaca o Entrevistado A, quando afirma que

(...) desde a emancipação, tinha uma preocupação com a população local por parte da administração pública. Houve uma construção e uma busca de melhoria por parte da prefeitura por infraestrutura e conhecimento que incentivasse a população investir em suas propriedades. Preocupação com estradas, com o produtor rural, almejando o progresso (...)

Em relação ao exposto, Julien (2005) afirmou que o estado é capaz de produzir um ambiente empreendedor através de incentivos ou transmissões de conhecimentos, podendo ser na alocação de recursos, especialização de mão-de-obra, criação de grupos de empresas com interesses comuns e por incentivo a inovação.

Outro relato importante, o qual ocorreu em diversos momentos das entrevistas, se refere ao fato de que o grau de instrução da maioria dos empreendedores era baixo, levantando a necessidade de buscar conhecimentos, tanto voltados para melhorar as produtividades e inovar, quanto para o gerenciamento dos negócios. A prefeitura então forneceu subsídios e treinamentos para que estufas de cultivo fossem criadas, bem como, buscou parcerias com institutos como o Senar e o Sebrae para aperfeiçoar a profissionalização técnica dos produtores rurais.

A teoria relata a importância do perfil empreendedor (GOMES, 2011; FILION, 1999; SEBRAE, 2016). Há diferenças entre empreendedores e operadores/gerentes, pois os empreendedores identificam oportunidades de negócio e inovam. Já o operador/gerente busca dar bom uso das suas habilidades de forma a ganhar a vida. Nos relatos dos entrevistados, percebeu-se que nem todos os negócios obtiveram sucesso. Houve relatos de situações diversas que forçaram alguns produtores a deixar de lado algumas tentativas de diversificação de renda ou que precisaram até mesmo vender suas propriedades por problemas no gerenciamento dos negócios. Logo, percebe-se que as empresas que obtiveram sucesso ao transformar o *hobby* em negócio, precisaram aprender a gerenciar de forma diferente da, até então, habitual.

As parcerias com instituições financeiras permitiram criar linhas de crédito que fomentassem as atividades locais. Os bancos não possuíam nenhuma linha de crédito que possibilitasse o custeio da produção de peixes, por exemplo, e a demanda criada no local fez com que houvesse negociação com os bancos.

Também a criação da Festa das Orquídeas e do Peixe fez com que os produtores, principalmente de orquídeas, visualizassem retorno financeiro nas suas atividades, motivando os investimentos. Os investimentos foram realizados em estrutura das propriedades rurais para a produção de flores, no espaço da exposição da festa e em novas formas de escoar a produção para os clientes (sendo que muitos negócios foram conquistados na feira organizada na festa).

Quando questionados sobre o desenvolvimento especificamente do ambiente empreendedor de Maripá, confirmou-se que os elementos históricos foram responsáveis pela formação do ambiente empreendedor. Ou seja, as características do povo, os investimentos a longo prazo na agropecuária, agricultura e piscicultura, bem como, a busca pela profissionalização e especialização nos negócios foi primordial.

Porém, outros itens importantes foram citados. O Entrevistado F afirmou que as pessoas de Maripá têm a preocupação com “deixar alguma coisa para quem está vindo atrás”. Ele se referiu ao fato de que, há interesse dos produtores em construir capital, deixando assim a possibilidade de sucessão familiar. Logo, a importância de realizar investimentos nas propriedades e em melhorias na produção é levada em consideração por eles.

Portanto, houve um conjunto de investimentos públicos e privados, primordiais para o desenvolvimento do ambiente empreendedor. Assim como a união entre produtores e líderes, citada em diversas entrevistas, como pelo entrevistado D:

A organização dos produtores e dos líderes foi importante. A busca pelo aprendizado, pela tecnificação e pela infraestrutura precisou ser organizada. Essa organização aconteceu por parte da prefeitura, dos agricultores, dos agentes financeiros e dos técnicos, como a Emater (Entrevistado D)

Kanter (2010) faz uma colocação importante no sentido da liderança, quando diz que, se bem preparada, ela faz surgir oportunidades de negócio, melhora o posicionamento no mercado, inova e motiva os envolvidos, sendo que esses agentes levam boas práticas de um lugar ao outro. Este fato foi igualmente detectado no objeto de estudo.

Ainda neste contexto, se buscou parcerias com instituições que fomentassem a aprendizagem técnica e com universidades. Foi criado um tanque de produção de peixes para realização de testes e melhorias, a Unidade de Estudos e Pesquisa, especificamente para melhorar a produtividade de tilápias. Neste projeto, trabalhavam os técnicos da prefeitura, os técnicos de peixes e estudantes de universidades (UFPR, Unioeste e UEL). Posteriormente, quando a atividade passou a ter perfil comercial, criou-se a Aquimap, afim de auxiliar os produtores nas questões legais, nos repasses do poder público, nas implementações de tecnologias e nas trocas de experiências.

Assim, entre os elementos citados como fundamentais em todo o processo do ambiente empreendedor de Maripá, destacaram-se termos relacionados com: trabalho em conjunto, acreditar no negócio, a cultura das pessoas, a perseverança, a assistência técnica o poder público.

Para compreender melhor os termos em destaque nas entrevistas e os elementos considerados importantes para todo o processo aqui analisado, as respostas fornecidas nas questões 2 e 4 do questionário (Apêndices A, B e C) foram transcritas e processadas no software Iramutec e formaram a nuvem de palavras apresentada pela Figura 11. As palavras em maior evidência são as que mais se repetiram nos discursos dos entrevistados, logo, na imagem, são as que se destacam.

Na primeira análise, as palavras com maior ressaltado são: produtor (em maior evidência), público, cultura e Emater. Analisando essas palavras e os discursos dos entrevistados, conclui-se que a palavra “produtor” é a de maior destaque, devido ao fato de este ser o principal ator de todo o processo. Como destacado em diversas pesquisas (Dornelas, 2008; Fillion 1999; Nassif et al.,2007; Éster, Rodrigues e Freire, 2012), as ações do empreendedor é que imprimem o ritmo de desenvolvimento do seu empreendimento, e é ele quem irá visualizar as oportunidades e assumir os riscos do desafio que é empreender.

Figura 11 - Caracterização e desenvolvimento de Maripá e do ambiente empreendedor



Fonte: dados da pesquisa (2018).

A análise leva a entender também que os investimentos no setor, a ciência da atividade e a atuação da Emater e do poder público foram e são itens relevantes na formação do ambiente empreendedor de Maripá. Isto porque, estes parceiros assessoraram nas mudanças que ocorreram no método tradicional de trabalhar, ou seja, buscaram suporte técnico para que os produtores rurais pudessem diversificar suas produções, produzindo frango, soja, milho, suínos, tilápias e orquídeas de forma eficiente, gerenciando a propriedade como uma empresa. Para formar o ambiente de forma que ele se mantivesse sustentável ao longo do tempo, o investimento no desenvolvimento do gerenciamento das propriedades, da tecnificação e da inovação para se tornar competitivo foi fundamental.

Nesse contexto, ficou em evidência a atenção recebida pela assistência técnica, a busca e implementação de novas tecnologia e o aperfeiçoamento na questão gerencial, pois exigiu que eles olhassem para suas propriedades rurais como empreendimentos. A Emater foi um dos primeiros órgãos a começar a atuar no município, estando desde os primeiros projetos, preocupada em estimular setores que fossem promissores e condissessem com a realidade do local dos produtores rurais. A participação de agentes contratados pela prefeitura para fomentar as atividades locais, a qual desde o princípio trabalhou ao lado da Emater, também foi elemento chave no processo. Em várias falas dos entrevistados, essa união entre Emater, poder público e produtores rurais foi chamada de “tripé” e considerada fundamental para chegar nas características atuais dos empreendimentos.

4.3.2 Caracterização e história das ações coletivas

Nesta segunda etapa da análise dos discursos, objetivou-se compreender as perguntas 5, 6 e 7 da entrevista, as quais questionavam sobre: a) se as atividades coletivas estiveram realmente presentes em algum momento; b) sobre a criação das atividades coletivas e a importância delas; e c) resultados alcançados e motivos para os grupos se manterem ativos. Considerando as atividades coletivas estudadas - AOM, Aquimap e C.Vale - foram entrevistados três associados de cada uma delas, sendo que alguns participam (ou já participaram) de mais que uma forma coletiva, fato que enriqueceu a pesquisa, pois trouxe detalhes importantes. Também foram ouvidos representantes técnicos e políticos que possuem conhecimento dos trabalhos realizados pelas associações.

No que se refere ao questionamento sobre a presença das ações coletivas no município, todos os entrevistados responderam que elas efetivamente estiveram presentes nas atividades municipais. Para eles, os resultados hoje visíveis nas produtividades e no reconhecimento, são decorrentes da organização dos produtores, proporcionada pelo trabalho coletivo. Também é percebido nas proporções que a festa municipal alcançou, sendo esta uma representação da coletividade local. Neste sentido, “a festa acontece porque cada um faz sua parte, ou seja, trabalha-se coletivamente. Além do mais, muito do que foi conquistado, a gente deve as associações” (Entrevistado J). Também se percebe o resultado na renda da população, no reconhecimento por ser o maior produtor de tilápias por m² de lâmina de água do país e no título de “Cidade das Orquídeas”.

Quanto as opiniões dos respondentes envolvidos com a orquidicultura, estes concordam que o trabalho em equipe foi importante na busca por assistência técnica e aprendizagem, pois havia troca de informações e negociações entre associados. Porém, com o tempo, cada empreendimento formou sua própria estrutura de gestão de negócio, e os objetivos iniciais não eram mais importantes no mesmo teor para todos os envolvidos. Atualmente, a função que os mantém unidos é a promoção da exposição na festa municipal, sendo inquestionável por eles, a continuidade do grupo.

Para os associados da Aquimap, a associação foi primordial para a estruturação da piscicultura em Maripá. No início, os trabalhos associativos eram voltados a buscar subsídios junto ao poder público para compra de insumos, matéria prima, estrutura física e estradas, sendo que a associação intermediava a contratação de maquinários para terraplanagem e escavações. Porém, da mesma forma que ocorreu no setor de orquidicultura, percebe-se que hoje, depois de estruturados fisicamente, os objetivos comuns não são facilmente observados. Mas todos apontam para o fato de que, os desafios com inovação e produtividade são trabalhados em todo o grupo através de redes de relacionamentos entre produtores, prefeitura e Emater.

Quanto aos associados à C.Vale, há concordância com o fato de que a cooperativa possibilita diversificação de renda através da produção de suínos, frangos e leite, e mais recentemente, há expectativas com a industrialização de peixes, no qual os processos de integração iniciaram em 2017. A cooperativa direciona as produções para industrialização, fornecendo segurança financeira para

agricultores. Também há atividades voltadas para armazenamento da produção de grãos, fornecimento de insumos, negociação de produção e assistência técnica. Contudo, em algumas entrevistas, foi relatado o fato de que a cooperativa tem alto controle em todos os campos de negociação, sendo que por vezes, dificulta negociações e possui controle sobre os preços praticados.

Contudo, os líderes técnicos atentaram para o fato de que as associações foram responsáveis pela união dos produtores “principalmente para que houvesse discussão, foco e objetivo entre os participantes” (Entrevistado M), sendo a organização da festa das Orquídeas e do Peixe e os títulos e números alcançados (Cidade das Orquídeas e maior produtor de peixe por m²) influenciados pelos trabalhos realizados coletivamente.

Quanto as perguntas que buscavam compreender a importância das ações coletivas para o ambiente empreendedor de Maripá, as respostas variaram de acordo com o tipo de negócio. Entre os participantes da AOM e Aquimap, a confiança que o indivíduo que participa da associação transmite, é relevante. Também a união que há entre as associações, a Emater e a prefeitura é considerada primordial para os entrevistados. A realização da festa, viagens e encontros promovem troca de informações e incentivam a inovação nas propriedades, porque práticas e novos conhecimentos são compartilhados entre eles.

Para os associados da C.Vale, os serviços por eles fornecidos permitem que o produtor rural tenha segurança no recebimento da venda da sua produção, bem como, tenha alternativas para melhorar a área cultivável e conseqüentemente, a renda. Há também investimentos em pesquisa e tecnologia, e a disseminação dela entre produtores, sendo eles grandes ou pequenos. Porém, ela dita as “regras do jogo”, sendo que, para alguns entrevistados, a cooperativa por vezes cria regras que não beneficiam os produtores de forma satisfatória.

Porém, um líder técnico chama a atenção novamente para o fato de que “a associação é o meio pelo qual há conversa com os órgãos públicos: Emater e prefeitura, por exemplo” (Entrevistado M). Todas as propriedades precisam de liberações técnicas, prestar atenção em questões ambientais e realizar projetos de investimentos, e essa facilidade em conversar com órgãos públicos, estabelecida no município, é uma forma de parceria e incentivo.

Já quando questionados sobre os resultados alcançados através das ações coletivas e os motivos pelos quais os grupos continuam ativos, o fato mais citado em quase todas as entrevistas, foi a produtividade alcançada. Os produtores aprenderam a aderir a tecnologias e a trabalhar com a inovação. Foram também conquistadas junto a instituições financeiras, importantes linhas de crédito para financiamento de produção.

Participando do grupo, é destacado por eles, há maior segurança em negociações com clientes e fornecedores. No caso dos cooperados da C.Vale há a garantia de recebimento da produção. Essa segurança aumenta os níveis de investimento e reinvestimento em Maripá.

Portanto, para compreender melhor os objetivos e a importância das ações coletivas para Maripá, as respostas para as perguntas 6 e 7 foram transcritas e formaram a nuvem de palavras apresentada na Figura 12. Observa-se que a palavra mais citada é “associação”. De fato, observa-se que por muitas vezes os entrevistados ressaltaram a palavra, e a destacaram como “importante” e “positiva” (essas duas palavras apareceram também em destaque na nuvem). Também aparecem as palavras “comum”, “cooperativa”, “associados”, “grupo” e “participar”, palavras estas que remetem a ação coletiva, sendo que todos os entrevistados afirmaram a existência da coletividade no município.

Dentre todas as outras palavras, chama-se também a atenção para “festa”, “venda”, “crédito” “empreendimento” e “assistência”. Todas elas demonstram que os fatos relatados nas entrevistas são relevantes em diversos momentos. A festa municipal foi extremamente importante para que cada negócio atraísse clientes e moldasse sua estrutura de trabalho, tornando suas propriedades em empreendimentos. As condições criadas impulsionaram os investimentos e conseqüentemente as vendas, motivando os produtores rurais.

O crédito fornecido possibilitou investir nos negócios com maior poder de negociação. A assistência técnica trouxe diversos benefícios, dentre eles a aprendizagem, o suporte técnico e o incentivo a pesquisa e inovação. E de fato, esse cenário foi atingido porque haviam grupos de produtores rurais que resolveram empreender e investir nas atividades.

confiança de que as regras não serão quebradas, havendo maior alinhamento entre os interesses dos participantes. Logo, o comprometimento com a melhoria da atividade e o compartilhamento da informação entre os produtores é fundamental para manter a união do grupo.

Portanto, compreende-se que as ações coletivas em Maripá desempenham papel importante no local, mas de maneiras diferentes. A AOM desempenha seu principal papel na organização da festa municipal, enquanto a Aquimap tem uma função primordial na disseminação das informações referentes a pesquisa e desenvolvimento do setor. Já a C.Vale desempenha um papel mais técnico, com fornecimento e comercialização de produção.

4.3.3 Desafios e impactos das ações coletivas

As questões 8, 9 e 10 da entrevista buscavam entender itens de destaque no processo de desenvolvimento, bem como dificuldades a serem ainda superadas pelos grupos e pelas atividades. As perguntas realizadas buscavam entender: a) quais os desafios enfrentados no processo de empreendedorismo coletivo de Maripá; b) quais os impactos das ações coletivas no ambiente empreendedor; e c) quais as dificuldades a serem superadas.

Quanto aos desafios enfrentados, o que foi lembrado pela maioria dos entrevistados foi o de transformar um *hobby* em negócio. Além da adequação da estrutura do negócio para conseguir obter a produção em escala comercial, foi necessário aprender a administrar o novo negócio. Por isso a profissionalização, os cursos técnicos e as experiências do grupo ajudaram no estabelecimento dos negócios.

E nesse processo, muitos não conseguiram prosseguir no negócio, como destacou um líder político: “Para algumas pessoas sim, mas não para todas. Toda essa situação provoca as pessoas a mudarem, a pensar diferente” (Entrevistado J). No caso da piscicultura, problemas diversos fizeram com que produtores desistissem da atividade ao longo dos anos: muita chuva que fez com que açudes não suportassem, endividamentos, produções entregues para compradores que não pagaram, entre outros. Na orquidicultura, o principal fator para que houvesse desistência na atividade, foi a idade avançada dos cultivadores e falta de sucessão. Já na agropecuária, principalmente o endividamento e as intempéries que fazem

com que haja perdas de produção, fez com que maripaenses desistissem da atividade.

É citado por eles que ainda há desafios. Os que existiam no início, foram substituídos por novos. Dentre eles,

a formação de novas lideranças tem importância para que as ações coletivas continuem. As futuras administrações, as prefeituras, também devem cuidar com carinho deste assunto, investindo cada vez mais em pessoas e programas que mantenham e também ampliem os investimentos no município (Entrevistado N).

Já em relação aos impactos observados pelos entrevistados no ambiente empreendedor, o mais citado é a realização de pesquisas e investimentos em novas tecnologias. Esse fato faz com que os produtores se mantenham na atividade e incentivem outras pessoas a se envolverem. Ou seja, está sendo visualizado um interesse de sucessores pelas atividades, os quais buscam especialização técnica. Com isso, observa-se que o agronegócio está se tornando interessantes para jovens, fazendo com que haja maiores investimentos nas propriedades e, conseqüentemente, maiores produções.

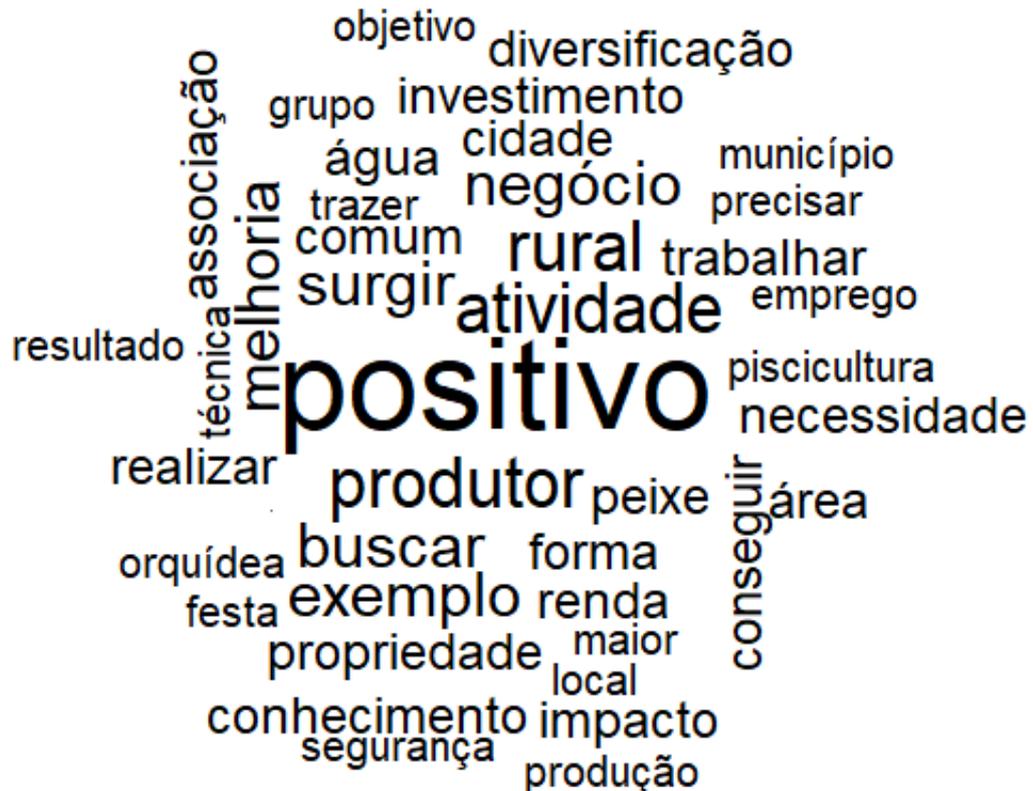
Quando se fala em trabalho coletivo, percebe-se também que a população aprendeu a trabalhar em prol de objetivos comuns. A realização da festa é um exemplo, pois envolve a maioria da população em função de uma atividade que visa beneficiar toda a população local: orquidicultores, piscicultores, comerciantes locais, igrejas, escolas, entre outros. O associativismo e a cooperação são observados em muitos momentos no município.

Há também maior rotatividade de recursos financeiros disponíveis no local, o que impulsiona outros negócios e outros investimentos. Como cita o Entrevistado L, quando diz que “gira o dinheiro na cidade, faz aparecer novos investimentos, e assim surgem outras necessidades. Gera emprego, e já é observado um pouco de sucessão”. A partir da demanda surgiram, por exemplo, metalúrgicas que atendem as necessidades das granjas de frango e de suínos.

Observa-se também benefícios na estrutura física de Maripá. As estradas rurais têm condições satisfatórias para transitar, mesmo em dias de chuva. As redes de energia elétrica receberam melhorias, beneficiando a população. O ICMS que retorna para o município, decorrente da industrialização da cooperativa C.Vale, é revertido em investimentos em todo o município.

Para compreender melhor a visão dos entrevistados quanto aos desafios e impactos das ações coletivas no ambiente empreendedor, as questões 8 e 9 foram transcritas e processadas no software para criação da nuvem de palavras chave. Vários termos ficaram em evidência, conforme apresentado pela Figura 13.

Figura 13 – Percepção dos associados quanto as ações coletivas.



Fonte: dados da pesquisa (2018).

A palavra “positivo” foi a de maior destaque na análise das entrevistas. De fato, para todos os entrevistados a atuação das ações coletivas e o efeito que oportunizou ao ambiente empreendedor da cidade foi favorável. Eles acreditam que os resultados dos esforços realizados ao longo dos anos para impulsionar estes setores, impactaram no desenvolvimento do município e nos números que indicam o índice de desenvolvimento: maior produtor de tilápia por m² de lâmina de água, título de Cidade das Orquídeas atribuído por lei estadual, significativa arrecadação de impostos quando comparado a cidades próximas e índices de desenvolvimento econômico entre os melhores da região.

Em diversas colocações, os entrevistados destacaram a importância da diversificação na renda proporcionada pelos investimentos. Algumas se tornaram negócios rentáveis a ponto de propriedades inteiras passarem a atuar apenas na produção e comercialização de peixes, por exemplo. Para eles, isso foi possível devido a cultura das pessoas, que, em geral, são persistentes e acreditam nos negócios. Ademais, muitos respondentes afirmam que um dos motivos para continuar na ação coletiva é a história e o orgulho do que foi realizado.

Quando questionados sobre as dificuldades que ainda precisam ser superadas, ficou evidente a necessidade de atenção em alguns tópicos. A coletividade está menos intensa, porque os empreendimentos conseguiram se estruturar e tomar rumo próprio. Dessa forma, a individualidade está mais evidente e alguns ganhos poderiam ser alcançados se houvesse maior interesse grupal. Como por exemplo, buscar redução de custos através de melhorias em legislação, buscar melhorias na estrutura da festa e mais incentivos do poder público.

Considerando a cooperativa agrícola, o principal item apontado foi o tamanho que a cooperativa atingiu. Ela sendo grande, proporciona diversas vantagens aos associados e produtores, mas a gestão e suas estratégias tomadas estão cada vez mais distante do associado. E assim, por muitas vezes, retornam mais vantagens para a empresa cooperativa do que para os cooperados.

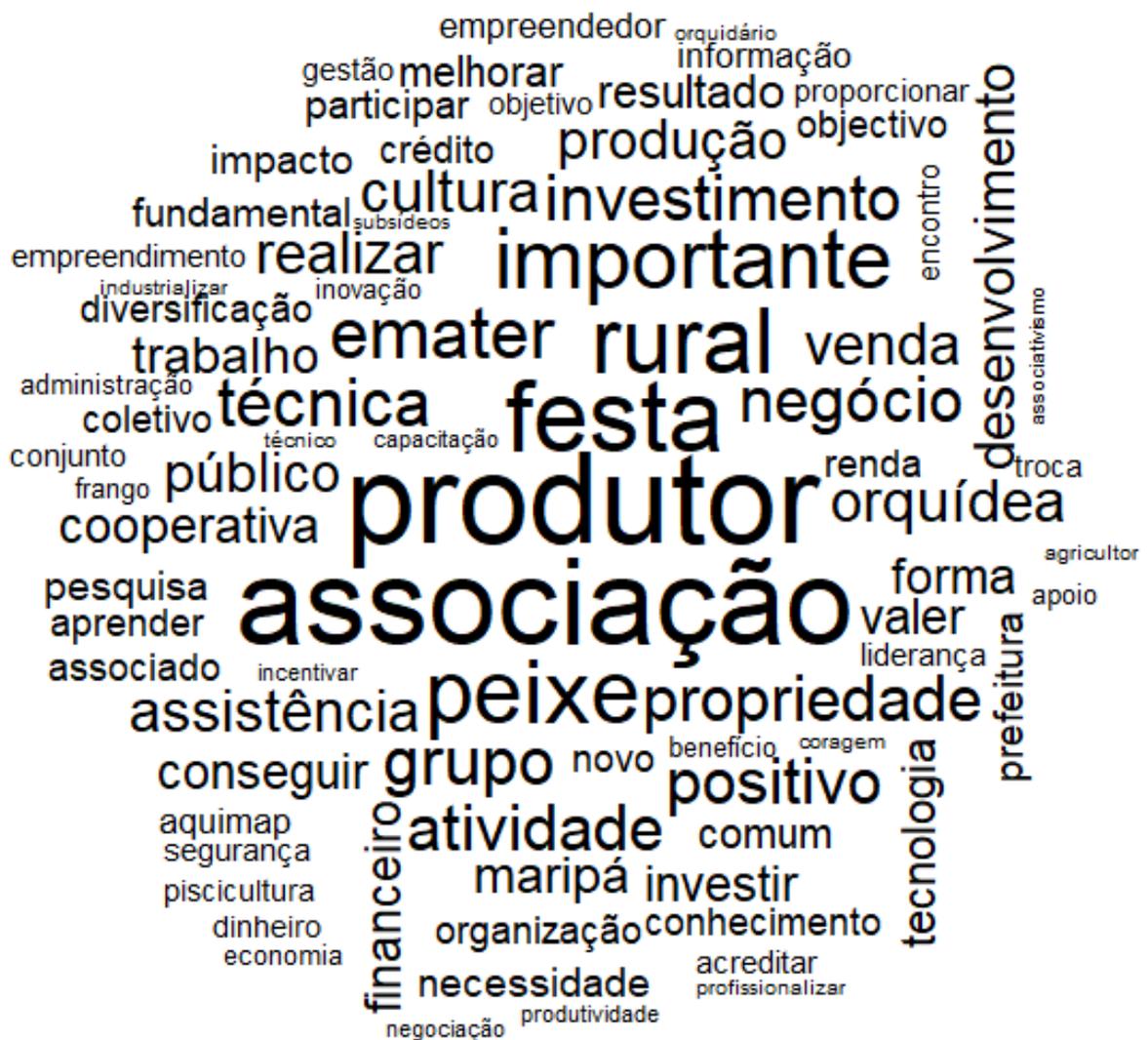
Por último, diversos relatos, principalmente dos líderes técnicos, salientaram a preocupação com o meio ambiente. Os aumentos de produtividade de grãos e do setor piscicultor, bem como os investimentos em suinocultura e avicultura, resultaram em agressões, principalmente ao solo e a água. Para que as produções não sejam comprometidas, serão necessários investimentos e inovação em melhorias da qualidade destes fatores.

4.3.4 Apontamentos finais do capítulo

A partir da análise individual de cada pergunta realizada nas entrevistas, nesta parte pretende-se olhar os discursos de forma unificada. Para isso, fez-se a união das respostas das questões 2, 4, 6, 7, 8 e 9 dos questionários, afim de verificar as palavras que mais apareceram durante todas as falas. Pretende-se assim, entender quais os termos mais percebidos e destacados pelos entrevistados.

Portanto, a Figura 14 demonstra as palavras mais citadas pelos atores entrevistados. Nela destacam-se as palavras: “produtor” e “associação”. Também foram citadas várias vezes as palavras “rural”, “peixe”, “orquídea” e “festa”. Estas palavras vão de acordo com o foco deste trabalho, o qual objetivou enxergar o ambiente empreendedor de Maripá, a partir dos empreendimentos coletivos que envolvem o setor agropecuário local. Confirmou também a existência de ações coletivas através de associações.

Figura 14 - Análise completa dos discursos das entrevistas



Fonte: dados da pesquisa (2018).

Confirmando a investigação central, sobre a coletividade existente no local, as palavras “grupo” e “cooperativa” também se destacaram, chamando a atenção

para o fato de que esse tipo de estratégia é considerado importante pelos entrevistados. As entrevistas mostraram que buscar objetivos em conjunto poderia ser uma estratégia melhor explorada, mas em relação ao que já foi conquistado para o desenvolvimento local, conclui-se que foi possíveis resultados positivos em relação as diversas ações em conjunto dos municípios.

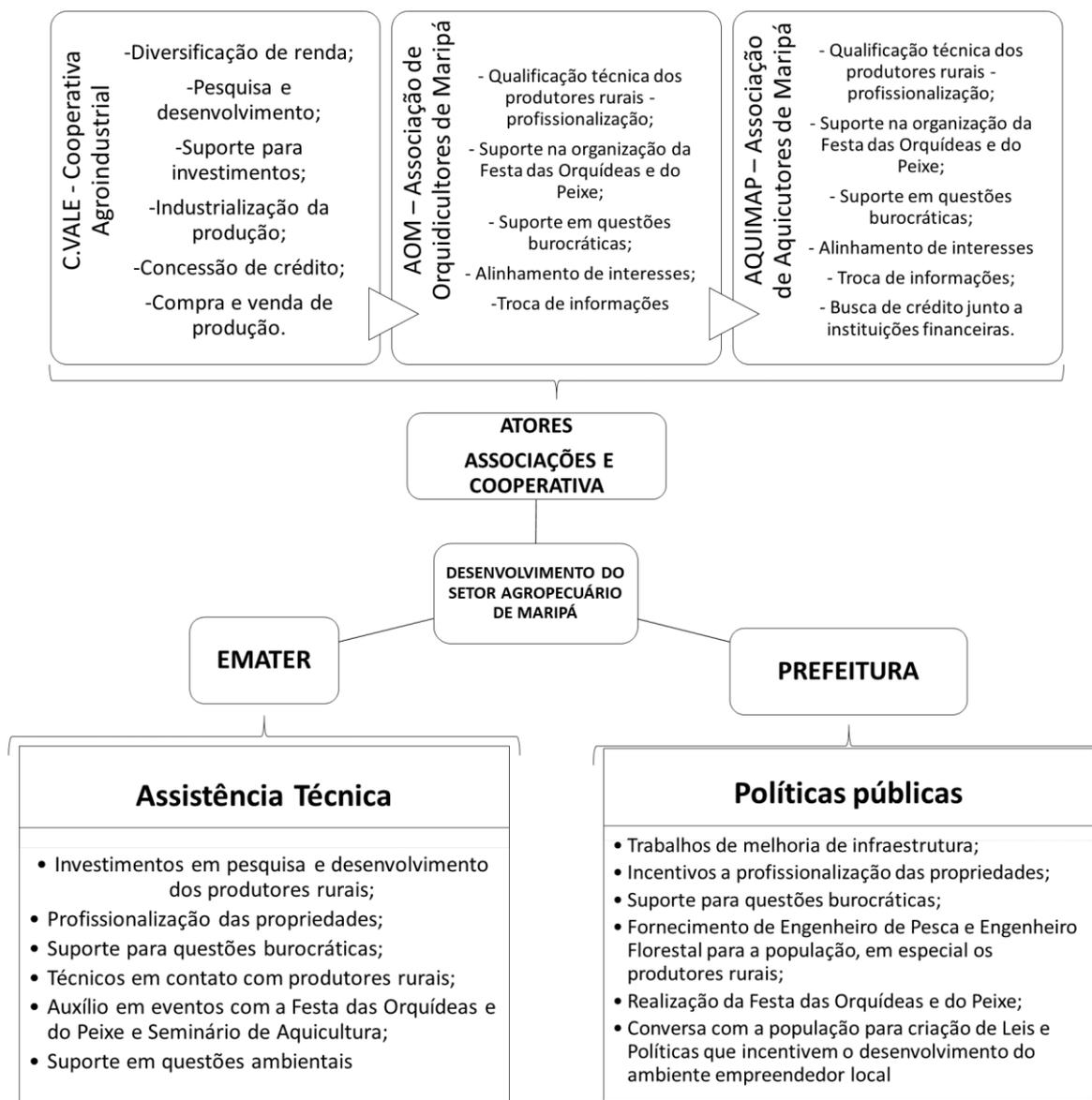
O custo despendido pelos moradores, produtores rurais e empreendedores foi menor do que as vantagens alcançadas. Percebe-se em Maripá o que é afirmado por Azevedo (2000), que a concorrência pode ser uma ameaça ou uma oportunidade: os empreendedores se uniram para alcançar objetivos comuns, que é ser competitivo no mercado, porém, cada empreendimento tem sua individualidade e seu gerenciamento, não deixando de ser concorrente. Com isso, são realizados investimentos em tecnologias e informação para se manterem competitivos. Fortalecer o nome do local tornou-se uma estratégia de mercado (KOTZLE, 2002; FARINA, 1999)

Destaca-se também a importância que a Emater e a assistência técnica recebem. O corpo de profissionais fornecido aos produtores rurais é dispendido principalmente pela C.Vale, pela Emater e pela prefeitura. Com a participação destes agentes, os produtores rurais estão amparados para realizar investimentos com mais segurança, e, em caso de problemas, há auxílio para resolução dos mesmos. Também é fomentado o investimento em pesquisas, tecnologias e aprimoramento de pessoas. Além disso, os atores destas entidades se tornaram líderes nos grupos atendidos por eles. Farina (1999) afirma que a competitividade é resultado de políticas públicas e privadas, individuais e coletivas, e entendeu-se que essa facilitação do contato de empreendedores com a assistência técnica foi uma estratégia.

Portanto, em Maripá o ambiente empreendedor recebeu estímulos e suporte de todo o aporte técnico formado por ações estratégica, sendo que o fornecimento de um corpo técnico foi fundamental para o desenvolvimento das atividades agropecuárias locais. A formação de grupos, principalmente para a realização da Festa das Orquídeas e do Peixe e para os trabalhos de pesquisa foi um ponto positivo destacado nas respostas. A liderança executada pelos técnicos fez frente aos desafios encontrados no percurso das atividades locais, dando suporte para os empreendedores. O resultado dos investimentos nestes setores é retratado nas externalidades geradas e nos números econômicos locais.

Para visualizar a estrutura deste setor para o município de Maripá e também facilitar o entendimento, um resumo dos apontamentos finais da pesquisa está retratado na Figura 15.

Figura 15 - "Tripé fundamental" do desenvolvimento do setor agropecuário de Maripá



Fonte: A autora (2018).

Em Maripá, ficou clara a participação das três frentes que compõem o tripé fundamental (denominação dos entrevistados): associações-produtores rurais, Emater e prefeitura municipal. Cada um destes atores foi importante para o cenário atual, conduzindo a sua área, sempre com foco no desenvolvimento do setor agropecuário rural de Maripá.

5 CONCLUSÕES

O objetivo que motivou esta pesquisa foi o de analisar as implicações das ações coletivas sobre a formação e desenvolvimento do ambiente empreendedor, analisando o município de Maripá, no Oeste do Paraná. O interesse por abordar este tema surgiu da observação das características do município no que se refere a atuação de ações grupais. Dentre as situações notáveis, têm-se a representatividade da aquicultura local, o título de Cidade das Orquídeas e os níveis de produção agropecuária.

Existem características do povo e do local que favorecem ao estímulo das atividades. Dentre eles, destaca-se a participação das pessoas, os trabalhos realizados pelo poder público e o trabalho da Emater. Em meio a estes elementos, têm-se a atuação de associações e uma cooperativa, os quais organizaram os produtores rurais. Além disso, esses atores todos atuam em conjunto.

Confirmou-se através desta pesquisa que, em Maripá existe a participação de ações coletivas, bem como, elas estiveram presentes na formação e no desenvolvimento do município e das empresas rurais do local. Ao longo dos anos, a Aquimap e a AOM trabalharam na organização dos produtores, tendo papel fundamental no desempenho da Festa das Orquídeas e do Peixe e buscando recursos e melhorias junto a prefeitura e Emater. Já a cooperativa agroindustrial foi importante para a melhoria de produtividade e melhoria da renda das propriedades rurais através de diversificação.

Em diversos momentos foi citada a atuação do que chamaram de “tripé” – a união das associações e dos produtores, da prefeitura e da Emater. Conforme Farina, Saes e Azevedo (1997), as estratégias empresariais são baseadas no ambiente institucional, organizacional e tecnológico. Observa-se que no caso estudado, os três agentes estiveram presentes nos empreendimentos. No ambiente organizacional têm-se a atuação do poder público, os institutos de pesquisa como a Emater e as associações, as quais se preocupam em manter um ambiente propício para a expansão das atividades locais. No ambiente institucional, percebe-se que as tradições e costumes dos colonizadores maripaenses definiram a propensão a atividades agropecuárias, bem como características empreendedoras dos produtores que buscaram tecnificar e diversificar suas propriedades. Quanto a

tecnificação e diversificação, têm-se então, o ambiente tecnológico. Os investimentos e preocupações com estes itens elevaram os índices de produtividade local, sendo Maripá um município com destaque em produtividade em todos os cultivos principais.

A caracterização de cultura de Kashimoto, Marinho e Russef (2002) envolve o conjunto de atividades que uma comunidade adota para enfrentar os problemas impostos pelo meio ambiente, sendo que as soluções são criadas pelo povo, e abrangem os aspectos de suas vidas. Notou-se que os atores envolvidos com o empreendedorismo maripaense, realmente posicionaram as características do seu ambiente de acordo com as suas. Ou seja, traziam conhecimento na atividade agropecuária da cultura europeia e sulista, moldando suas formas de trabalho de acordo com sua bagagem cultural. Os atores se preocupam em organizar e melhorar continuamente, tanto a produtividade, como o gerenciamento e a tecnologia de seus negócios.

Percebeu-se que há entre todos os envolvidos, uma motivação e orgulho da história. Os atores e o local em que estão inseridos carregam diversas características culturais, as quais são citadas em estudos teóricos (FILION, 1999; NASSIF, 2007; VIGUERANI E NUNES, 2016). Segundo eles, os empreendedores são visionários, idealizam oportunidades e buscam explorá-las, tendo suporte técnico e do poder público para tomar decisões e investir em pesquisa e tecnologia, sonham com melhorias e buscam mudanças, inovam e assumem riscos. As habilidades dos empreendedores estão em constante desenvolvimento e transformam o ambiente em que estão inseridos. De fato, os empreendedores maripaenses visualizaram oportunidades e buscaram superar os desafios para transformar negócios rentáveis, que complementassem a renda familiar.

No sentido de perceber as oportunidades, Dornelas (2001) admite que o ambiente estimula novas ideias e a promoção de uma economia sustentável, eficiente e inovadora. Nesse contexto, a pesquisa mostrou que em Maripá, os empreendedores estudados tinham em seu cerne a criatividade e a inovação, pois desde o início existiram trabalhos voltados à produtividade e implantação de tecnologias, sendo que atualmente são realizados estudos para melhoria da qualidade de água e também a instalação de um *câmpus* universitário voltado para pesquisa em aquicultura. Quanto a parte econômica destacada por Filion (1999), observou-se que esta foi uma característica estimulada através de capacitações,

mas que transformou a forma de gerenciar as atividades agropecuárias dos maripaenses ao longo dos anos.

Observa-se diversificação nas fontes de renda no que tange ao setor agropecuário, pois, além do cultivo tradicional da região que é de soja e milho, os produtores investem em avicultura, suinocultura, piscicultura e orquídeas. O PIB *per capita* é maior que a média estadual e nacional, e existe a capacidade de manter a propriedade rentável com extensões de terra pequenas, fato influenciado pelo exercício da cooperativa agroindustrial situada na cidade vizinha e pela estrutura estimulada pelo poder público e pelos órgãos técnicos. Por diversas vezes, os entrevistados relataram que a possibilidade de se manterem no campo e conseguirem reunir capital, tem relação com as várias atividades que são realizadas, pois quando há problemas com a produção de grãos, outras atividades (como o frango, por exemplo) auxiliam no orçamento. Silva e Machado (2008) analisam que o aumento na renda *per capita*, mudança na estrutura de negócio e na sociedade demonstram o desenvolvimento de um local.

As contribuições do poder público também foram importantes em diversos momentos. Os investimentos e incentivos em estrutura física e em tecnificação promoveram iniciativas empreendedoras e o aprimoramento das mesmas. O estímulo à competitividade e cooperação através do desenvolvimento das potencialidades locais auferiram espaço para associações e trabalhos em grupo. A busca por aporte técnico, como a disponibilização de engenheiros (de pesca e florestal) e a parceria com a Emater representaram um corpo profissional importante para auxiliar os empreendedores rurais na burocracia e na solução de problemas do dia a dia.

Observando as contribuições de Olson (1999), Wenningkam e Schmidt (2016) e de Nassar (2001), ficou claro que as organizações grupais surgiram por indivíduos, baseados em seus interesses comuns e por acreditarem que se agissem sozinhos seriam menos eficientes do que agindo em grupo. Existem necessidades que só podem ser atendidas por meio de ações conjuntas, e a ação coletiva é o que alinha os interesses.

Observou-se também que desde a emancipação existiram líderes, o que também é característica de grupo. Esses foram descritos como pessoas de visão e que não buscavam resultados apenas imediatos. Os nomes mais citados foram dos técnicos da Emater e dos engenheiros da prefeitura, os quais atuaram por vários

anos, sendo que alguns ainda exercem a atividade. Apesar de ambos serem subsidiados pelo estado, trabalham em parceria com os líderes das associações e cooperativa. A liderança, quando bem posicionada e preparada, faz surgir oportunidades de negócios, busca melhorar o posicionamento de mercado, inova e motiva os envolvidos, levando as boas práticas de um lugar ao outro (KOTLER, 2010).

Porém, os indivíduos não agem voluntariamente e as pessoas não atuarão de forma coletiva somente por terem objetivos comuns, mas sim, acreditando que esforços despendidos individualmente são maiores que os esforços em grupo (OLSON, 1965; OLSON, 2000; WENNINGKAMP; SCHMIDT, 2016). De fato, em geral os participantes de grupos estão de acordo com ajudar se houver benefícios para isso. Para os participantes das associações Aquimap e AOM, a principal atividade realizada em grupo é a organização da festa. Eles são responsáveis por atender milhares de pessoas, e para isso precisam que as associações os ajudem a manterem-se organizados. Já para os sócios da C.Vale, a cooperativa tem a garantia dos serviços prestados e a negociação facilitada dos insumos e produção.

Porém, observou-se também que o tamanho dos grupos (Olson, 1999; Ostrom, 2007) diferencia as ações coletivas. A AOM e a Aquimap são grupo menores, onde há um alinhamento dos interesses dos associados e uma busca em conjunto por objetivos comuns. Porém, a cooperativa C.Vale apresenta um perfil um pouco diferente. A quantidade de sócios dificulta a conversação entre atores e cooperativa, devido ao fato que existem muitos interesses, os quais se apresentam de diferentes formas. A cooperativa precisa atingir os principais objetivos do grupo, sendo desafiador abranger totalmente os interesses de todos os associados.

Porém, à vista do relatado até aqui, observa-se que a possibilidade de pequenas empresas serem competitivas no mercado através do ambiente criado no município de Maripá, fez com que a economia local fosse impactada de forma positiva. As concentrações de pequenas empresas geram importantes economias externas, e o resultado é a eficiência de natureza coletiva, o que pode propiciar a formação de capital social e externalidades dele decorrentes. Os índices como de IDH e renda *per capita*, por exemplo, estão entre os melhores do estado do Paraná.

De modo geral, o ambiente empreendedor rural se fortificou ao longo dos anos através de atuação de ações coletivas, prefeitura e Instituições de apoio.

Também a atuação das pessoas e a aderência a trabalhos em equipe, a pesquisa e a cultura da população foram importantes. As entrevistas relataram que dificilmente seria possível atingir os números econômicos e de produtividade atuais se não houvesse o comprometimento de todos estes atores.

Assim, entende-se que o objetivo da pesquisa foi atingido. Foi possível entender quais as atividades do agronegócio que impulsionam a economia municipal, bem como, relacionar características destas atividades ao longo da história e atualmente. Também, através da análise dos discursos, foram identificados os principais fatores que estruturaram o empreendedorismo e as ações coletivas locais, bem como, palavras consideradas importantes para o processo. Foram identificadas externalidades e transbordamentos gerados pelo ambiente formado, principalmente no que tange os níveis de desenvolvimento local e aprimoramento das atividades produtivas.

Para que esta pesquisa conseguisse desenvolver o que foi apresentado até aqui, algumas limitações foram enfrentadas. Dentre elas, o receio dos entrevistados no fornecimento de informações sobre números (faturamento, arrecadações, produtividade, entre outros). Também houve necessidade de interpretar as respostas de forma que respondessem os objetivos do trabalho, pois quando se entrevista produtores rurais, principalmente os que já estão há muitos anos na atividade, a quantidade e a riqueza das informações fornecidas por eles é enorme, sendo um desafio manter o foco no objetivo.

Outra limitação foi que alguns dados poderiam enriquecer as informações a respeito de setor agropecuário. Porém, muitos dados disponíveis até o momento da pesquisa são referentes ao último censo agropecuário, realizado em 2006, entendendo-se que algumas informações nele disponíveis não representavam mais a realidade local, sendo inadequadas para algumas análises.

Cabe mencionar que este estudo empírico foi realizado especificamente para uma localidade, sendo que é possível que haja resultados diferentes quando aplicado em outros locais ou outras formas de ações coletivas. Por isso, sugere-se que este estudo seja aplicado a outras regiões e a outras formas de atividades, para que sejam observadas as diferentes realidades existentes.

REFERÊNCIAS

AGRAWAL, A. Small is beautiful, but is larger better? Forest-management institutions in the Kumaon Himalaya, India. In: GIBSON, Clark C; MCKEAN, Margaret A.; OSTROM, Elinor (Orgs.). **People and Forests: Communities, Institutions, and Governance**. London: Cambridge, p. 57-85, 2000.

ARMOND, Á. C.; NASSIF, V. M. J. A liderança como elemento do comportamento empreendedor: um estudo exploratório. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 10, n. 5, 2009.

AZEVEDO, P.F. Concorrência no agribusiness. In: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M.F. **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

BARBOSA, A. T. **Desenvolvimento local e nível de organização social**: estudo de dois municípios da região de Toledo PR. 2012. 90 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2012.

BARNARD, C. **As funções do executivo**. São Paulo: Atlas, 322 p. 1979.

BATALHA, M. O.; BUAINAIN, A. M.; GUANZIROLI, C.; SOUZA FILHO, H. M. de; Agricultura Familiar e Tecnologia no Brasil: características, desafios e obstáculos. In: Congresso da Sober, 42. 2004, Cuiabá. **Anais**.Cuiabá: SOBER, 2004. v. 1. p. 1-2005.

CAMARGO, B. V.; Justo, A. M. IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, p. 513-518, 2013.

CAPELLA, Niedhardt; CLÁUDIA, Ana. Um estudo sobre o conceito de empreendedor de políticas públicas: Ideias, Interesses e Mudanças. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 14, 2016.

Cassiolato, J. E.; Lastres, H. M. M. Capítulo I - O Foco em Arranjos Produtivos e Inovativos Locais de Micro e Pequenas Empresas. **Pequena Empresa: Cooperação e Desenvolvimento Local**, 2003.

CASSIOLATO, J.E.; LASTRES, H.M.M. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. **Pequena empresa: cooperação e**

desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará; UFRJ/Instituto de Economia, 2003. Cap. 1, p. 21-34.

CIELO, I. D., **Perfil do pequeno empreendedor: uma investigação das características empreendedoras nas empresas de pequena dimensão.** Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001.

COSTA, A. B.; COSTA, B. M. Cooperação e capital social em arranjos produtivos locais. In: **Anais do XXXIII Encontro Nacional de Economia [Proceedings of the 33th Brazilian Economics Meeting]**. ANPEC-Associação Nacional dos Centros de Pósgraduação em Economia [Brazilian Association of Graduate Programs in Economics], 2005.

CROCCO, M. A. et al. Metodologia de identificação de aglomerações produtivas locais. **Nova Economia**, v. 16, n. 2, p. 211-241, 2006.

CRUZ, B. O.; CARVALHO, AX, Y.; ALBUQUERQUE, C. W.; MOTA, J. A. **Externalidades locais, ganhos de aglomeração e políticas de desenvolvimento regional**, p. 437-460, 2013.

DOLABELA, Fernando. **Oficina do empreendedor**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

DOLABELA, Fernando. **Oficina do Empreendedor**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando idéias em negócios**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

DUARTE, F. R.; SANTOS, L. M. L. **Empreendedorismo social: o projeto Londrina Mil ONGs**. In: EGEPE – Encontro de estudos sobre empreendedorismo e gestão de pequenas empresas, 3 ed., Brasília. Anais. Brasília: UEM/UEL/UnB. p. 277-293, 2003.

EMMENDOERFER, M. L. **As transformações na esfera do trabalho no final do século XX**. Monografia (Prêmio Senador Milton Campos). Florianópolis: Fundação Milton Campos/Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. 2000.

ENGEL, J.; DEL- PALACIO, I. Global clusters of innovation: the case of Israel and Silicon Valley. **California Management Review**. California, v. 53, n. 2, 2011.

ERBER, F. S. Eficiência coletiva em arranjos produtivos locais industriais: comentando o conceito. **Nova economia**, v. 18, n. 1, p. 11-31, 2008.

ESTHER, A.; RODRIGUES, I. e FREIRE, E. A Identidade Empreendedora no Contexto de Empresas de Pequeno Porte. In: VII EGEPE, Florianópolis/SC, **Anais**. Florianópolis/SC: EGEPE. 2012.

FARINA, E. M. M. Q. Competitividade e coordenação de sistemas agroindustriais: um ensaio conceitual. **Revista Gestão & Produção**, v. 6, n. 3, p. 147-161, 1999.

FARINA, E. M. M. Q.; SAES, M. S. M.; AZEVEDO, P. F. **Competitividade**: mercado, estado e organizações. São Paulo: Editora Singular, 1997.

FENSTERSEIFER, J.E. **Strategic Resources and Sustainability of Competitive Advantages in Industrial Clusters**: Towards a General Analytical Framework. In : XXXIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Rio de Janeiro: EnANPAD, 2009.

FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. **Revista de administração**, v. 34, n. 2, p. 5-28, 1999.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. Métodos de pesquisa. Plageder, 2009.

GIMENES, R. M. T.; OPAZO, M. A. U.; SOUZA, C. J.; GIMENES, F. M. P. Gestão de riscos: análise da utilização de derivativos financeiros pelas cooperativas agropecuárias do estado do Paraná. **Redes** (Santa Cruz do Sul). v. 13, p. 185-203, 2008.

GOMES, A. F. O empreendedorismo como uma alavanca para o desenvolvimento local. **REA-Revista Eletrônica de Administração**, v. 4, n. 2, 2011.

GOMES, M. A. Lei Geral da Micro e Pequena Empresa como Instrumento de Desenvolvimento Local na Região Oeste do Paraná. **Revista Pleiade**, v. 11, n. 22, p. 77-89, 2018.

GRANOVETTER, M. The strength of the weak ties. **American Journal of Sociology**. v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973.

GUSSONI, W. M. S.; WEISE, A. D.; MEDEIROS, F. S. B. Cooperação e governança nos arranjos produtivos locais: o caso das empresas de software no Estado do Paraná. **Desenvolvimento em Questão**, v. 13, n. 29, p. 125-157, 2015.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama por municípios**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/pr/maripa/panorama>. Acesso em: 05 fev. 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama por municípios**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/maripa/panorama>. Acesso em: 10 jan. 2018.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Caderno estatístico** – município de Maripá. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=30. Acesso em: 13 jun. 2017.

JULIEN, P. A. Une métaphore des romans policiers. Métaphore des romans policiers. Universidade du Québec. Québec: **Presses de l'Université du Québec**, 2005. (Collection Entrepreneuriat & PME)

KANTER, Rosabeth Moss. **Empresas fora de série**: gestão da mudança para criar valor, inovação e crescimento. Tradução—Cristina Yamagami. 2010.

KASHIMOTO, A. M.; MARINHO, M. e RUSSEFF, I., Identidade e Desenvolvimento Local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol. 3, N. 4, p. 35-42, Mar. 2002.

KLOTZLE, M. C. **Alianças estratégicas**: conceito e teoria. In: RAC, v. 6, n. 1, Jan./Abr. 2002: 85-104, 2002.

KOTTER, J.; COHEN, D. The heart of change: real-life stories of how people change their organizations. Massachusetts: **Harvard Business School Press**, 2002.

LEROY, J. **Modelos de desenvolvimento em questão**. In: comissão pastoral da terra. A luta pela terra. São Paulo: Paulus, 1997. p. 87-98.

MACHADO, H. P. V.; FAIA, V. S.; SILVA, J. D. Entrepreneurial alertness: Study of the Influence of Individual Characteristics and Entrepreneurship. **Brazilian Business Review**, v. 13, n. 5, p. 85, 2016.

MARIO, F. A.; COSTA, R. S. **Proposição de formação e gestão de rede de cooperação estratégica**: estudo sobre as oficinas mecânicas de Foz do Iguaçu. *Analecta*, v. 15, n. 1, p. 73-94, 2016.

MARTINELLI, D. P.; JOYAL, A. **Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas**: experiências brasileiras e canadenses. São Paulo: Manole, 2004.

MARTINEZ, J. M. C. Una visión dinámica sobre el emprendedurismo colectivo. **Revista de Negócios**, Blumenau, v.9, n.2, p.91-105, abr./jun. 2004.

MARTINS, S. R. O., Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol. 3, N. 5, p. 51-59, Set. 2002

MASCENA, K. M. C.; FIGUEIREDO, F. C.; BOAVENTURA, J. M. G. Clusters, sistemas e arranjos produtivos locais: análise das publicações nacionais no período de 2000 a 2011. **XV Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais**, 2012.

MAURER, A. M.; SILVA, T. N. Parcerias interorganizacionais como indutoras de empreendimentos socioambientais de natureza coletiva: três casos envolvendo o artesanato. **TPA-Teoria e Prática em Administração**, v. 1, n. 1, p. 43-61, 2011.

MINAYO, M. C. S. et al. O desafio da pesquisa social. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade, v. 27, p. 9-29, 2007.

MOLL, S. **Cultura organizacional e externalidades no território**: o caso da empresa celulose Irani SA-SC-Brasil. 2016. 182 f. Dissertação (Mestrado) –

Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, 2016.

NASSAR, A. M. **Eficiência das associações de interesse privado nos agronegócios brasileiros**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 2001.

NASSAR, A.; ZYLBERSTAJN, D. Associações de interesse no agronegócio brasileiro: Análise das estratégias coletivas. **Revista de Administração**. São Paulo, p.39, n.2, p.141-152, abr./mai./jun. 2004.

NASSIF, V. M. J.; CERRETTO, C; AMARAL, D. J.; SOARES, M. T. R. **Empreendedores são Estrategistas?** Um Estudo Exploratório da Ação de Empreendedores no Setor Alimentício da Cidade de São Paulo. Anais do III Encontro de Estudos em Estratégia. São Paulo, 2007.

NIEDERLE, P. A.; WESZ JUNIOR, V. J. A agroindústria familiar na região Missões: construção de autonomia e diversificação dos meios de vida. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v.14, n. 3, p. 75 – 102, set./dez. 2009.

OLAVE, M. E. L.; AMATO NETO, J. A. **Redes de cooperação produtiva**: uma estratégia de competitividade e sobrevivência para pequenas e médias empresas. v. 5508, p. 900, 2001.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva**: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

OSTROM, E. Collective Action and Local Development Processes. **Sociologica**. Bologna, 2007.

PASINI, A. H. **A ação coletiva como forma de agregação no sistema agroindustrial da aquicultura de Maripá – PR**. 2013. 111f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2013.

PERREN, L. Comparing entrepreneurship and leadership – a textual analysis. **The Council for Excellence in Management and Leadership**, 2000.

POTEETE, A. R.; OSTROM, E.; JANSSEN M. A. **Trabalho em parceria: ação coletiva, bens comuns e múltiplos métodos**. São Paulo: Editora Senac, 2011.

PREFEITURA DE MARIPÁ. **Logotipo**. Disponível em:
http://www.maripa.pr.gov.br/img/logo_maripa.png. Acesso em 16 set. 2017.

RAMOS, M. J. et al. Sistema agroindustrial da carne ovina no Oeste paranaense. **Revista de Política Agrícola**, v. 23, n. 1, p. 18-32, 2014.

SACHS, I. **Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho descente e futuro dos empreendedores de pequeno porte**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SAES, M. S. M.; SILVEIRA, R. L. F. Novas formas de organização das cadeias agrícolas brasileiras: tendências recentes. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2014.

SARMENTO, M. R. C.; COSTA, L. F. L. G. O papel das aceleradoras na consolidação de novas empresas de cultura empreendedora a luz da metodologia lean startup. **EmpíricaBR - Revista Brasileira de Gestão, Negócio e Tecnologia da Informação**, v. 1, n. 1, p. 65-86, set. 2016.

SCHMIDT, C. M.; **A certificação como forma de criação e apropriação de valor no sistema agroindustrial do vinho do Vale dos Vinhedos**; Cascavel: EDUNIOESTE. 2012.

SCHMIDT, C. M.; CIELO, I. D.; WENNINGKAMP, K. R.; TOMIO, M. O empreendedorismo coletivo no contexto do turismo rural sustentável: uma experiência do Sul do Brasil. **Revista Passos**, v. 14, n. 5, p. 1161, 2016.

SCHMIDT, C. M.; DREHER, M. T. Cultura empreendedora. **REGE. Revista de Gestão**, v. 15, n. 1, p. 1, 2008.

SCHMIDT, C. M.; SAES, M. S. M. **Ações coletivas: desenvolvimento para arranjos produtivos inseridos no contexto do agronegócio e turismo rural**. In: 46º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008, Rio Branco, Anais. Rio Branco, 2008.

SCHMITZ, H. **Does local co-operation matter? Evidence from industrial clusters in South Asia and Latin America.** Oxford Development Studies, v. 28, n. 3, p. 323-336, 2000.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas. **Sobrevivência das empresas no Brasil.** Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/sobrevivencia-das-empresas-no-brasil-relatorio-2016.pdf>. Acesso em 20 mai. 2017.

SEFA-PR – Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. **Produção agropecuária.** Disponível em: <http://www.agricultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=137>. Acesso em 12 dez. 2017.

SEGATTI, S.; HESPANHOL, A.N. Alternativas para a geração de renda em pequenas propriedades rurais. **Anais.** 4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa – ENGRUP. São Paulo, p. 615-631. 2008.

SENGE, P.M. **A quinta disciplina: arte e prática da organização de aprendizagem.** 17ª ed., São Paulo, Best Seller, 443 p. 2004.

SHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

SILVA, H. M. Gestão do conhecimento e inteligência competitiva em organizações: uma abordagem conceitual. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 7, n. 1, 2008.

SILVA, J. M.; MACHADO, H. V. Empreendedorismo e políticas públicas em pequenos municípios paranaenses: interpretações, participações e desdobramentos. **Revista Pretexto**, v. 9, n. 4, 2008.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. Unidade 2–A pesquisa científica. **Métodos de pesquisa**, p. 31-42, 2009.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

TOMIO, M.; SCHMIDT, C. M. Governança e Ações Coletivas no Turismo Regional: a experiência dos Empreendedores da Região Oeste do Paraná. **Turismo-Visão e Ação**, v. 16, n. 3, p. 710-739, 2015.

VASCONCELLOS, M.A. **Economia Micro e Macro: Teoria e Exercícios**. São Paulo: Atlas, 441 p., 4 ed., 2009.

VIGUERANI, M. C. K.; NUNES, T. A. O papel do empreendedorismo frente ao desenvolvimento e sucesso organizacional. **Maiêutica-Ciências Contábeis**, v. 2, n. 1, 2016.

VILELA JR, D. C. Os spillovers e a sua influência na criação de conhecimento em clusters industriais. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, v. 12, n. 1, 2015.

WENDT, E., SCHMIDT, C. M., FISCHER, T. R. A influência da rede de orquidicultores de maripá/pr na competitividade no mercado. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural – SOBER. 55, Santa Maria. **Anais...**, 2017.

WENNINGKAMP, K. R.; SCHMIDT, C. M. Ações Coletivas no Agronegócio: uma análise da produção científica no Brasil a partir de teses e dissertações (1998-2012). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 54, n. 3, p. 413-436, 2016.

WENNINGKAMP, K. R.. Ações coletivas no agronegócio: uma análise da produção científica no Brasil a partir de teses e dissertações (1998-2012). 2015. 177 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento regional e do Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Parana, Toledo, 2015.

Williamson, O. E. **Economic organization: firms, markets and policy control**. Nova Iorque: N.Y. University Press. 1986.

YURKIV, J. E.; RIBEIRO, M. F. B. **Maripá e sua história**. Ed. Cascavel, 128 p., 2001.

APÉNDICES

APÊNCICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM LÍDERES POLÍTICOS DO MUNICÍPIO

1. Como o Senhor interpreta a história do ambiente empreendedor de Maripá?
2. Quais foram os principais elementos neste processo?
3. E em sua visão, como aconteceu o desenvolvimento do ambiente empreendedor de Maripá?
4. O senhor pode citar 3 elementos que considera terem sido fundamentais nesse processo?
5. Na sua opinião, atividades coletivas estiveram efetivamente presentes em algum momento?
6. O senhor atuou na criação de alguma ação coletiva existente no município? Se sim, de que forma? Em caso negativo, enxergou alguma ação coletiva sendo criada? E qual a importância dela para o ambiente empreendedor do município?
7. De onde surgiu a ideia da(s) ação(ões) coletivas em que o Sr. tem ou teve envolvimento? Quais os objetivos almejados?
8. Como o Sr. observa a atuação das ações coletivas? Quais foram os desafios?
9. O Sr. acredita que as ações coletivas têm impacto(s), positivos ou negativos, no ambiente empreendedor? Em que sentido?
10. Há alguma dificuldade que deveria ser superada no incentivo ao empreendedorismo e/ou ação coletiva? Se sim, o que deveria ser feito em sua opinião?

APÊNDICE B - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM LÍDERES TÉCNICOS DO MUNICÍPIO

1. Como o Senhor interpreta a história do ambiente empreendedor de Maripá?
2. Quais foram os principais elementos neste processo?
3. E em sua visão, como aconteceu o desenvolvimento do ambiente empreendedor de Maripá?
4. O senhor pode citar 3 elementos que considera terem sido fundamentais para o ambiente empreendedor de Maripá?
5. Atividade(s) coletiva(s) estiveram efetivamente presentes em algum momento da história de Maripá?
6. O Sr. acredita que as ações coletivas tem impacto(s) no ambiente empreendedor? Em que sentido? Positivos ou negativos?
7. Em sua visão, o que mantém os associados no grupo? Quais os objetivos almejados com a criação das atividades coletivas?
8. Quais foram os desafios para os produtores rurais na implantação destes novos empreendimentos e/ou de inovações?
9. O senhor pode citar impactos que, em sua opinião, são resultados do ambiente empreendedor coletivo em que atua?
10. Há alguma dificuldade que deveria ser superada no incentivo ao empreendedorismo e/ou ação coletiva? Se sim, o que deveria ser feito em sua opinião?

**APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM ATORES
PARTICIPANTES DE AÇÕES COLETIVAS**

1. Como o Senhor interpreta a história do ambiente empreendedor de Maripá?
2. Há quantos anos o Sr. reside e atua em Maripá? Quais os elementos que ajudaram em sua decisão de empreender?
3. Como ocorreu o processo de desenvolvimento dos empreendimentos em Maripá?
4. O senhor pode citar 3 elementos que considera terem sido fundamentais para o ambiente empreendedor de Maripá?
5. Como o senhor interpreta a ação coletiva na qual faz parte: ela é ou foi importante? Há quanto tempo participa?
6. Como o (a) Sr. (a) pode relatar o papel realizado pela ação coletiva da qual faz parte?
7. Quais os fatores que contribuem para que o (a) Sr. (a) permaneça no grupo?
8. Para o seu negócio, como seria se não houvesse a atividade em grupo? Quais foram os desafios?
9. O(a) Sr.(a) acredita que as ações coletivas têm impacto(s) no ambiente empreendedor? Em que sentido? Positivos e/ou negativos?
10. Há alguma dificuldade que deveria ser superada no incentivo ao empreendedorismo e/ou ação coletiva? Se sim, o que deveria ser feito em sua opinião?

APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO

Prezado(a) Senhor(a), estás sendo convidado(a) a colaborar com o projeto de pesquisa descrito abaixo. Assim, por favor, queira ler atentamente o texto que segue e não hesite em fazer todas as perguntas de esclarecimento que julgar necessárias.

Composição da equipe de pesquisa:

Pesquisadora que realiza o estudo de mestrado:

Eloisa WENDT, mestranda em Desenvolvimento Regional e Agronegócios pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE / Campus de Toledo.

Telefones para contato: (44)3646 1188 / (45)99981 6080

E-mail: eloisa.wendt@gmail.com

Orientadora da pesquisa de mestrado:

Carla Maria SCHMIDT, professora da UNIOESTE.

E-mail: carlamariaschmidt@hotmail.com

Descrição da pesquisa: O estudo busca compreender o cenário do ambiente empreendedor coletivo de Maripá, observando o setor de orquidicultores, piscicultura e agropecuário. Percebe-se que atividades em grupo são comuns para os munícipes, fornecendo resultados consideráveis. Porém, ainda não há estudo que relate a atuação destas formas organizacionais e de que forma interferem nos empreendimentos localizados no município.

Esta pesquisa poderá lhe ser útil, pois ela constitui um exercício de reflexão sobre a estrutura que constitui o ambiente empreendedor destas formas de negócio, escolhidas como símbolo do município.

Ressalto que os dados não serão analisados de forma individual. Serão tabulados em conjunto, não sendo seu nome e sua opinião individual expostos em nenhum momento deste trabalho. Não hesite em entrar em contato comigo sobre toda qualquer questão a respeito desta pesquisa.

Tendo lido e entendido o texto que precede, eu aceito de livre e espontânea vontade participar da pesquisa:

Data: _____ Assinatura: _____

ANEXOS

ANEXO A – PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE MARIPÁ EM 2014



Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - Departamento de Economia Rural
Versão Definitiva do levantamento da produção rural paranaense por município

Município: Maripá

Núcleo Regional: Toledo

Ano: 2014

Produto	Unid	Area	Produção/ Reb. Estático	Abastec. comercial	Valor (R\$)
A AVEIA BRANCA	TON	36,00	79,20		20.988,00
A AVEIA PRETA (GRÃO)	TON	180,00	270,00		147.052,80
A CANA-DE-AÇÚCAR	TON	10,00	500,00		26.075,00
A FEIJÃO SAFRA DA SECA	TON	40,00	60,00		80.119,80
A FEIJÃO SAFRA DAS ÁGUAS	TON	5,00	7,50		17.905,03
A MILHO SAFRA INDUSTRIAL	TON	650,00	15.900,00		4.598.659,00
A MILHO SAFRA NORMAL	TON	1.000,00	9.420,00		3.282.870,00
A MILHO SAFRINHA	TON	17.500,00	105.000,00		34.054.650,00
A SEMENTE DE TRIGO	TON		1.529,00		77.474,43
A SOJA SAFRA NORMAL	TON	21.500,00	82.775,00		83.534.046,75
A SOJA SAFRINHA	TON	1.200,00	1.680,00		1.611.950,00
A TRIGO	TON	1.500,00	4.200,00		2.128.014,00
B ALFACE	TON	1,00	16,00		15.804,48
B BETERRABA	TON	0,50	10,00		8.317,40
B CENOURA	TON	0,50	13,00		10.099,17
B FEIJÃO-VAGEM	TON	0,50	10,00		16.800,00
B MILHO VERDE (espiga)	UNI	1,00	58.000,00		29.920,00
B PEPINO	TON	1,00	30,00		37.932,90
B BABANEJE	TON	0,20	4,00		5.480,00
B TOMATE SAFRADO	TON	0,50	10,00		21.394,80
C AMEIXA	TON	0,10	2,00		4.717,80
C MELANÇÓ	TON	0,50	18,00		11.520,00
C PESSEGO	TON	0,50	5,00		15.650,00
C UVA DE MESA	TON	0,50	8,00		77.920,00
C UVA VINÍFERA	TON	0,50	8,00		16.484,00
D BEZERRAS	CAB			306	235.714,86
D BOVINOS	CAB			118	109.336,44
D BOVINOS (BOLÍ GORDO)	KG		9.129,00		1.593.480,00
D CAMA DE AVIÁRIO	TON		20.400,00	800	1.563.252,00
D CAPRINOS (PARA CORTE)	KG		700,00	390	79.797,90
D CARPA	KG			10.000	44.600,00
D CERA DE ABELHA	KG		150,00		3.348,00
D ESTERCO DE POEDEIRA	TON		80,00		8.398,40
D ESTERCO DE SUINOS/BOVINOS	TON		93.210,00		4.090.986,90
D FENO OUTROS	TON		1.200,00		335.160,00
D FRANGO DE CORTE (AVES DE CORTE)	KG		2.236.125,00	13.416.755	87.453.092,44
D GALINHA CAIPIRA (AVES CAIPIRAS PESO VIVO)	KG		12.000,00	7.800	105.393,60
D GALINHA POSTURA DESCARTE (AVES POSTURA PESO VIVO)	KG		6.000,00	3.900	9.777,30
D CARRÓTES	CAB			81	101.548,89
D LEITE	MLI		17.625,00		17.273.480,00
D MEL	KG		4.500,00		34.245,00
D NOVILHAS	CAB			350	399.906,50
D OVINOS (PARA CORTE)	KG		900,00	620	124.779,60
D OVOS DE GALINHA (PARA CONSUMO)	OZ		80.000,00		148.000,00
D SILAGEM DE MILHIO E/OU SORGO	TON	1.800,00	117.000,00		17.670.510,00
D SUINOS < 2 MESES (latão p/crecia)	UNI			66.035	7.994.857,45
D SUINOS-RACA (para abate)	KG		107.821,00	210.155	80.006.008,50
D TILÁPIA	KG			5.130.000	19.904.400,00
D TOUROS	CAB			11	30.183,01
D VACA (PARA CORTE)	KG			624	911.383,20
D VACA (PARA CRIA)	CAB			644	1.156.495,20
E MADEIRAS - EM TORA P/SERRARIA - EUCALIPTO	M3		2.500,00		209.900,00
E MADEIRAS - LENHA	M3		46.000,00		1.677.620,00
F ORQUIDEA	UNI		86.314,00		1.970.548,62
Total Municipal					375.043.398,57

Fonte: SEAB/DERAL.

ANEXO B – PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE MARIPÁ EM 2015



Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - Departamento de Economia Rural
Versão definitiva do levantamento da produção rural paraense por município

Município: **Maripá**Núcleo Regional: **Toledo**Ano: **2015**

G	Produto	Unid	Área	Produção/ Reb. Estabelec	Abatidos/ comercializ	Valor (R\$)
A	AVEIA BRANCA	TON	25,00	62,50		16.051,88
A	AVEIA PRETA (GRAO)	TON	120,00	180,00		53.580,60
A	CANA-DE-ACUCAR	TON	10,00	500,00		27.915,00
A	FEIJAO SAFRA DA SECA	TON	5,00	7,50		13.537,50
A	MANDIOCA INDUSTRIA	TON	500,00	13.000,00		2.283.450,00
A	MILHO SAFRA NORMAL	TON	700,00	5.950,00		2.086.486,50
A	MILHO SAFRINHA	TON	17.500,00	122.500,00		50.571.675,00
A	SOJA SAFRA NORMAL	TON	21.850,00	73.197,51		72.892.276,38
A	SOJA SAFRINHA	TON	1.200,00	1.680,00		1.697.354,40
A	TRIGO	TON	1.000,00	2.000,00		1.245.660,00
B	ALFACE	TON	1,00	17,00		18.246,61
B	DETERRABA	TON	0,60	12,00		11.415,60
B	CENOURA	TON	0,50	12,00		13.904,49
B	FEIJAO-VAGEM	TON	0,50	10,00		18.600,00
B	MILHO VERDE (espiga)	UNI	1,00	69.000,00		44.850,00
B	PEPINO	TON	1,00	30,00		41.784,60
B	RABANETE	TON	0,40	6,00		9.840,00
B	TOMATE SAFRAO	TON	0,50	10,00		23.160,90
C	AMEIXA	TON	0,10	2,50		6.465,25
C	MELANCIA	TON	0,50	16,00		11.200,00
C	PESSEGO	TON	0,50	5,00		10.050,00
C	UVA DE MESA	TON	0,50	7,50		28.575,00
C	UVA VIMIFERA	TON	0,50	7,50		17.895,75
D	BAGRE	KG			20.000	86.200,00
D	BEZERRAS	CAB			476	501.156,60
D	BEZERROS	CAB			381	472.843,86
D	BOVINOS (BOI GORDO)	KG		9.061,00		2.315.625,60
D	CAMA DE AVIARIO	TON		19.950,00	1.004	1.567.671,00
D	CAPRINOS (PARA CORTE)	KG		750,00	350	85.186,50
D	CARPA	KG			10.000	46.000,00
D	CERA DE ABELHA	KG		180,00		4.852,80
D	CURIMBA	KG			18.000	93.960,00
D	EQUINOS > 1 ANO (PARA TRABALHO)	UNI			5	7.829,75
D	EQUINOS DE RACA (EQUITACAO, LAZER, FIC)	CAB			3	17.150,67
D	ESTERCO DE POEDEIRA	TON		140,00		14.809,20
D	ESTERCO DE SUINOS/BOVINOS	TON		81.410,00		3.577.155,40
D	FENO OUTROS	TON	85,00	1.445,00		476.734,40
D	FRANGO DE CORTE (AVES DE CORTE)	KG		2.186.598,00	13.119.589	89.678.950,61
D	GALINHA CAIPIRA (AVES CAIPIRAS PESO VIVO)	KG		14.000,00	10.500	183.676,50
D	GALINHA POSTURA DESCARTE (AVES POSTURA PESO VIVO)	KG		10.000,00	7.600	18.528,80
D	GARROTES	CAB			116	187.874,76
D	LEITE	MLT		17.944,00		16.687.920,00
D	MEL	KG		3.000,00		27.180,00
D	NOVILHAS	CAB			695	1.006.401,70
D	OVINOS (PARA CORTE)	KG		900,00	635	143.103,60
D	OVOS DE GALINHA (PARA CONSUMO)	DZ		91.200,00		178.752,00
D	PIALUCL	KG			32.000	184.950,00
D	SILAGEM DE MILHO E/OU SURGO	TON	1.800,00	117.000,00		15.599.610,00
D	SUINOS < 2 MESES (leitao p/recria)	UNI			25.567	3.134.514,20
D	SUINOS-VAÇA (para abate)	KG		94.425,00	729.098	85.476.463,80
D	TILAPIA	KG			6.950.000	26.003.500,00
D	TOUROS	CAB			11	35.792,68
D	VACA (PARA CORTE)	KG			701	1.227.283,20
D	VACA (PARA CRIA)	CAB			529	1.208.966,02
E	MADERAS - EM TORO P/SERRARIA - EUCALIPTO	M3		2.800,00		251.160,00
E	MADERAS - LENHA	M3		45.200,00		1.378.600,00
F	ORQUIDEA	UNI		90.000,00		2.382.300,00
Total Municipal						385.406.689,02

ANEXO C – PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE MARIPÁ EM 2016



Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - Departamento de Economia Rural
Versão definitiva do levantamento da produção rural paranaense por município

Município: Maripá

Núcleo Regional: Toledo

Ano: 2016

Produto	Unid	Area	Produção Reg. Estadual	Apartado comércio	Valor (R\$)
A AVEIA BRANCA	TON	25,00	50,00		20.258,50
A AVEIA PRETA (GRAO)	TON	250,00	375,00		251.250,00
A CANA-DE-ACUCAR	TON	10,00	500,00		33.550,00
A MANDIOCA INDUSTRIA	TON	340,00	10.200,00		3.711.780,00
A MILHO SAFRA NORMAL	TON	700,00	1.740,00		1.026.304,20
A MILHO SAFRINHA	TON	20.500,00	123.000,00		65.518.430,00
A SOJA SAFRA NORMAL	TON	22.480,00	75.532,80		86.309.064,58
A SOJA SAFRINHA	TON	100,00	145,00		181.395,00
A TRIGO	TON	500,00	1.400,00		793.800,00
B ALFACE	TON	1,00	25,00		27.777,25
B BETERRABA	TON	0,60	12,00		13.356,48
B CEBOLINHA (cheiro verde)	TON	0,50	8,00		36.560,00
B CENOURA	TON	0,50	12,00		14.431,32
B COUVE	TON	0,50	10,00		20.700,00
B FEIJAO-VAGEM	TON	0,50	10,00		17.700,00
B MILHO VERDE (espiga)	UNI	1,00	69.500,00		36.835,00
B PEPINO	TON	1,00	30,00		41.295,20
B HABANETE	TON	0,40	6,00		11.400,00
B SALSA (SALSINHA)	TON	0,50	8,00		45.680,00
B TOMATE SAFRAO	TON	0,50	10,00		20.543,50
C AMEIXA	TON	0,20	3,00		6.472,20
C MELANCIA	TON	0,50	26,00		12.160,00
C PESSEGO	TON	0,50	6,50		18.915,00
C UVA DE MESA	TON	0,50	8,00		35.200,00
C UVA VINIFERA	TON	0,50	8,00		29.059,20
D BAGRE	KG			22.000	110.440,00
D BEZERRAS	CAB			358	386.747,40
D BEZERROS	CAB			252	323.449,56
D BOVINOS (BOI GORDO)	KG		8.721,00	868	2.107.460,60
D CAMA DE AVIARIO	TON		19.930,00		1.629.676,10
D CAPRINOS (PARA CORTE)	KG		750,00	562	157.927,62
D CARPA	KG			12.000	67.080,00
D CERA DE ABELHA	KG		200,00		5.016,00
D CURIMBA	KG			18.600	117.738,00
D EQUINOS > 1 ANO (PARA TRABALHO)	UNI			3	4.626,51
D EQUINOS DE RACA (EQUITACAO, LAZER,ETC)	CAB			3	17.867,07
D ESTERCO DE BOVINA	TON		170,00		18.276,70
D ESTERCO DE SUINOS/BOVINOS	TON		72.600,00		3.732.368,00
D FENO OUTROS	TON	85,00	1.445,00		598.504,55
D FRANGO DE CORTE (AVES DE CORTE)	KG		2.184.053,00	13.107.920	107.066.464,78
D GALINHA CAPIRA (AVES CAPIRAS PESO VIVO)	KG		15.000,00	11.250	230.698,13
D GALINHA POSTURA DESCARTE (AVES POSTURA PESO VIVO)	KG		12.000,00	9.000	21.600,00
D GARROTES	CAB			78	137.390,76
D LEITE	MLT		18.140,00		22.675.000,00
D MEL	KG		3.500,00		42.525,00
D NÓVILHAS	CAB			413	653.200,80
D OVINOS - FEMEAS P/ REPRODUCAO	CAB			10	5.474,40
D OVINOS - MACHOS P/ REPRODUCAO	CAB			5	7.794,45
D OVINOS (PARA CORTE)	KG		900,00	450	115.510,50
D OVOS DE GALINHA (PARA CONSUMO)	DZ		96.500,00		229.670,00
D PIAUCU	KG			32.500	212.550,00
D SILAGEM DE MILHO E/OU SORGO	TON	1.800,00	117.000,00		14.551.290,00
D SUINOS < 2 MESES (leitoa p/cria)	UNI			34.900	4.399.843,00
D SUINOS-RACA (para abate)	KG		83.981,00	229.578	88.708.939,20
D TILAPIA	KG			7.220.000	32.490.000,00
D TOLUIROS	CAB			19	65.471,15
D VACA (PARA CORTE)	KG			547	987.717,80
D VACA (PARA CRIA)	CAB			394	897.927,06
E MADEIRAS - EM TORA P/OUTRAS FINALIDADES	M3		3.000,00		135.870,00
E MADEIRAS - LENHA	M3		48.500,00		1.472.460,00
F ORQUIDEA	UNI		94.000,00		2.580.300,00
Total Municipal					445.218.690,12

Fonte: SRAB/DERAT.